

## **LIVRO DE ATAS Nº 32**

Servirá este Livro, cujas folhas são numeradas sequencialmente, para que sejam lavradas as atas de sessões da Câmara Municipal de Rio Pomba, a partir de primeiro de janeiro de 2023.

Para constar, lavrou-se o presente Termo que eu, Secretário, assino com o senhor Presidente.

Rio Pomba/MG, 01 de janeiro de 2023.

**VEREADOR HEDILBERTO TEIXEIRA**  
Secretário

**VEREADOR MAURÍLIO RODRIGUES DOS REIS**  
Presidente da Câmara

**Ata da Sessão de Posse da Mesa Diretora da Câmara Municipal de Rio Pomba.** Às dez horas do dia primeiro de janeiro de dois mil e vinte e três, conforme comunicado pelo Presidente da Câmara na sessão ordinária de dezenove de dezembro de dois mil e vinte e dois; em atendimento ao art. 34, § 3º, da Lei Orgânica Municipal, bem como ao art. 24, § 2º, do Regimento Interno; reunidos no Plenário da Câmara os Vereadores Gladstone Roncalli da Silva, Hedilberto Teixeira, Jorge Luís Martins Soares, Ivan Ferreira Martins, Demétrius Carvalho de Oliveira e Maurílio Rodrigues dos Reis; ausentes os Vereadores Frederico Senra Condé, Paulo Henrique da Silva e Rafael Vilela Martins; foi aberta a sessão pelo Sr. Presidente em exercício, Vereador Jorge Luís Martins Soares, que determinou ao Secretário em exercício, Vereador Gladstone Roncalli da Silva, a leitura do Termo de Posse da Mesa Diretora da Câmara Para o Biênio 2023/2024, eleita em vinte e um de novembro de dois mil e vinte e dois. Em seguida, o Termo de Posse foi assinado pelos Vereadores presentes, após o que a Mesa Diretora do biênio 2023/2024 (dois mil e vinte e três e dois mil e vinte e quatro) ficou oficialmente empossada, entrando imediatamente em exercício, com a seguinte composição: Vereador **Maurílio Rodrigues dos Reis**, Presidente da Câmara; Vereador **Gladstone Roncalli da Silva**, Vice-Presidente; Vereador **Hedilberto Teixeira**, Secretário; Vereador **Jorge Luís Martins Soares**, Suplente de Secretário. Dada a palavra livre pelo Sr. Presidente, Vereador Maurílio Rodrigues dos Reis, houve congratulações à nova Mesa Diretora e pelo ano que se inicia. Nada mais havendo, foi encerrada a sessão e redigida esta ata que, depois de lida e aprovada, segue assinada pelo Sr. Presidente; por mim, Secretário; e demais Vereadores presentes à sessão de posse.

Maurílio Rodrigues dos Reis  
Presidente da Câmara

Hedilberto Teixeira  
Secretário

Demétrius Carvalho de Oliveira

Frederico Senra Condé

Gladstone Roncalli da Silva

Ivan Ferreira Martins

Jorge Luís Martins Soares

Paulo Henrique da Silva

Rafael Vilela Martins

**Ata da Décima Segunda Sessão Extraordinária da Câmara Municipal de Rio Pomba.** Às dezoito horas e quinze minutos do dia nove de janeiro de dois mil e vinte e três, reunidos no Plenário da Câmara os Vereadores: Gladstone Roncalli da Silva, Hedilberto Teixeira, Ivan Ferreira Martins, Jorge Luís Martins Soares, Maurílio Rodrigues dos Reis e Rafael Vilela Martins; ausente os Vereadores Demétrius Carvalho de Oliveira, Frederico Senra Condé e Paulo Henrique da Silva; foi aberta a sessão pelo sr. Presidente, Vereador Maurílio Rodrigues dos Reis, que deu início à ordem do dia e, tendo em vista que as comissões permanentes ainda não foram constituídas, designou uma comissão provisória para analisar as proposições objeto desta convocação, composta pelos Vereadores Jorge Luís Martins Soares (Presidente), Hedilberto Teixeira (Vice) e Ivan Ferreira Martins (Relator). Então, foi lido o Projeto de Lei nº 2.016, do Executivo: Altera o anexo I, da Lei Municipal nº 1.469/2014, de 14 de março de 2014. Cria cargos efetivos de auxiliar de serviços gerais e dá outras providências. O Vereador Jorge Luís informou que os cargos criados são de natureza efetiva e terão que ser compostos pelo concurso vigente ou um novo processo. Os Vereadores Rafael e Ivan lamentaram a ausência de um representante do Executivo. Consultado pelo sr. Presidente, o Plenário aprovou pela unanimidade dos presentes o regime de urgência. Então, o sr. Presidente solicitou a manifestação da comissão provisória, a qual concluiu favoravelmente ao projeto. A seguir o sr. Presidente colocou em votação o Projeto de Lei nº 2.016, obtendo-se a sua aprovação pela unanimidade dos presentes. A seguir, foi lido o Projeto de Lei nº 2.017, do Executivo: Altera o anexo II, da Lei Municipal nº 1.467/2014, de 14 de março de 2014. Cria cargo de Diretor de Unidade Escolar e dá outras providências. Consultado pelo sr. Presidente, o Plenário aprovou pela unanimidade dos presentes o regime de urgência. Então, o sr. Presidente solicitou a manifestação da comissão provisória, a qual concluiu favoravelmente ao projeto. A seguir o sr. Presidente colocou em votação o Projeto de Lei nº 2.017, obtendo-se a sua aprovação pela unanimidade dos presentes. Seguindo a pauta, foi lido o Projeto de Lei nº 2.018, do Executivo: Altera a redação do artigo 3º da Lei Municipal nº 1.870/2022 de dezembro de 2022. Consultado pelo sr. Presidente, o Plenário aprovou pela unanimidade dos presentes o regime de urgência. Então, o sr. Presidente solicitou a manifestação da comissão provisória, a qual concluiu favoravelmente ao projeto. A seguir o sr. Presidente colocou em votação o Projeto de Lei nº 2.018, obtendo-se a sua aprovação pela unanimidade dos presentes. Por último, foi lido o Projeto de Lei nº 2.019, do Executivo: Altera o art. 1º da Lei 1.862/2022 que dispõe sobre concessão de subvenção social às entidades, para o exercício de 2023 e dá outras providências. Os Vereadores comentaram sobre a participação das escolas de samba no carnaval/2023 e o aumento na subvenção para o hospital. Consultado pelo sr. Presidente, o Plenário aprovou pela unanimidade dos presentes o regime de urgência. Então, o sr. Presidente solicitou a manifestação da comissão provisória, a qual concluiu favoravelmente ao projeto. A seguir o sr. Presidente colocou em votação o Projeto de Lei nº 2.019, obtendo-se a sua aprovação pela unanimidade dos presentes. O Vereador Gladstone falou da importância das associações prestarem contas à Câmara das suas atividades anuais. Nada mais havendo, foi encerrada a sessão às dezoito horas e cinquenta e um minutos e redigida esta ata que, depois de colocada em discussão em Plenário e

aprovada, segue assinada pelo Sr. Presidente; por mim, Secretário; e demais Vereadores presentes à sessão que a aprovou.

MAURÍLIO RODRIGUES DOS REIS  
Presidente da Câmara

HEDILBERTO TEIXEIRA  
Secretário

Demétrius Carvalho de Oliveira

Frederico Senra Condé

Gladstone Roncalli da Silva

Ivan Ferreira Martins

Jorge Luís Martins Soares

Paulo Henrique da Silva

Rafael Vilela Martins

**Ata da Quadragésima Primeira Sessão Ordinária da Câmara Municipal de Rio Pomba.**

Às dezoito horas e dez minutos do dia seis de fevereiro de dois mil e vinte e três, reunidos no Plenário da Câmara todos os Vereadores: Demétrius Carvalho de Oliveira, Frederico Senra Condé, Gladstone Roncalli da Silva, Hedilberto Teixeira, Ivan Ferreira Martins, Jorge Luís Martins Soares, Maurílio Rodrigues dos Reis, Paulo Henrique da Silva e Rafael Vilela Martins; foi aberta a sessão pelo sr. Presidente, Vereador Maurílio Rodrigues dos Reis, que colocou em discussão e votação as atas das sessões anteriores (07/nov, 21/nov. ord., 21/nov. extra, 09/dez, 12/dez, 16/dez, 19/dez, 09jan). Todas foram aprovadas por unanimidade. Tendo em vista que a próxima sessão ordinária incidirá na segunda-feira de carnaval, mediante provocação do sr. Presidente, o Plenário deliberou pelo seu adiamento para o dia 27 (vinte e sete) de fevereiro. Conforme art. 59 do Regimento Interno, o sr. Secretário, Vereador Hedilberto Teixeira, fez a leitura da proposta de composição das comissões permanentes para o biênio de 2023/2024. Houve algumas permutas mediante solicitação dos Vereadores Ivan, Demétrius e Rafael. O sr. Presidente comunicou que a Associação Calor Humano enviou a prestação de contas de 2022, a qual à disposição na sala de vereadores. Passando às proposições, seguiu tramitando o Projeto de Resolução nº 366/2022, do Vereador Jorge Luís Martins Soares: Cria na estrutura da Câmara Municipal de Rio Pomba o Centro de Apoio e Atendimento ao Cidadão – CAC; o qual está sob análise das comissões de Legislação e Finanças. A seguir, foi lido o Requerimento nº 01, do Vereador Demétrius Carvalho de Oliveira: requer informações sobre descarte irregular de esgoto em área de preservação ambiental municipal. O autor falou sobre o descarte irregular de esgoto que motivou o seu requerimento. Votado, o requerimento nº 01 foi aprovado por unanimidade. Continuando os trabalhos, foi lido o Requerimento nº 03, do Vereador Demétrius Carvalho de Oliveira: requer informações sobre aquisição e uso de tinta viárias e outros. O autor falou sobre o serviço de pintura viária que foi adotado pela atual administração, com aquisição de equipamento e tintas, e disse não estar questionando a empresa que está prestando o serviço que inclusive está sendo bem feito. Votado, o requerimento nº 03 foi aprovado por unanimidade. O Vereador Hedilberto, ao votar, comentou sobre o fato do seu irmão estar prestando o serviço de pintura viária na condição de contratado pela empresa responsável, criticou o uso político disso e disse que se necessário ele (Hedilberto) estará pronto a fiscalizar. O Vereador Demétrius Carvalho de Oliveira apresentou o Requerimento nº 04: requer informações sobre pontes danificadas na zona rural. O autor falou sobre a precariedade das pontes de madeira no sentido de não serem duráveis. Votado, o requerimento nº 04 foi aprovado por unanimidade. O Vereador Frederico Senra Condé apresentou o Requerimento nº 02: requer informações sobre a concessão de subvenção social com a finalidade especificada. O autor falou sobre o fato dos produtores rurais participantes da exposição ainda não terem recebido o pagamento pelo leite produzido, fato que motivou seu requerimento. Votado, o requerimento nº 02 foi aprovado por unanimidade. Em sequência foram lidas: a) Demétrius Carvalho de Oliveira: 1) Indicação nº 480: criação de comissão ou conselho municipal de fiscalização de serviços de água, esgoto e resíduos sólidos; 2) Indicação nº 481: troca gradual de todas as pontes de madeira por estruturas de concreto; 3) Indicação nº 482: capina das

laterais da área conhecida como “bota fora municipal” – localizada no distrito industrial; b) Hedilberto Teixeira: 1) Indicação nº 468: sistema de drenagem no bairro Santa Isabel; 2) Indicação nº 472: contratação de especialistas; 3) Indicação nº 473: contratação de psicopedagogo; c) Jorge Luís Martins Soares: 1) Indicação nº 474: providências na comunidade rural de São Lourenço; 2) Indicação nº 475: providências no bairro Santa Isabel; d) Rafael Vilela Martins: 1) Indicação nº 469: calçamento da Praça do Compromisso; 2) Indicação nº 471: implantação de placas de identificação (logradouros); 3) Indicação nº 477: calçamento na Rua Cel. Juvenal Pena. No pequeno expediente os vereadores inscritos puderam falar sobre as indicações e projetos. A composição das comissões permanentes foi novamente lida pelo Secretário e colocada em votação pelo sr. Presidente, a qual foi aprovada por unanimidade da seguinte forma: A) Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final: Presidente: Ivan Ferreira Martins - Vice-Presidente: Jorge Luís Martins Soares - Relator: Paulo Henrique da Silva; B) Comissão de Finanças, Orçamento e Tomada de Contas: Presidente: Hedilberto Teixeira - Vice-Presidente: Rafael Vilela Martins - Relator: Jorge Luís Martins Soares; C) Comissão de Educação, Saúde e Assistência: Presidente: Gladstone Roncalli da Silva - Vice-Presidente: Rafael Vilela Martins - Relator: Paulo Henrique da Silva; D) Comissão de Obras e Serviços Públicos Municipais: Presidente: Demétrius Carvalho de Oliveira – Vice-Presidente: Hedilberto Teixeira - Relator: Gladstone Roncalli da Silva; E) Comissão de Meio Ambiente e Defesa Animal: Presidente: Rafael Vilela Martins - Vice-Presidente: Frederico Senra Condé - Relator: Hedilberto Teixeira. Aberta a ordem do dia às dezenove horas e doze minutos, permaneceu tramitando o Projeto de Lei nº 1.961/2022, do Executivo: “Altera a denominação do Complexo Esportivo Prof. Luiz Carlos de Lima Franco e dá outras providências”. No grande expediente os vereadores inscritos puderam falar sobre assuntos de interesse público. Dentre os temas destacou-se a questão da cobrança tarifária pela Copasa referente aos serviços de coleta do esgotamento sanitário. Presente no recinto, o sr. Presidente concedeu a palavra ao sr. Vice-Prefeito, Wellington Ferreira de Souza. Nada mais havendo, foi encerrada a sessão às vinte horas e vinte e sete minutos e redigida esta ata que, depois de colocada em discussão em Plenário e aprovada, segue assinada pelo Sr. Presidente; por mim, Secretário; e demais Vereadores presentes à sessão que a aprovou.

MAURÍLIO RODRIGUES DOS REIS  
Presidente da Câmara

HEDILBERTO TEIXEIRA  
Secretário

Demétrius Carvalho de Oliveira

Frederico Senra Condé

Gladstone Roncalli da Silva

Ivan Ferreira Martins

Jorge Luís Martins Soares

Paulo Henrique da Silva

Rafael Vilela Martins

**Ata da Quadragésima Segunda Sessão Ordinária da Câmara Municipal de Rio Pomba.** Às dezoito horas e dezoito minutos do dia vinte e sete de fevereiro de dois mil e vinte e três, reunidos no Plenário da Câmara os Vereadores: Demétrius Carvalho de Oliveira, Gladstone Roncalli da Silva, Hedilberto Teixeira, Ivan Ferreira Martins, Jorge Luís Martins Soares, Maurílio Rodrigues dos Reis, Paulo Henrique da Silva e Rafael Vilela Martins; ausente o Vereador Frederico Senra Condé; foi aberta a sessão pelo sr. Presidente, Vereador Maurílio Rodrigues dos Reis, que colocou em discussão e votação a ata da sessão anterior (06/fevereiro). A ata foi aprovada pela unanimidade dos presentes. A seguir, foi lida a Portaria nº 455, da Presidência da Câmara. O sr. Presidente então submeteu à homologação plenária a designação da Comissão de Controle Interno para o exercício de 2023, composta pelos Vereadores Demétrius Carvalho de Oliveira e Jorge Luís Martins Soares, além do servidor Ramon Machado de Oliveira. A composição foi homologada pelo Plenário. A seguir, para conhecimento, foi lida a Portaria nº 456, da Presidência, designando a Ouvidoria Parlamentar. Passando às proposições, foi lida a Proposta de Emenda à Lei Orgânica nº 17: Insere dispositivos na Lei Orgânica Municipal dispondo sobre o percentual de execução obrigatória do orçamento municipal com a denominação de emendas impositivas. Esta proposição seguiu tramitando e foi encaminhada para a Comissão de Legislação (Ivan foi substituído por Hedilberto; Paulo foi substituído por Maurílio) e para a Comissão de Finanças (Rafael foi substituído por Maurílio). Após, foi lido o Projeto de Lei nº 2.020/2023, da Mesa Diretora: Concede a revisão geral anual do vencimento dos servidores públicos da Câmara Municipal (5,93%). O sr. Presidente solicitou a manifestação da Comissão de Legislação (Hedilberto foi substituído por Paulo; Gladstone foi substituído por Rafael) e da Comissão de Finanças (Hedilberto foi substituído por Jorge). Ambas as comissões se manifestaram favoráveis ao projeto. Então, o sr. Presidente colocou em votação o Projeto de Lei nº 2.020/2023, obtendo-se a sua aprovação pela unanimidade dos presentes. Seguindo a pauta, foi lido o Projeto de Lei nº 2.021/2023, do Executivo: Autoriza a abertura de crédito especial no orçamento para acobertar despesas com unidade administrativa do Poder Executivo. Presente no recinto, foi concedida a palavra ao Secretário Municipal de Agricultura, Sérgio Mota, para explanar sobre o projeto, que objetiva a realização da 1ª Feira; valendo-se da presença do Secretário de Agricultura, foram apresentadas a ele outras questões pelos srs. Vereadores. O sr. Presidente solicitou a manifestação da Comissão de Finanças e esta se pronunciou a favor do projeto. Então, o sr. Presidente colocou em votação o Projeto de Lei nº 2.021/2023, o qual foi aprovado pela unanimidade dos presentes. O sr. Presidente solicitou a leitura do pedido de prorrogação do sr. Prefeito relacionado ao prazo para responder ao Requerimento nº 02/2023. A seguir, foi lido o Projeto de Lei nº 2.022/2023, do Executivo: Dispõe sobre a revisão geral anual das remunerações percebidas pelos servidores do Poder Executivo Municipal de Rio Pomba, nos termos do artigo 37, X, da Constituição Federal de 1988 e contém outras providências (5,79%). O sr. Presidente solicitou a manifestação da Comissão de Legislação e da Comissão de Finanças. Ambas as comissões se manifestaram favoráveis ao projeto. Então, o sr. Presidente colocou em votação o Projeto de Lei nº 2.022/2023, obtendo-se a sua aprovação pela unanimidade dos presentes. Seguindo a pauta, foi lido o Projeto de Lei nº 2.023/2023, do

Executivo: Dispõe sobre o reajuste do piso salarial dos profissionais do magistério público municipal de Rio Pomba, MG e dá outras providências. O sr. Presidente solicitou a manifestação da Comissão de Legislação e da Comissão de Finanças. Ambas as comissões se manifestaram favoráveis ao projeto. Então, o sr. Presidente colocou em votação o Projeto de Lei nº 2.023/2023, obtendo-se a sua aprovação pela unanimidade dos presentes. A pedido do Vereador Jorge (autor), foi lido o Projeto de Resolução nº 366/2022, do Vereador Jorge Luís Martins Soares: Cria na estrutura da Câmara Municipal de Rio Pomba o Centro de Apoio e Atendimento ao Cidadão – CAC. O sr. Presidente determinou a sua tramitação e o encaminhou para as Comissões de Legislação (Jorge foi substituído por Rafael) e de Finanças (Jorge foi substituído por Paulo). Continuando os trabalhos, foi lido o Requerimento nº 05, do Vereador Jorge Luís Martins Soares: requer informações sobre aplicação de recursos na saúde. Votado, o mesmo foi aprovado pela unanimidade dos presentes. A seguir, foi lido o Requerimento nº 06, dos Vereadores Rafael, Demétrius, Jorge, Paulo, Ivan e Gladstone: requer informações sobre aplicação do recurso que especifica. O Vereador Rafael falou sobre seu requerimento que objetiva trazer informações aos vereadores sobre a aplicação do recurso. Votado, o mesmo foi aprovado pela unanimidade dos presentes. Na forma do art. 155 do Regimento Interno, foi apresentado e lido o Requerimento nº 07, de Vereadores: requer informações sobre o carnaval 2023. O Vereador Rafael falou sobre o requerimento. Votado, o mesmo foi aprovado pela unanimidade dos presentes. Na forma do art. 155 do Regimento Interno, foi apresentado e lido o Requerimento nº 08, do Vereador Demétrius: requer informações sobre a contratação de profissionais de apoio escolar, estagiários e adolescentes. O autor, Vereador Demétrius, falou sobre o requerimento cujo objetivo é saber mais sobre a assistência dada aos alunos pelos profissionais de apoio, algo muito necessário e aguardado pelos pais e professores. Votado, o requerimento foi aprovado pela unanimidade dos presentes. Presente no recinto, o sr. Presidente concedeu a palavra ao sr. Vice-Prefeito, Wellington Ferreira de Souza, que falou sobre a necessidade do cumprimento de prazos no processo de contratação dos profissionais de apoio, o que acaba retardando a contratação. Em sequência foram lidas: a) Demétrius Carvalho de Oliveira: 1) Indicação nº 240-3ª edição: revisão do valor da remuneração do programa Pró-Criança; 2) Indicação nº 246-3ª edição: aquisição de bauer com kit multitarefa; 3) Indicação nº 344-2ª edição: uniformes e EPI's para os garis e varredores; b) Gladstone Roncalli da Silva: 1) Indicação nº 061-3ª edição: revisão do valor do auxílio alimentação; c) Hedilberto Teixeira: 1) Indicação nº 485: providências na comunidade rural dos Coelho; 2) Indicação nº 486: providências na Escola Municipal Professora Ignácia de Abreu Costa Soares; 3) Indicação nº 488: capina e limpeza nos bairros que menciona; d) Jorge Luís Martins Soares: 1) Indicação nº 478: troca de manilhas no Bomjardim de Baixo; 2) Indicação nº 479: reparo em estradas rurais mencionadas; e) Rafael Vilela Martins: 1) Indicação nº 02-3ª edição: providências na Rua Cel. José Furtado de Mendonça; 2) Indicação nº 476: providências no loteamento Jardim São Luiz; f) Gladstone R. Silva e Frederico S. Condé: 1) Indicação nº 042-3ª edição: manutenção das escolas rurais do Monte Alegre e Candongas; g) Paulo H. Silva e Rafael V. Martins: 1) Indicação nº 487: colocação de booster na parte alta do bairro Santa Isabel. No pequeno expediente os



vereadores inscritos puderam falar sobre as indicações e projetos. Aberta a ordem do dia às dezenove horas e cinquenta minutos, permaneceu tramitando o Projeto de Lei nº 1.961/2022, do Executivo: “Altera a denominação do Complexo Esportivo Prof. Luiz Carlos de Lima Franco e dá outras providências”. No grande expediente os vereadores inscritos puderam falar sobre assuntos de interesse público. O sr. Vice-Prefeito, Wellington Ferreira de Souza, pediu a palavra para falar sobre o Ciel e outros assuntos também foram abordados, inclusive com a participação dos vereadores. O Vereador Ivan questionou sobre o fechamento do banheiro público da Praça Alcides Marangon Macedo; o Vice-Prefeito disse que os fiscais da Prefeitura farão uma visita ao local e convidou o Vereador Ivan a acompanhá-los. O Secretário de Agricultura, Sérgio Mota, também usou a palavra para falar sobre o uso do equipamento “bauer”. O Vereador Demétrius falou da importância de se aprovar as emendas impositivas e outros assuntos. O Vereador Hedilberto disse que as pessoas precisam manter a palavra dada; parabenizou a administração pelo excelente carnaval realizado neste ano com muita segurança. O Vereador Gladstone falou sobre a situação das cobranças abusivas da Copasa e pediu que as pessoas se informem melhor antes de apontarem vereadores que não votaram no projeto. O sr. Presidente, Vereador Maurílio, pediu que a população procure a Câmara para assinar o documento que dará início a uma ação popular relacionada ao contrato da Copasa. Nada mais havendo, foi encerrada a sessão às vinte horas e trinta e três minutos e redigida esta ata que, depois de colocada em discussão em Plenário e aprovada, segue assinada pelo Sr. Presidente; por mim, Secretário; e demais Vereadores presentes à sessão que a aprovou.

MAURILIO RODRIGUES DOS REIS  
Presidente da Câmara

HEDILBERTO TEIXEIRA  
Secretário

Demétrius Carvalho de Oliveira

Frederico Senra Condé

Gladstone Roncalli da Silva

Ivan Ferreira Martins

Jorge Luís Martins Soares

Paulo Henrique da Silva

Rafael Vilela Martins

### **Ata da Quadragésima Terceira Sessão Ordinária da Câmara Municipal de Rio Pomba.**

Às dezoito horas e oito minutos do dia seis de março de dois mil e vinte e três, reunidos no Plenário da Câmara todos os Vereadores: Demétrius Carvalho de Oliveira, Frederico Senra Condé, Gladstone Roncalli da Silva, Hedilberto Teixeira, Ivan Ferreira Martins, Jorge Luís Martins Soares, Maurílio Rodrigues dos Reis, Paulo Henrique da Silva e Rafael Vilela Martins; foi aberta a sessão pelo sr. Presidente, Vereador Maurílio Rodrigues dos Reis, que determinou a tramitação da Proposta de Emenda à Lei Orgânica nº 17: Insere dispositivos na Lei Orgânica Municipal dispondo sobre o percentual de execução obrigatória do orçamento municipal com a denominação de emendas impositivas. A seguir, foi lido o Projeto de Lei nº 2.024/2023, Vereadores: Denomina as vias públicas do Loteamento Panorama. O Vereador Demétrius disse que o projeto foi solicitado a esta Casa através das lideranças do loteamento Panorama, inclusive visando ao serviço de recebimento de mercadorias e correspondências; comentou sobre os nomes propostos. O Vereador Jorge Luís também se pronunciou recordando que a administração está providenciando a regularização do local. O Vereador Ivan lembrou que a Câmara está cumprindo a promessa de contribuir para a regularização do loteamento Panorama, ao contrário do Executivo que ainda não levou o benefício aos moradores do Panorama. Tendo em vista ter sido assinado pelos srs. Vereadores, foram dispensados os pareceres das comissões permanentes e a votação do regime de urgência. Então, o sr. Presidente colocou em votação o Projeto de Lei nº 2.024/2023, o qual foi aprovado por unanimidade. Seguiu tramitando o Projeto de Resolução nº 366/2022, do Vereador Jorge Luís Martins Soares: Cria na estrutura da Câmara Municipal de Rio Pomba o Centro de Apoio e Atendimento ao Cidadão – CAC; o qual está sob análise das comissões de Legislação e Finanças. Após, foi lido o Projeto de Resolução nº 367/2023, da Mesa Diretora: Dispõe sobre a revisão geral anual do subsídio dos agentes políticos do Poder Legislativo (5,93%). O plenário concedeu o regime de urgência especial para esta proposição. O sr. Presidente solicitou a manifestação das Comissões de Legislação e de Finanças (Hedilberto foi substituído por Frederico). Ambas as comissões se manifestaram favoráveis. Então, o sr. Presidente colocou em votação o Projeto de Resolução nº 367, obtendo-se a sua aprovação por unanimidade. Em sequência foram lidas: a) Demétrius Carvalho de Oliveira: 1) Indicação 271-3ª edição: providências na extensão da Travessa Raimundo Furtado; 2) Indicação 491: providências na quadra localizada na Praça Vereador Luiz Luiz; b) Hedilberto Teixeira: 1) Indicação 489: reforma em ponte nos Gonçalves; 2) Indicação 491: providências na quadra localizada na Praça Vereador Luiz Luiz; c) Jorge Luís Martins Soares: 1) Indicação 378-2ª edição: reforma de ponte na Jalapa; 2) Indicação 490: reparo em ponte na comunidade rural de Granatos; d) Rafael V. Martins, Demétrius C. Oliveira e Frederico S. Condé: 1) Indicação 05-3ª edição: retorno das atividades da vaca mecânica “Amélia”. No pequeno expediente os vereadores inscritos puderam falar sobre as indicações e projetos. Aberta a ordem do dia às dezoito horas e quarenta e quatro minutos, permaneceu tramitando o Projeto de Lei nº 1.961/2022, do Executivo: “Altera a denominação do Complexo Esportivo Prof. Luiz Carlos de Lima Franco e dá outras providências”. No grande expediente os vereadores inscritos puderam falar sobre assuntos de interesse público.

Destacaram-se comentários sobre a tarifação pelo serviço de coleta do esgoto e questões de relacionamento entre o Legislativo e o Executivo. O Vereador Hedilberto falou sobre diversas ações do Executivo que estão acontecendo ou já programadas para serem iniciadas e muitos desses feitos não são citados. Nada mais havendo, foi encerrada a sessão às dezenove horas e quinze minutos e redigida esta ata que, depois de colocada em discussão em Plenário e aprovada, segue assinada pelo Sr. Presidente; por mim, Secretário; e demais Vereadores presentes à sessão que a aprovou.

MAURILIO RODRIGUES DOS REIS  
Presidente da Câmara

HEDILBERTO TEIXEIRA  
Secretário

Demétrius Carvalho de Oliveira

Frederico Senra Condé

Gladstone Roncalli da Silva

Ivan Ferreira Martins

Jorge Luís Martins Soares

Paulo Henrique da Silva

Rafael Vilela Martins

**Ata da Quadragésima Quarta Sessão Ordinária da Câmara Municipal de Rio Pomba.** Às dezoito horas e cinco minutos do dia vinte de março de dois mil e vinte e três, reunidos no Plenário da Câmara todos os Vereadores: Demétrius Carvalho de Oliveira, Frederico Senra Condé, Gladstone Roncalli da Silva, Hedilberto Teixeira, Ivan Ferreira Martins, Jorge Luís Martins Soares, Maurílio Rodrigues dos Reis, Paulo Henrique da Silva e Rafael Vilela Martins; foi aberta a sessão pelo sr. Presidente, Vereador Maurílio Rodrigues dos Reis, que colocou em discussão e votação as atas das sessões anteriores (27/fevereiro e 06/março). Ambas foram aprovadas por unanimidade. Após, o sr. Presidente comunicou que o Executivo respondeu aos seguintes pedidos de informações: 1) Requerimento 05, recursos para agilização de exames; 2) Requerimento 06, aplicação dos 2 milhões; 3) Requerimento 02, subvenção Sindicato Rural para exposição; 4) Requerimento 08, apoio escolar; 5) Requerimento 07, despesas do carnaval; 6) Requerimento 03, tintas viárias; 7) Requerimento 01, descarte de esgoto; 8) Requerimento 37/2022, herbicidas. A seguir, foi lido o Ofício 02/2023 da Diretora Elayza, convite aos Vereadores. O sr. Presidente concedeu a palavra professora Elizete Reis, do Instituto Federal, para fazer a divulgação do novo curso técnico (Comércio) que está sendo oferecido no campus Rio Pomba. Passando às proposições, o sr. Presidente disse que continuaria tramitando a Proposta de Emenda à Lei Orgânica nº 17: Insere dispositivos na Lei Orgânica Municipal dispendo sobre o percentual de execução obrigatória do orçamento municipal com a denominação de emendas impositivas. Considerando que o prazo para emissão do parecer venceu hoje, o sr. Presidente solicitou que a Comissão o apresente mais rapidamente. Continuando os trabalhos, foi lido o Projeto de Lei nº 2.025, do Executivo: Autoriza a abertura de crédito especial no orçamento para acobertar despesas com unidade administrativa do Poder Executivo. O Vereador Ivan pediu ao sr. Presidente que concedesse a palavra ao Secretário de Saúde presente no recinto. O sr. Presidente convidou então o sr. Jair de Paula Coelho, Secretário Municipal de Saúde, a usar a palavra sobre o projeto de lei. O Secretário de Saúde se colocou então à disposição para esclarecer as dúvidas e então respondeu aos questionamentos dos vereadores; na oportunidade foram abordados outros assuntos relacionados à saúde. Então, o sr. Presidente colocou em apreciação o regime de urgência especial para esta proposição, conforme solicitado pelo autor, o que foi concedido por unanimidade pelo Plenário. Solicitada a se manifestar, a Comissão de Finanças opinou pela aprovação do projeto. Ultimada a votação plenária, o Projeto de Lei nº 2.025 foi aprovado por unanimidade. O Vereador Ivan solicitou que o sr. Presidente voltasse à Proposta de Emenda à Lei Orgânica nº 17, pois o prazo para a comissão se pronunciar expirou hoje e pediu o parecer verbal. O Vereador Rafael pediu que a comissão vote contra se for o caso. O Vereador Jorge disse que o projeto é para o ano que vem; que participa da comissão e gostaria de mais prazo para analisar junto com a assessoria jurídica; disse ter dúvida se o projeto é legislar em causa própria. O Vereador Demétrius disse que é um absurdo porque Rio Pomba está novamente ficando atrás até de cidades menores que têm a emenda impositiva, com Tabuleiro que enviou recursos para o hospital de Rio Pomba. O Vereador Ivan pediu ao Presidente que coloque o projeto em votação. O Vereador Jorge disse que no seu modo de pensar os vereadores estarão fazendo política ao indicar a destinação de

recursos; disse que gostaria do parecer jurídico por escrito. O Vereador Hedilberto disse que as falas mudaram de um ano para outro e pediu que o sr. Presidente deixe para a próxima reunião. O sr. Presidente estabeleceu que a Comissão de Legislação apresente o parecer para a próxima reunião e também que a assessoria jurídica da Câmara se manifeste sobre a proposição. A seguir foi lido o Projeto de Lei nº 2.026, do Vereador Hedilberto Teixeira: Dispõe sobre prazos e procedimentos para que a Companhia de Saneamento de Minas Gerais – Copasa realize intervenções em vias públicas. O autor falou sobre os objetivos do seu projeto. O Vereador Ivan disse que o projeto não isenta o município de fiscalizar as obras que estão sendo feitas pela Copasa. O Vereador Demétrius disse que é contratual a obrigação da Prefeitura fiscalizar o trabalho realizado pela Copasa e que as obras estão afetando até mesmo a rotina escolar; inclusive que a Prefeitura deve exigir um serviço de qualidade e que seja refeito o que ficar deficiente; falou também da falta de avisos sobre o plano de obras. O Vereador Hedilberto disse que o seu projeto é justamente para proteger o cidadão das consequências da obra, como passeios e pinturas viárias afetados. O sr. Presidente determinou a sua tramitação e encaminhou para análise das Comissões de Legislação, de Obras e Serviços (Hedilberto foi substituído por Ivan) e de Finanças (Hedilberto foi substituído por Paulo). Seguiu tramitando o Projeto de Resolução nº 366/2022, do Vereador Jorge Luís Martins Soares: Cria na estrutura da Câmara Municipal de Rio Pomba o Centro de Apoio e Atendimento ao Cidadão – CAC. O sr. Presidente solicitou que as comissões apresentem o parecer para a próxima sessão. Em sequência foram lidas: a) Demétrius Carvalho de Oliveira: 1) Indicação 403-2ª edição: edificação da Praça Governador Milton Campos; 2) Indicação 492: providências na Av. do Contorno nas proximidades do bairro Rosa Mística; 3) Indicação 499: levantamento sobre veículos em situação de abandono nos logradouros; b) Hedilberto Teixeira: 1) Indicação 496: reforma em todas as academias ao ar livre e instalação de playground; c) Jorge Luís Martins Soares: 1) Indicação 494: providências na ponte sobre o rio São Manoel; d) Paulo Henrique da Silva: 1) Indicação 498: pulverização com o veículo fumacê na cidade; e) Rafael Vilela Martins: 1) Indicação 58-3ª edição: providências no bairro Sol Nascente; 2) Indicação 497: providências no bairro Sol Nascente. No pequeno expediente os vereadores inscritos puderam falar sobre as indicações e projetos. O sr. Presidente comunicou que designou os Vereadores Demétrius (titular) e Gladstone (suplente) para representar a Câmara no Codema. Aberta a ordem do dia às dezenove horas e cinquenta e quatro minutos, permaneceu tramitando o Projeto de Lei nº 1.961/2022, do Executivo: “Altera a denominação do Complexo Esportivo Prof. Luiz Carlos de Lima Franco e dá outras providências”. No grande expediente os vereadores inscritos puderam falar sobre assuntos de interesse público. Nada mais havendo, foi encerrada a sessão às vinte horas e oito minutos e redigida esta ata que, depois de colocada em discussão em Plenário e aprovada, segue assinada pelo Sr. Presidente; por mim, Secretário; e demais Vereadores presentes à sessão que a aprovou.  
(ASSINATURAS NO VERSO DESTA FOLHA)

**Ata da Quadragésima Quinta Sessão Ordinária da Câmara Municipal de Rio Pomba.** Às dezoito horas e cinco minutos do dia três de abril de dois mil e vinte e três, reunidos no Plenário da Câmara todos os Vereadores: Demétrius Carvalho de Oliveira, Frederico Senra Condé, Gladstone Roncalli da Silva, Hedilberto Teixeira, Ivan Ferreira Martins, Jorge Luís Martins Soares, Maurílio Rodrigues dos Reis, Paulo Henrique da Silva e Rafael Vilela Martins; foi aberta a sessão pelo sr. Presidente, Vereador Maurílio Rodrigues dos Reis, que colocou em discussão e votação a ata da sessão anterior (20/março). A ata foi aprovada por unanimidade. Seguiu tramitando o Projeto de Lei nº 2.026, do Vereador Hedilberto Teixeira: Dispõe sobre prazos e procedimentos para que a Companhia de Saneamento de Minas Gerais – Copasa realize intervenções em vias públicas. O mesmo está com as comissões permanentes. A seguir, foi lido o Projeto de Lei nº 2.027, do Vereador Jorge Luís Martins Soares: Altera a Lei nº 1.820/2022, que cria o Dia do Casamento Comunitário no Município de Rio Pomba. O autor falou sobre o objetivo do seu projeto que é permitir ao Executivo dispendir alguns recursos para a realização do casamento comunitário tais como cerimonial, alimentação, transporte etc. O sr. Presidente determinou a sua tramitação e o encaminhou para análise das comissões de Legislação (Jorge foi substituído por Rafael) e Finanças (Jorge foi substituído por Gladstone). A pedido do sr. Presidente, a assessoria de comunicação da Câmara falou sobre a ação popular impetrada por iniciativa da Câmara a respeito do serviço de coleta de esgotos. Seguindo os trabalhos, foi lido o Projeto de Lei nº 2.028, do Executivo: Autoriza a abertura de crédito especial no orçamento para acobertar despesas com unidade administrativa do Poder Executivo. O Vereador Rafael Vilela pediu informações sobre o projeto de algum assessor do Executivo. O sr. Presidente solicitou e então usou a palavra o sr. Wellington Ferreira de Souza, Vice-Prefeito. O sr. Presidente colocou em apreciação plenária o pedido de urgência do autor do projeto, pedido que foi concedido por unanimidade. Então, o sr. Presidente solicitou a manifestação verbal da Comissão de Finanças, sendo que esta opinou favoravelmente ao projeto. A seguir, o Projeto de Lei nº 2.028 foi colocado em votação e aprovado por unanimidade. Seguindo a pauta, foi lido o Projeto de Lei nº 2.029, do Executivo: Dispõe sobre aplicação dos adicionais de insalubridade e periculosidade à remuneração dos servidores públicos municipais. O sr. Presidente abriu a palavra aos vereadores para debate. O Vereador Demétrius pediu que a Câmara convoque o engenheiro do trabalho Mário Celso para explicar como concluiu o laudo. O Vereador Rafael pediu ao sr. Presidente que se aproveite a presença do Presidente e do assessor jurídico do Sinsemrip para se pronunciarem sobre esse assunto; sugeriu também que seja marcada uma reunião das comissões com a presença do engenheiro do trabalho e do Sinsemrip. O Vereador Jorge Luís disse que quer ouvir os dois lados, Executivo e Sinsemrip, e possivelmente uma terceira opinião ofertada pela Câmara. Presente no recinto e a convite do sr. Presidente usou a palavra o Dr. Clóvis Torres Quintão Júnior, assessor jurídico do Sinsemrip. Este fez o seu pronunciamento e respondeu a questionamentos dos vereadores; informou que a previsão da tramitação desse projeto é de sessenta dias. As comissões designaram reunião para o dia 17 de abril, às dezesseis horas. O Vereador Gladstone falou sobre determinado artigo do projeto de lei que precisa maior atenção. Também se pronunciou o técnico em segurança no

trabalho do Executivo, sr. Roberto. A seguir, usou a palavra a Dra. Kiusa, assessora jurídica do Executivo. Diante do questionamento do Vereador Gladstone, o técnico em segurança no trabalho, sr. Roberto, disse que a redução do percentual de 40 para 20 para os coveiros é devido a se estar seguindo a NR-15. O Vereador Demétrius disse que há entendimento do Tribunal Superior do Trabalho favorável ao varredor de rua. O sr. Roberto disse que os laudos são baseados na lei e não na jurisprudência, e que os casos particulares podem ser levados à Justiça do Trabalho. O Vereador Ivan perguntou o motivo dos varredores de rua não usarem uniforme e o sr. Roberto disse que uniforme não é considerado EPI. O Vereador Demétrius disse que a falta de uniforme com faixas refletivas expõe os funcionários a riscos de acidentes. O sr. Roberto disse que os uniformes com faixas refletivas estão sendo licitados. O Vereador disse que no dia 17 as comissões estarão reunidas e disse ser interessante a presença do sr. Roberto e da engenheira do trabalho que fez as visitas. Também usou a palavra o sr. Vice-Prefeito, Wellington Netto. Ele disse que não há crianças trabalhando na varrição, sendo que existem jovens da Juventude Ativa fazendo limpeza de praças, catando folhas e galhos, mas não varrendo ruas; disse que o município já fez notificação por várias vezes à empresa licitada para fornecimento de uniformes; citou que os funcionários que não usam EPI's são passíveis de notificação. Houve amplo debate sobre este projeto. Houve um embate entre o Vereador Demétrius e o Vice-Prefeito Wellington envolvendo comparações entre a administração passada e a atual. O Vereador Ivan pediu que o sr. Presidente fizesse cumprir o art. 164 do Regimento Interno e o embate persistiu. O Vereador Ivan, em protesto, retirou-se do plenário. O Vereador Demétrius disse que o ex-Vereador tenta coibir os vereadores e colocar-lhes mordada, fazendo parte de uma administração que pratica perseguição a servidores sendo que já existe processos do sindicato nesse sentido. O Vereador Hedilberto disse que o Vereador Demétrius precisa respeitar os membros desta Casa porque aqui ninguém coloca mordada. O Vereador Demétrius disse que fala por si próprio. O sr. Presidente determinou a tramitação deste projeto e o enviou para análise das Comissões de Legislação e de Finanças. Após, foi lido o Projeto de Lei nº 2.030, do Executivo: Acrescenta-se inciso IV e parágrafo único ao Artigo 47 da Lei nº 960 de 30 de Dezembro de 1995. Os Vereadores Jorge e Rafael solicitaram a manifestação da assessora contábil do Executivo e o Vereador Demétrius pediu que se manifeste também representante da Associação Comercial. A funcionária da ACRIP, Solange, disse que este projeto é aguardado para ajudar na sobrevivência das associações. A assessora contábil do Executivo, Glória Aparecida Rodrigues dos Santos, falou sobre os objetivos desse projeto. O sr. Presidente colocou em apreciação plenária o pedido de urgência do autor do projeto, pedido que foi concedido por unanimidade. Então, o sr. Presidente solicitou a manifestação verbal das Comissões de Legislação, Educação e Finanças. Todas as comissões opinaram favoravelmente ao projeto. A seguir, o Projeto de Lei nº 2.030 foi colocado em votação e aprovado por unanimidade. Seguiu tramitando o Projeto de Resolução nº 366/2022, do Vereador Jorge Luís Martins Soares: Cria na estrutura da Câmara Municipal de Rio Pomba o Centro de Apoio e Atendimento ao Cidadão – CAC. A seguir, foi lido o Projeto de Resolução nº 368/2022, da Mesa Diretora: Altera a Resolução nº 273/2009, que autoriza a consignação, em folha de pagamento, das

prestações decorrentes de empréstimo consignado. O sr. Presidente solicitou a manifestação verbal das Comissões de Legislação e de Finanças. Ambas as comissões opinaram favoravelmente ao projeto. A seguir, o Projeto de Resolução nº 368 foi colocado em votação e aprovado por unanimidade. Seguindo os trabalhos, foi lido o Requerimento nº 09, do Vereador Demétrius Carvalho de Oliveira: Requer informações sobre aquisição de tinta viária e equipamento. O autor falou sobre o seu pedido de informações. Colocado em votação, o Requerimento nº 09 foi aprovado por unanimidade. Na forma do art. 155 do Regimento Interno, o Vereador Ivan apresentou o Requerimento nº 11: requer informações sobre o transporte de resíduos sólidos. O autor falou sobre o seu pedido de informações. Colocado em votação, o Requerimento nº 11 foi aprovado por unanimidade. Na forma do art. 155 do Regimento Interno, o Vereador Demétrius apresentou o Requerimento nº 10: requer informações sobre máquinas de costura. O autor falou sobre o seu pedido de informações. Colocado em votação, o Requerimento nº 10 foi aprovado por unanimidade. Após, foi lida a Moção nº 01, do Vereador Hedilberto Teixeira: Moção de aplausos a Thiago da Costa. O autor falou sobre o seu homenageado. Colocada em votação, a Moção nº 1 foi aprovada por unanimidade. Em sequência foram lidas: a) Demétrius Carvalho de Oliveira: 1) Indicação 220/2021-3ª edição: adicional de insalubridade para varredores de rua; 2) Indicação 501: contratação de empresa especializada em consultoria de engenharia de tráfego/trânsito; 3) Indicação 502: reforma de ponte nos Vogados; b) Hedilberto Teixeira: 1) Indicação 161/2021-2ª edição: vigilância nas escolas municipais; 2) Indicação 503: criação de um embarcadouro para animais em local especificado no parque de exposições; 3) Indicação 504: providências no loteamento Nota Era; c) Jorge Luís Martins Soares: 1) Indicação 505: implantação de equoterapia; 2) Indicação 506: instalação de placas exclusivas para transporte escolar (vans, microonibus, etc); d) Rafael Vilela Martins: 1) Indicação 452/2022-2ª edição: limpeza na Av. Manoel Fernandes; e) Gladstone R. Silva, Hedilberto Teixeira, Jorge L. M. Soares, Maurílio R. Reis e Paulo H. Silva: 1) Indicação 507/2023: criação de agência reguladora municipal dos serviços de água e esgoto. No pequeno expediente os vereadores inscritos puderam falar sobre as indicações e projetos. Às vinte horas e vinte minutos, aberta a ordem do dia, foram lidos: a) Parecer nº 1, da Comissão de Legislação, à Proposta de Emenda à Lei Orgânica nº 17; b) Parecer nº 1, da Comissão de Finanças, à Proposta de Emenda à Lei Orgânica nº 17. Na sequência, o sr. Presidente colocou em votação a Proposta de Emenda à Lei Orgânica nº 17: Insere dispositivos na Lei Orgânica Municipal dispondo sobre o percentual de execução obrigatória do orçamento municipal com a denominação de emendas impositivas. A proposta foi aprovada em primeiro turno por 06 (seis) votos dos Vereadores: Ivan Ferreira Martins, Demétrius Carvalho de Oliveira, Gladstone Roncalli da Silva, Paulo Henrique da Silva, Frederico Senra Condé e Rafael Vilela Martins; votando contra os Vereadores Jorge Luís Martins Soares e Hedilberto Teixeira. Permaneceu tramitando o Projeto de Lei nº 1.961/2022, do Executivo: “Altera a denominação do Complexo Esportivo Prof. Luiz Carlos de Lima Franco e dá outras providências”. O sr. Presidente comunicou que o projeto de alteração foi aprovado na Assembleia Legislativa do Estado no dia 30 de março e seguiu para sanção do sr. Governador, de forma que na próxima sessão poderemos



votar o Projeto de Lei 1.961. No grande expediente os vereadores inscritos puderam falar sobre assuntos de interesse público. O Vereador Ivan Ferreira Martins disse que na condição de Presidente da Comissão de Legislação fez solicitação ao sr. Presidente a respeito da formalidade para que representantes do Executivo possam usar a palavra nas sessões da Câmara, para evitar abusos que segundo o Vereador Ivan estão acontecendo, principalmente pelo Vice-Prefeito. O Vereador Demétrius falou da importância da aprovação das emendas impositivas; sobre a sua fala com relação ao Executivo colocar mordida nos vereadores, pediu desculpas e disse não haver se referido ao Vereador Hedilberto, mas a alguns vereadores como ele próprio e o Vereador Ivan. O sr. Presidente disse que o Vereador Demétrius provoca. O Vereador Hedilberto falou sobre o evento promovido no dia 02 de abril pelo Grupo de Apoio aos Autistas; parabenizou a administração pela aquisição de veículos e às mulheres que estão trabalhando na varrição de ruas. O Vereador Gladstone falou da necessidade de obter recursos para a expansão do Lar Lygia Cunha, um dos motivos que o levou a mudar a forma de ver as emendas impositivas. O Vereador Rafael falou sobre a necessidade de limpeza da Av. Manoel Fernandes através de uma rotina planejada; parabenizou a GAARP e a AAPARP, associações que estão se desdobrando no cumprimento das suas finalidades. Nada mais havendo, foi encerrada a sessão às vinte e uma horas e redigida esta ata que, depois de colocada em discussão em Plenário e aprovada, segue assinada pelo Sr. Presidente; por mim, Secretário; e demais Vereadores presentes à sessão que a aprovou.

MAURILIO RODRIGUES DOS REIS  
Presidente da Câmara

HEDILBERTO TEIXEIRA  
Secretário

Demétrius Carvalho de Oliveira

Frederico Senra Condé

Gladstone Roncalli da Silva

Ivan Ferreira Martins

Jorge Luís Martins Soares

Paulo Henrique da Silva

Rafael Vilela Martins

**Ata da Quadragésima Sexta Sessão Ordinária da Câmara Municipal de**

**Rio Pomba.** Às dezoito horas e dez minutos do dia dezessete de abril de dois mil e vinte e três, reunidos no Plenário da Câmara os Vereadores: Demétrius Carvalho de Oliveira, Frederico Senra Condé, Gladstone Roncalli da Silva, Ivan Ferreira Martins, Jorge Luís Martins Soares, Maurílio Rodrigues dos Reis, Paulo Henrique da Silva e Rafael Vilela Martins; ausente o Vereador Hedilberto Teixeira; foi aberta a sessão pelo sr. Presidente, Vereador Maurílio Rodrigues dos Reis, assumindo a Secretaria da Mesa o Vereador Jorge Luís Martins Soares na falta do titular, Vereador Hedilberto. O sr. Presidente solicitou a leitura da Emenda nº 01, do Vereador Jorge, ao Projeto de à Lei nº 2.026, do Vereador Hedilberto Teixeira: Dispõe sobre prazos e procedimentos para que a Companhia de Saneamento de Minas Gerais – Copasa realize intervenções em vias públicas. Este projeto seguiu tramitando para análise das comissões permanentes. O Vereador Demétrius, como Presidente da Comissão de Obras, lembrou que o contrato assinado com a Copasa já prevê uma série de ações que a Prefeitura pode tomar com relação ao serviço de água e esgoto. Seguindo a pauta, tendo em vista a solicitação do autor para agilizar a apreciação do projeto, tendo em vista a proximidade do mês de maio alvo do projeto de lei, o sr. Presidente solicitou a manifestação das Comissões de Legislação (Vereador Jorge foi substituído pelo Vereador Rafael) e de Finanças (Vereador Jorge foi substituído pelo Vereador Gladstone e Vereador Hedilberto foi substituído pelo Vereador Paulo) com relação ao Projeto de à Lei nº 2.027, do Vereador Jorge Luís Martins Soares: Altera a Lei nº 1.820/2022, que cria o Dia do Casamento Comunitário no Município de Rio Pomba. Ambas as comissões se pronunciaram favoravelmente ao projeto. Então, o sr. Presidente colocou em votação o Projeto de Lei nº 2.027, obtendo a sua aprovação pela unanimidade dos presentes. Permaneceu tramitando o Projeto de Lei nº 2.029, do Executivo: Dispõe sobre aplicação dos adicionais de insalubridade e periculosidade à remuneração dos servidores públicos municipais. A pedido do autor a fim de fazer mais estudos sobre a proposição juntamente com a assessoria jurídica da Câmara, seguiu tramitando o Projeto de Resolução nº 366/2022, do Vereador Jorge Luís Martins Soares: Cria na estrutura da Câmara Municipal de Rio Pomba o Centro de Apoio e Atendimento ao Cidadão – CAC. Tendo em vista que a próxima sessão ordinária incide no feriado de primeiro de maio, o sr. Presidente comunicou que a mesma será realizada na terça-feira, dia dois. Entretanto, diante da impossibilidade do Vereador Frederico comparecer e havendo a aprovação plenária, a primeira sessão ordinária do mês de maio será realizada no dia 08 (oito) de maio. Ato contínuo, foi lido o Requerimento nº 13, do Vereador Demétrius Carvalho de Oliveira: Requer informações sobre notificações/autuações de multas aplicadas no combate à dengue. O autor se pronunciou. Colocado em votação, o Requerimento nº 13 foi aprovado pela unanimidade dos presentes. Na forma do art. 155 do Regimento Interno, foi apresentado e lido o Requerimento nº 12, do Vereador Rafael Vilela Martins: Requer informações sobre serviço de radiodifusão. O autor se pronunciou. O Vereador Ivan disse que precisa ficar claro como o Vice-Prefeito atua, trabalhando numa rádio, recebe para isso, e o Executivo coloca dinheiro nessa rádio. O Vereador Demétrius disse que a averiguação de alcance das rádios não foi feita por um profissional qualificado. Colocado em votação, o Requerimento nº 12 foi aprovado pela

unanimidade dos presentes. Após, foi lida a Moção nº 02, do Vereador Ivan Ferreira Martins: Moção de aplausos ao dr. João Cruz Reis Filho. O autor se pronunciou inclusive dizendo que o Dr. João Cruz foi o idealizador da Sala Mineira do Sebrae em Rio Pomba. Colocada em votação, a Moção nº 02 foi aprovada pela unanimidade dos presentes. Em sequência foram lidas: a) Demétrius Carvalho de Oliveira: 1) Indicação 241-3ª edição: manutenção das caixas pluviais da Av. Manoel Fernandes; 2) Indicação 510: vistoria em todos bueiros da cidade; 3) Indicação 512: reparos na rede pluvial (drenagem) e rede de esgoto; b) Jorge Luís Martins Soares: 1) Indicação 511: implantação do consultório na rua; c) Rafael Vilela Martins: 1) Indicação 508: calçamento de rua projetada no bairro Santa Isabel; 2) Indicação 509: remoção de pedra e manutenção da rua projetada no bairro Santa Isabel. No pequeno expediente os vereadores inscritos puderam falar sobre as indicações e projetos. Às dezoito horas e cinquenta e três minutos, aberta a ordem do dia, o sr. Presidente disse que a proposição já foi discutida e votada em primeiro turno e então colocou em votação, em segundo turno, a Proposta de Emenda à Lei Orgânica nº 17: Insere dispositivos na Lei Orgânica Municipal dispendo sobre o percentual de execução obrigatória do orçamento municipal com a denominação de emendas impositivas. A proposta foi aprovada em segundo turno por 06 (seis) votos dos Vereadores: Ivan Ferreira Martins, Demétrius Carvalho de Oliveira, Gladstone Roncalli da Silva, Paulo Henrique da Silva, Frederico Senra Condé e Rafael Vilela Martins; votando contra o Vereador Jorge Luís Martins Soares. O Vereador Jorge Luís justificou seu voto dizendo que a proposição seria pertinente para a próxima legislatura e que não existe mágica pois os recursos deverão sair de algum lugar. Permaneceu tramitando o Projeto de Lei nº 1.961/2022, do Executivo: “Altera a denominação do Complexo Esportivo Prof. Luiz Carlos de Lima Franco e dá outras providências”. O sr. Presidente comunicou que o projeto de alteração foi aprovado na Assembleia Legislativa do Estado no dia 30 de março e seguiu para o sr. Governador que tem até 25 de abril para sancioná-lo. No grande expediente os vereadores inscritos puderam falar sobre assuntos de interesse público. O Vereador Demétrius disse que os investimentos em saneamento básico são importantes porque geram economia em saúde, mas citou falhas da Copasa; falou sobre a previsão contratual de que a Prefeitura cobre ações de qualidade da Copasa; citou obras realizadas com falha pela Prefeitura. Nada mais havendo, foi encerrada a sessão às dezenove horas e seis minutos e redigida esta ata que, depois de colocada em discussão em Plenário e aprovada, segue assinada pelo Sr. Presidente; por mim, Secretário; e demais Vereadores presentes à sessão que a aprovou.

MAURILIO RODRIGUES DOS REIS  
Presidente da Câmara

HEDILBERTO TEIXEIRA  
Secretário

Demétrius Carvalho de Oliveira

Frederico Senra Condé

Gladstone Roncalli da Silva

Ivan Ferreira Martins

Jorge Luís Martins Soares Paulo Henrique da Silva Rafael Vilela Martins

**Ata da Quadragésima Sétima Sessão Ordinária da Câmara Municipal de**

**Rio Pomba.** Às dezoito horas e cinco minutos do dia oito de maio de dois mil e vinte e três, reunidos no Plenário da Câmara os Vereadores: Demétrius Carvalho de Oliveira, Frederico Senra Condé, Hedilberto Teixeira, Jorge Luís Martins Soares, Maurílio Rodrigues dos Reis, Paulo Henrique da Silva e Rafael Vilela Martins; ausentes os Vereadores Gladstone Roncalli da Silva e Ivan Ferreira Martins; foi aberta a sessão pelo sr. Presidente, Vereador Maurílio Rodrigues dos Reis, que colocou em discussão e votação as atas das sessões anteriores (03 e 17 de abril). Ambas foram aprovadas pela unanimidade dos presentes. O sr. Presidente anunciou que no dia 10 de maio haverá o quadro Pequeno Expediente especial Dia das Mães, às 18 horas e 30 minutos. Na forma do art. 38, § 2º, da Lei Orgânica Municipal, a Mesa Diretora promulgou a Emenda à Lei Orgânica nº 12, que insere dispositivos na Lei Orgânica Municipal dispondo sobre o percentual de execução obrigatória do orçamento municipal com a denominação de emendas impositivas. O sr. Presidente comunicou que o Executivo enviou as seguintes informações requisitadas pela Câmara: 1) Requerimento 04, pontes danificadas; 2) Requerimento 09, tintas viárias e máquina; 3) Requerimento 12, serviço de radiodifusão; 4) Requerimento 13, combate à dengue; 5) Requerimento 11, transporte de resíduos sólidos. Conforme previamente solicitado, o sr. Presidente convidou a usar a palavra o sr. Gilberto Gonçalves Quintão, Secretário de Meio Ambiente, para falar sobre as atividades da sua secretaria. O Secretário abordou diversos assuntos, dentre eles o transporte de resíduos sólidos, a varrição de ruas, a utilização de dependências da Prefeitura pelos varredores, uniformes e EPI's, reflorestamento, bacias de evapotranspiração, destinação correta do lixo cemiterial, capina química, mudança do pátio de transbordo; especificamente sobre o serviço de transporte de lixo licitado o Secretário disse que é um serviço estimado para ser usado em caso de pane no caminhão adquirido. Ouve comentários e perguntas por parte dos Vereadores Jorge Luís e Demétrius. Seguindo a pauta, o Vereador Hedilberto, autor, pediu a votação a votação da Emenda nº 01, do Vereador Jorge, e do Projeto de à Lei nº 2.026, do Vereador Hedilberto Teixeira: Dispõe sobre prazos e procedimentos para que a Companhia de Saneamento de Minas Gerais – Copasa realize intervenções em vias públicas. O autor disse que é assunto muito debatido pela população a deficiência da Copasa na prestação do serviço de preparação das redes de esgoto e esse projeto dá mais poder de fiscalização à Prefeitura. O Vereador Demétrius disse que o contrato vigente dá ao município instrumentos para exigir ações da Copasa além do fiscal de posturas que deveria acompanhar e dos dois engenheiros da Prefeitura; citou a ausência dos Vereadores Gladstone e Ivan que fazem parte das comissões permanentes e cujos votos são importantes. O sr. Presidente então determinou a tramitação do Projeto de Lei nº 2.026 para que seja votado na próxima sessão. O Vereador Hedilberto disse que existe também deficiência no abastecimento de água em muitas localidades. O Vereador Demétrius disse que esse problema é mais grave porque o contrato de abastecimento de água é antigo e os problemas já deveriam estar resolvidos. Permaneceu tramitando o Projeto de Lei nº 2.029, do Executivo: Dispõe sobre aplicação dos adicionais de insalubridade e periculosidade à remuneração dos servidores públicos municipais. O sr. Presidente informou que o Sinsemrip

protocolou hoje na secretaria da Câmara a auditoria realizada pelo Engenheiro de Segurança do Trabalho, Paulo Leal. O Vereador Demétrius disse que o laudo do engenheiro aponta falhas e as correções necessárias. Seguindo a pauta, foi lido o Projeto de à Lei nº 2.031, do Executivo: Autoriza a abertura de crédito especial no orçamento para acobertar despesas com unidade administrativa do Poder Executivo. Os Vereadores Hedilberto e Jorge disseram que se trata de recursos federais. O sr. Presidente colocou em apreciação plenária e foi aprovado pela unanimidade dos presentes o pedido de urgência do autor. Então, solicitada a se manifestar, a Comissão de Finanças opinou favoravelmente ao projeto. Os Vereadores debateram sobre as providências necessárias na ponte em tela e outras. O sr. Presidente submeteu à votação o Projeto de Lei nº 2.031, o qual foi aprovado pela unanimidade dos presentes. A seguir, foi lido o Projeto de à Lei nº 2.032, do Executivo: Dispõe sobre a revisão geral anual do subsídio dos agentes políticos municipais do Poder Executivo. Havendo a dispensa de prazos e interstícios de tramitação pelo Plenário, tendo em vista se tratar do mesmo percentual aplicado para a remuneração dos servidores, o sr. Presidente solicitou a manifestação das comissões de Legislação (o Vereador Ivan foi substituído pelo Vereador Demétrius) e de Finanças. Ambas opinaram favoravelmente ao projeto. O Vereador Demétrius falou da necessidade de aumentar o valor pago no Pró-Jovem. Colocado em votação, o Projeto de Lei nº 2.032 foi aprovado pela unanimidade dos presentes. Seguiu tramitando para reestudo do autor o Projeto de Resolução nº 366/2022, do Vereador Jorge Luís Martins Soares: Cria na estrutura da Câmara Municipal de Rio Pomba o Centro de Apoio e Atendimento ao Cidadão – CAC. Ato contínuo, foi lido o Requerimento nº 14, do Vereador Hedilberto Teixeira: Requer informações sobre obras municipais. O autor se pronunciou sobre a má qualidade de várias obras realizadas que levam transtorno à população. O Vereador Demétrius também citou a necessidade de fiscalizar as obras má executadas e a gravidade da obra feita à Rua Péricles de Queiroz. Colocado em votação, o Requerimento nº 14 foi aprovado pela unanimidade dos presentes. Após, foi lida a Moção nº 03, do Vereador Jorge Luís Martins Soares: Moção de aplausos a Gabriel Marcelino Gonçalves da Silva. O autor se pronunciou. Colocada em votação, a Moção nº 03 foi aprovada pela unanimidade dos presentes. A seguir, foi lida a Moção nº 04, do Vereador Jorge Luís Martins Soares: Moção de aplausos a Willie Faria Martins. O autor se pronunciou. Colocada em votação, a Moção nº 04 foi aprovada pela unanimidade dos presentes. Após, foi lida a Moção nº 05, do Vereador Demétrius Carvalho de Oliveira: Moção de aplausos a Tenório Mendonça Viana. O autor se pronunciou. Colocada em votação, a Moção nº 05 foi aprovada pela unanimidade dos presentes. Por fim, foi lida a Moção nº 06, do Vereador Jorge Luís Martins Soares: Moção de aplausos a Simone Machado Pirozzi. O autor se pronunciou. Colocada em votação, a Moção nº 06 foi aprovada pela unanimidade dos presentes. Em sequência foram lidas: a) Demétrius Carvalho de Oliveira: 1) Indicação nº 518: melhorias e reparos na estrada vicinal do morro do Bexiguento; 2) Indicação nº 519: reforma da estrutura e da rede elétrica da Praça Ministro Odilon Braga; 3) Indicação nº 520: remoção de poste; b) Hedilberto Teixeira: 1) Indicação nº 514: placas de sinalização; 2) Indicação nº 515: construção de ponto de ônibus; c) Jorge Luís Martins Soares: 1) Indicação nº 513: quadra poliesportiva da exposição; 2)

Indicação nº 516: que o Executivo elabore projeto que regulamente a instalação de parklets; d) Hedilberto Teixeira, Gladstone R. Silva, Paulo H. Silva e Jorge Luís M. Soares: 1) Indicação nº 517: ampliação de horário nas unidades básicas de saúde (UBS). No pequeno expediente os vereadores inscritos puderam falar sobre as indicações e projetos. Às dezenove horas e quarenta e um minutos, aberta a ordem do dia, permaneceu tramitando o Projeto de Lei nº 1.961/2022, do Executivo: “Altera a denominação do Complexo Esportivo Prof. Luiz Carlos de Lima Franco e dá outras providências”; devido à ausência dos Vereadores Gladstone e Ivan, membros das comissões permanentes que necessitam emitir o parecer. O sr. Presidente submeteu à apreciação plenária a justificativa do Vereador Hedilberto Teixeira para a sua ausência à sessão do dia dezessete de abril. Pela unanimidade dos presentes o Plenário reconheceu os motivos da real necessidade. No grande expediente os vereadores inscritos puderam falar sobre assuntos de interesse público. O Vereador Hedilberto Teixeira falou sobre falhas no atendimento da área de saúde que prejudicou um cidadão simplesmente pela falta de uma assinatura; voltou a falar sobre a má qualidade do serviço que está sendo prestado pela Copasa e sobre obras urgentes que estão sendo aguardadas pela população. O Vereador Demétrius parabenizou às mães pelo seu dia comemorado no próximo domingo; falou sobre a necessidade da distribuição de uniformes aos varredores de rua e do pagamento de insalubridade; falou da falta de material para uso das professoras nas escolas municipais ao passo que existem recursos financeiros para isso; citou respostas de requerimentos que enviará ao Ministério Público, dentre elas a aquisição de material para pintura de vias; criticou a falta de acompanhamento das obras que estão sendo feitas pela Copasa. Nada mais havendo, foi encerrada a sessão às vinte horas e redigida esta ata que, depois de colocada em discussão em Plenário e aprovada, segue assinada pelo Sr. Presidente; por mim, Secretário; e demais Vereadores presentes à sessão que a aprovou.

MAURILIO RODRIGUES DOS REIS  
Presidente da Câmara

HEDILBERTO TEIXEIRA  
Secretário

Demétrius Carvalho de Oliveira

Frederico Senra Condé

Gladstone Roncalli da Silva

Ivan Ferreira Martins

Jorge Luís Martins Soares

Paulo Henrique da Silva

Rafael Vilela Martins

**Ata da Quadragésima Quarta Sessão Ordinária da Câmara Municipal de Rio Pomba.** Às dezoito horas e três minutos do dia quinze de maio de dois mil e vinte e três, reunidos no Plenário da Câmara os Vereadores: Demétrius Carvalho de Oliveira, Frederico Senra Condé, Gladstone Roncalli da Silva, Hedilberto Teixeira, Jorge Luís Martins Soares, Maurílio Rodrigues dos Reis, Paulo Henrique da Silva e Rafael Vilela Martins; ausente o Vereador Ivan Ferreira Martins; foi aberta a sessão pelo sr. Presidente, Vereador Maurílio Rodrigues dos Reis, que colocou em discussão e votação a ata da sessão anterior (08 de maio), a qual foi aprovada pela unanimidade dos presentes. O sr. Presidente solicitou a leitura do Ofício 374 comunicando o repasse de recursos na ordem de cem mil reais. Durante a leitura compareceu à sessão o Vereador Ivan Ferreira Martins, às dezoito horas e cinco minutos. O sr. Presidente submeteu à apreciação plenária a justificativa do Vereador Gladstone Roncalli da Silva para a sua ausência à sessão do dia oito de maio. Por unanimidade o Plenário reconheceu os motivos da real necessidade. Passando às proposições, o sr. Presidente solicitou o parecer verbal das Comissões de Legislação, Obras e Serviços, e Finanças, a respeito do Projeto de Lei nº 2.026 e da emenda apresentada. As três comissões manifestaram-se pela legalidade. O Vereador Demétrius disse que o Código de Trânsito já oferece ferramentas para o município atuar com relação à prestação dos serviços pela Copasa; relatou caso de pessoa que sofreu queda na rua devido a resto de materiais; disse que a Copasa não vem providenciando a reforma adequada nas suas obras. O Vereador Gladstone parabenizou ao autor pela inserção de prazos nos procedimentos da Copasa. Então, o sr. Presidente colocou em discussão o Projeto de Lei nº 2.026, do Vereador Hedilberto Teixeira: Dispõe sobre prazos e procedimentos para que a Companhia de Saneamento de Minas Gerais – Copasa realize intervenções em vias públicas; e a Emenda nº 01 – Aditiva. Em seguida, foi lida e colocada em votação a Emenda nº 01-Aditiva, a qual foi aprovada por unanimidade. Após, foi colocado em votação o Projeto de à Lei nº 2.026, que também foi aprovado por unanimidade. Seguindo a pauta, permaneceu tramitando o Projeto de Lei nº 2.029, do Executivo: Dispõe sobre aplicação dos adicionais de insalubridade e periculosidade à remuneração dos servidores públicos municipais. O Vereador Ivan perguntou se a Prefeitura fez as correções nesse projeto. O Vereador Rafael disse que não e enquanto não forem feitas em conformidade com o laudo do dr. Paulo Leal não há condições de votá-lo. Após, foi lido o Projeto de à Lei nº 2.033, do Executivo: Autoriza a abertura de crédito especial no orçamento para acobertar despesas com unidade administrativa do Poder Executivo. O sr. Presidente colocou em votação o pedido de urgência do Executivo, que foi aprovado por unanimidade. O sr. Presidente solicitou a manifestação da Comissão de Finanças e esta opinou favoravelmente ao projeto. A seguir, foi colocado em discussão e votação o Projeto de Lei nº 2.033, obtendo-se a sua aprovação por unanimidade. Seguiu tramitando para reestudo do autor o Projeto de Resolução nº 366/2022, do Vereador Jorge Luís Martins Soares: Cria na estrutura da Câmara Municipal de Rio Pomba o Centro de Apoio e Atendimento ao Cidadão – CAC. Ato contínuo, foi lido o Requerimento nº 15, do Vereador Gladstone Roncalli da Silva: Requer informações sobre o cumprimento da Lei nº 1.863/2022. O autor disse que até no sábado retrasado não havia os banheiros e que o Vereador Demétrius informou haver no último sábado. O Vereador Ivan disse

que os banheiros estão mal colocados por estarem na chamada “rua de trás”; relatou estar havendo descuidos no recolhimento dos mesmos. Votado, este requerimento foi aprovado por unanimidade. Após, foi lido o Requerimento nº 16, dos Vereadores Hedilberto Teixeira e Jorge Luís Martins Soares: Requer informações sobre recuperação de ponte rural. Os autores falaram sobre a proposição. Votado, este requerimento foi aprovado por unanimidade. A seguir, foi lido o Requerimento nº 17, do Vereador Demétrius Carvalho de Oliveira: Requer informações sobre contratos de consultoria/assessoria. O autor falou sobre as diversas consultorias contratadas pela administração, o que não se justifica pela margem de folga com o gasto de pessoal. Votado, este requerimento foi aprovado por unanimidade. Após, foi lida a Moção nº 07, do Vereador Rafael Vilela Martins: Moção de aplausos a Breno de Souza Caetano. O autor se pronunciou. Colocada em votação, a Moção nº 07 foi aprovada por unanimidade. A seguir, foi lida a Moção nº 08, do Vereador Rafael Vilela Martins: Moção de aplausos a Eloína de Castro. Colocada em votação, a Moção nº 08 foi aprovada por unanimidade. Após, foi lida a Moção nº 09, do Vereador Rafael Vilela Martins: Moção de aplausos a Roney Faria da Costa. O autor se pronunciou. Colocada em votação, a Moção nº 09 foi aprovada por unanimidade. O sr. Presidente comunicou o recebimento, nesta data, do Projeto de à Lei nº 2.034, do Executivo: Dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício de 2024; e a abertura do prazo para apresentação de emendas. Em sequência foram lidas: a) Demétrius Carvalho de Oliveira: 1) Indicação nº 155-3ª edição: reforma e adequação das calçadas pertencentes ao município; 2) Indicação nº 213-2ª edição: providências para o crescimento econômico municipal atrelados ao distrito industrial II; 3) Indicação nº 266-3ª edição: revitalização da sinalização regulamentadora de trânsito da cidade; b) Jorge Luís Martins Soares: 1) Indicação nº 522: instalação de área de lazer ou praça; 2) Indicação nº 523: criação de mirante turístico; 3) Indicação nº 524: recuperação de ponte de madeira no Bomjardim; c) Rafael Vilela Martins: 1) Indicação nº 521: providências no loteamento Panorama. No pequeno expediente os vereadores inscritos puderam falar sobre as indicações e projetos. Às dezoito horas e cinquenta e sete minutos, aberta a ordem do dia, o sr. Presidente solicitou a manifestação das Comissões de Legislação e de Educação a respeito do Projeto de Lei nº 1.961/2022, do Executivo: “Altera a denominação do Complexo Esportivo Prof. Luiz Carlos de Lima Franco e dá outras providências”. O Vereador Ivan disse ser totalmente contra o fechamento do clube à população; não é contra a integralidade escolar. O parecer da Comissão de Legislação foi pela legalidade pelos votos dos Vereadores Jorge Luís M. Soares e Paulo H. Silva, votando o Vereador Ivan F. Martins contrário. O parecer da Comissão de Educação foi pela aprovação do projeto. Então, o sr. Presidente o submeteu à discussão e votação. Votaram favoráveis: Paulo Henrique da Silva, Gladstone Roncalli da Silva, Hedilberto Teixeira e Jorge Luís Martins Soares; votaram contrários: Frederico Senra Condé e Ivan Ferreira Martins; abstiveram-se de votar: Rafael Vilela Martins e Demétrius Carvalho de Oliveira. O Vereador Rafael vincula a Praça de Esportes à educação inclusive para elevar os gastos na educação; ressaltou a falta de diálogo no caso para que o clube tivesse maior abrangência de uso. O Vereador Demétrius disse que a destinação do imóvel para a educação é um bom trabalho, mas lamentou a política de separação da atual administração, pois o



imóvel poderia ser mais utilizado. Desta forma, o Projeto de Lei nº 1.961/2022 foi aprovado por 04 (quatro) votos. No grande expediente os vereadores inscritos puderam falar sobre assuntos de interesse público. Comentou sobre as datas comemorativas “dia da família” e “dia do gari”; falou sobre o direito ao adicional de insalubridade pelos varredores e garis. O Vereador Hedilberto lamentou o que está acontecendo em nossa cidade pelas obras realizadas pela Copasa; sobre o Ciel, disse que a Câmara votou apenas a mudança de nome e lamentou que a administração anterior do clube já vinha em decadência; disse que o local não está fechado e atende a várias oportunidades de uso desportivo, algo que precisa ser reconhecido. O Vereador Gladstone comentou que o contrato de segurança nas escolas será encerrado em 19 de maio e isso é preocupante; falou da necessidade de cobrar a Copasa a retirada de restos de materiais das obras por oferecerem risco à segurança pública; falou sobre a precariedade das estradas rurais; ressaltou ações positivas que estão sendo realizadas no Ciel, como hidroginástica, mas que os vereadores precisam ser a voz do povo até o Executivo; também sobre a questão da insalubridade comentou a necessidade das adequações. Nada mais havendo, foi encerrada a sessão às dezenove horas e vinte e cinco minutos e redigida esta ata que, depois de colocada em discussão em Plenário e aprovada, segue assinada pelo Sr. Presidente; por mim, Secretário; e demais Vereadores presentes à sessão que a aprovou.

MAURILIO RODRIGUES DOS REIS  
Presidente da Câmara

HEDILBERTO TEIXEIRA  
Secretário

Demétrius Carvalho de Oliveira

Frederico Senra Condé

Gladstone Roncalli da Silva

Ivan Ferreira Martins

Jorge Luís Martins Soares

Paulo Henrique da Silva

Rafael Vilela Martins

**Ata da Quadragésima Quinta Sessão Ordinária da Câmara Municipal de**

**Rio Pomba.** Às dezoito horas e treze minutos do dia cinco de junho de dois mil e vinte e três, reunidos no Plenário da Câmara todos os Vereadores: Demétrius Carvalho de Oliveira, Frederico Senra Condé, Gladstone Roncalli da Silva, Hedilberto Teixeira, Ivan Ferreira Martins; Jorge Luís Martins Soares, Maurílio Rodrigues dos Reis, Paulo Henrique da Silva e Rafael Vilela Martins; foi aberta a sessão pelo sr. Presidente, Vereador Maurílio Rodrigues dos Reis, que colocou em discussão e votação a ata da sessão anterior (15 de maio), a qual foi aprovada por unanimidade. O sr. Presidente comunicou que o Executivo respondeu ao requerimento sobre colocação de banheiros na feira livre. Conforme previamente solicitado, o sr. Presidente convidou a usar a palavra o sr. Bruno, extensionista da Emater em Rio Pomba, o qual fez a sua apresentação e relatou sobre suas atividades. Passando às proposições, seguiu tramitando o Projeto de Lei nº 2.029, do Executivo: Dispõe sobre aplicação dos adicionais de insalubridade e periculosidade à remuneração dos servidores públicos municipais. Também seguiram tramitando: a) Emendas nºs 01 e 02-Aditivas, ao Projeto de Lei nº 2.034; b) Projeto de Lei nº 2.034, do Executivo: Dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício de 2024. O plenário dispensou a leitura. O sr. Presidente os encaminhou à Comissão de Finanças e comunicou que na próxima sessão acontecerá a audiência pública e a votação. A seguir, foi lido o Projeto de Lei nº 2.035, do Vereador Rafael Vilela Martins: Dispõe sobre a Política Municipal de uso da *cannabis* para fins medicinais e distribuição gratuita de medicamentos prescritos à base da planta, que contenham em sua fórmula as substâncias Canabidiol (CBD) e/ou Tetrahydrocannabinol (THC), nas unidades de saúde pública municipal e privada, ou conveniada ao Sistema Único de Saúde – SUS, no âmbito do município de Rio Pomba, e dá outras providências. O Vereador Rafael falou dos benefícios trazidos pela medicação mas também da existência de preconceito sobre o assunto. O sr. Presidente convidou a usar a palavra, conforme prévia solicitação do autor do projeto, o Dr. Allonson Rodrigues Vieira Sá (psiquiatra), a jornalista Cyntia Giusti Martins e a usuária do medicamento, Andreza Giusti Amora. O Vereador Hedilberto se pronunciou sobre a importância da medicação inclusive para os autistas; disse que na Comissão de Finanças estará aberto à discussão. O Vereador Rafael Vilela disse que o projeto é baseado num projeto aprovado por iniciativa da Câmara de Salvador, o qual foi sancionado pelo Prefeito de lá. O Vereador Ivan sugeriu a realização de uma audiência pública para ouvir a Gaarp, profissionais da saúde, comissão de saúde, a sociedade, polícia judiciária e o Judiciário, por ser um tema que precisa ser debatido. O Vereador Demétrius disse que o projeto precisa ser estudado e falou sobre pesquisas que fez, inclusive quanto ao preconceito. O Vereador Jorge disse que estará chamando o Executivo para o diálogo e se criar um projeto eficaz em conformidade com as disponibilidades orçamentárias. O Vereador Gladstone disse que através do diálogo será encontrada a solução e que a Casa está aberta, inclusive através de audiência pública como sugeriu o Vereador Ivan. O sr. Presidente agradeceu a presença dos convidados e determinou a tramitação deste projeto e o encaminhou para análise das Comissões de: a) Legislação; b) Saúde (Rafael foi substituído por Frederico); c) Finanças (Rafael foi substituído por Paulo). Seguindo os trabalhos, foi lido o Projeto de Lei nº 2.036, dos Vereadores Gladstone

R. Silva e Demétrius C. Oliveira: Insere no calendário de eventos da Secretaria Municipal de Educação as datas comemorativas que menciona. O Vereador Gladstone falou sobre a não comemoração do dia das mães nas escolas e o projeto vem assegurar o cumprimento das tradições, dia das mães e dos pais. O Vereador Demétrius disse que o projeto vem agregar e as escolas saberão produzir essas homenagens, e ainda assegura o direito dos alunos não participarem para se evitar constrangimentos. Este projeto seguiu tramitando e foi encaminhado para análise das Comissões de: a) Legislação; b) Educação (Gladstone foi substituído por Frederico). Após, foi lido o Projeto de Lei nº 2.037, do Executivo: Dispõe sobre a concessão de benefício eventual de auxílio funeral no município de Rio Pomba. O Vereador Demétrius solicitou que o sr. Presidente autorizasse o pronunciamento da Dra. Kiusa, assessora jurídica do Executivo, para mais informações. A Dra. Kiusa então prestou informações a respeito do projeto e respondeu às questões apresentadas. O sr. Presidente colocou em apreciação plenária o pedido de urgência do Executivo, o qual foi aprovado por unanimidade. Após, o sr. Presidente solicitou a manifestação das Comissões de Legislação, de Assistência e de Finanças. Os membros das três comissões opinaram favoravelmente ao projeto. Então, colocado em votação, o Projeto de Lei nº 2.037 foi aprovado por unanimidade. Seguindo a pauta, foi lido o Projeto de Lei nº 2.038, do Executivo: Institui no município de Rio Pomba o Programa Partilha Solidária, e dá outras providências. O Vereador Demétrius disse reconhecer a necessidade de pessoas em situação de vulnerabilidade, mas o problema está na demora da atual administração agir no sentido de trazer projetos de criação de empregos, pois a dignidade da pessoa está em trabalhar e receber o seu salário e não em ficar recebendo auxílios; disse ser favorável ao projeto mas citou a necessidade de analisar. O sr. Presidente colocou em apreciação o pedido de urgência do Executivo. Por unanimidade, o Plenário aprovou o regime de urgência. O Vereador Demétrius votou a favor mas falou da necessidade de discutir o assunto. Então, o sr. Presidente solicitou a manifestação das Comissões de Legislação, de Assistência e de Finanças. O Vereador Rafael Vilela disse que não quer agarrar esse projeto, mas gostaria de estudá-lo, sendo que ainda tem mais uma reunião este mês. O Vereador Ivan disse não ser contra mas apoiou o pedido do Vereador Rafael em analisar o projeto. O Vereador Hedilberto disse que é dinheiro do povo voltando para o povo. O Vereador Jorge disse que o projeto é questão de renda e injeta dinheiro no comércio da cidade e o vê com bons olhos; disse que as comissões podem emitir o parecer verbal pela maioria dos seus membros. O Vereador Ivan disse que prefere analisar pela comissão e votar na próxima reunião. O Vereador Paulo manifestou para que o projeto fique para a próxima reunião. O Vereador Frederico disse que ninguém é contra o projeto e é bom para a população, mas o mesmo pode ficar para a próxima sessão e pode receber alguma emenda que venha a agregar. O Vereador Hedilberto disse ter a sua opinião e respeitar a dos outros, mas já que se quer segurar projeto que beneficia a população por quinze dias. O Vereador Frederico disse que não se trata de segurar projeto, mas de analisar. O Vereador Hedilberto disse que a Câmara sempre votou projetos com urgência em épocas passadas. O Vereador Maurílio fez consulta à assessora jurídica da Câmara e esta respondeu que as comissões estão manifestando o desejo de se reunirem. Então, o Projeto de Lei nº 2.038 seguiu

tramitando para a próxima sessão, segundo o sr. Presidente. Seguindo a pauta, foi lido o Projeto de Lei nº 2.040, do Executivo: Autoriza o Chefe do Poder Executivo a conceder isenção do Imposto Predial e Territorial Urbano – IPTU e taxas de serviços urbanos incidentes sobre os imóveis interditados pela Defesa Civil, no município de Rio Pomba, MG. O sr. Presidente colocou em apreciação plenária o pedido de urgência do Executivo. O Vereador Demétrius esclareceu sobre o fato gerador do IPTU e que o projeto vem fazer uma justiça social diante do dano sofrido no imóvel. O regime de urgência especial foi aprovado por unanimidade. Após, o sr. Presidente solicitou a manifestação das Comissões de Legislação de Finanças. Os membros das duas comissões opinaram favoravelmente ao projeto. Então, colocado em votação, o Projeto de Lei nº 2.040 foi aprovado por unanimidade. A seguir, foi lido o Projeto de Lei nº 2.039, do Executivo: Altera o artigo 13 da Lei Municipal nº 1.462/2013. O sr. Presidente colocou em apreciação plenária o pedido de urgência do Executivo. O Vereador Demétrius agradeceu ao Executivo pelo atendimento tardio a uma indicação sua, pois o objetivo da alteração e a fiscalização das atividades da Copasa. O regime de urgência foi aprovado por unanimidade. Após, o sr. Presidente solicitou a manifestação das Comissões de Legislação, de Saúde e de Meio Ambiente. Os membros das três comissões opinaram favoravelmente ao projeto. Então, colocado em votação, o Projeto de Lei nº 2.039 foi aprovado por unanimidade. O Vereador Demétrius solicitou ao sr. Presidente que peça esclarecimentos ao Executivo o motivo dele, como representante da Câmara no Codema, não estar sendo convidado para as reuniões. Permaneceu tramitando o Projeto de Resolução nº 366/2022, do Vereador Jorge Luís Martins Soares: Cria na estrutura da Câmara Municipal de Rio Pomba o Centro de Apoio e Atendimento ao Cidadão – CAC. Após, foi lido o Requerimento nº 18, do Vereador Rafael: requer informações sobre recursos da Portaria nº 597 – piso da enfermagem. O autor falou sobre o que trata a Portaria 597. Votado, este requerimento foi aprovado por unanimidade. A seguir, foi lido o Requerimento nº 19, do Vereador Ivan: requer informações sobre providências no loteamento Panorama. O autor falou sobre as promessas do Executivo com relação ao loteamento Panorama ainda não concretizadas, apesar até da presença de deputado em sessão da Câmara. O Vereador Demétrius falou sobre a aplicação do programa Reurb no loteamento Panorama. Votado, este requerimento foi aprovado por unanimidade. Ato contínuo, foi lida a Moção nº 10, do Vereador Hedilberto Teixeira: Moção de aplausos a Rômulo Teixeira Vidal. O autor se pronunciou. O Vereador Rafael também elogiou o homenageado, inclusive citando a necessidade de trazê-lo para atuar no hospital. O Vereador Gladstone parabenizou o autor pela homenagem. Os Vereadores Demétrius e Ivan também parabenizaram o autor pela indicação. Colocada em votação, a Moção nº 10 foi aprovada por unanimidade. Em sequência foram lidas: a) Demétrius Carvalho de Oliveira: 1) Indicação nº 528: instalação de corrimão; 2) Indicação nº 272-2ª edição: iluminação pública na Rua Casuarina, bairro Belvedere; 3) Indicação nº 306-2ª edição: regularização fundiária urbana – Reurb; b) Jorge Luís Martins Soares: 1) Indicação nº 527: abrigo temporário para acolhimento de animais em situação de abandono; c) Rafael Vilela Martins: 1) Indicação nº 525: manutenção em estrada rural; 2) Indicação nº 526: piso salarial da enfermagem; 3) Indicação nº 529: aumento da subvenção ao asilo e hospital tendo em vista o novo piso salarial da

enfermagem. No pequeno expediente os vereadores inscritos puderam falar sobre as indicações e projetos. Às vinte e uma horas e quinze minutos, aberta a ordem do dia, foi lido o Projeto de Decreto Legislativo nº 214/2023, do Vereador Jorge Luís Martins Soares: Outorga homenagem de cidadania benemérita e dá outras providências (Érica Mansoldo Salazar). Colocado em discussão, o autor falou sobre a homenageada em suas atividades profissionais e o fato de haver residido em Rio Pomba. Submetido à votação, o Projeto de Decreto Legislativo nº 214 foi aprovado por unanimidade. No grande expediente os vereadores inscritos puderam falar sobre assuntos de interesse público. O Vereador Rafael falou da importância dos medicamentos à base de canabidiol e citou que o Vereador Hedilberto teve um projeto semelhante, sobre a distribuição de fraldas, o qual abriu um precedente. O Vereador Hedilberto parabenizou ao Executivo pela ação impetrada contra a cobrança de tarifas da Copasa. O Vereador Demétrius falou sobre a possibilidade de vereadores apresentarem projetos que geram despesas ao Executivo, inclusive assunto confirmado em sentenças judiciais; falou sobre a liminar concedida pela Juíza de Direito da Comarca na ação civil pública contra as tarifas da Copasa. Nada mais havendo, foi encerrada a sessão às vinte e uma horas e trinta e sete minutos e redigida esta ata que, depois de colocada em discussão em Plenário e aprovada, segue assinada pelo Sr. Presidente; por mim, Secretário; e demais Vereadores presentes à sessão que a aprovou.

MAURILIO RODRIGUES DOS REIS  
Presidente da Câmara

HEDILBERTO TEIXEIRA  
Secretário

Demétrius Carvalho de Oliveira

Frederico Senra Condé

Gladstone Roncalli da Silva

Ivan Ferreira Martins

Jorge Luís Martins Soares

Paulo Henrique da Silva

Rafael Vilela Martins

**Ata da Quinquagésima Sessão Ordinária da Câmara Municipal de Rio**

**Pomba.** Às dezoito horas e quinze minutos do dia dezoito de junho de dois mil e vinte e três, reunidos no Plenário da Câmara todos os Vereadores: Demétrius Carvalho de Oliveira, Frederico Senra Condé, Gladstone Roncalli da Silva, Hedilberto Teixeira, Ivan Ferreira Martins; Jorge Luís Martins Soares, Maurílio Rodrigues dos Reis, Paulo Henrique da Silva e Rafael Vilela Martins; foi aberta a sessão pelo sr. Presidente, Vereador Maurílio Rodrigues dos Reis, que colocou em discussão e votação a ata da sessão anterior (05 de junho), a qual foi aprovada por unanimidade. O sr. Presidente comunicou que o sr. Prefeito designou o sr. Wellington Ferreira de Souza, na condição de Secretário de Administração e Finanças, para usar a palavra sobre assuntos de interesse público e as matérias em pauta. Presente no recinto o sr. Prefeito, Reginaldo Furtado de Carvalho, diversos secretários municipais e servidores da Prefeitura, além do público diverso. Seguiu tramitando o Projeto de Lei nº 2.029, do Executivo: Dispõe sobre aplicação dos adicionais de insalubridade e periculosidade à remuneração dos servidores públicos municipais. O Vereador Demétrius disse que o pessoal do Sinsemrip já concorda com as alterações que foram feitas, mas que da sua parte (Demétrius) falta a questão dos varredores de rua a coveiros. O sr. Presidente antecipou um projeto de lei tendo em vista que a superintendente da Caixa, que irá se manifestar, precisa viajar; solicitou a leitura do Projeto de Lei nº 2.041, do Executivo: Autoriza o Poder Executivo a contratar operação de crédito com a Caixa Econômica Federal, e dá outras providências. Após, o sr. Presidente solicitou a usar a palavra a sra. Daniele, Superintendente da área de governo da Caixa Econômica Federal da região; explicou o que se trata o Finisa e a classificação obtida pelo município de Rio Pomba, através de informações públicas. Houve perguntas e comentários dos Vereadores respondidos e comentados pela sra. Daniele. Durante a sessão pessoas do público manifestaram-se em voz alta interrompendo os trabalhos, apesar da chamada de atenção do sr. Presidente. Os Vereadores abordaram também diversas questões como emendas de parlamentares para Rio Pomba. A sra. Daniele se despediu colocando-se à disposição dos Vereadores pelo contato telefônico. A seguir, o sr. Presidente concedeu a palavra ao Vice-Prefeito e Secretário de Administração e Finanças, Wellington Ferreira de Souza, para falar sobre o Projeto de Lei nº 2.041. O secretário Wellington abordou alguns assuntos e o Vereador Ivan pediu ao sr. Presidente que mantivesse o assunto dentro do projeto, fato que se repetiu diversas vezes. O sr. Presidente pediu que o orador se ativesse ao projeto de lei. A sessão prosseguiu com manifestações esporádicas de pessoas do público, porém exaltadas. O sr. Prefeito, Reginaldo Furtado de Carvalho, também se exaltou em dado momento diante da manifestação de um cidadão. O sr. Presidente disse que encerraria a reunião caso não houvesse ordem. O Secretário Wellington concluiu seu pronunciamento. O sr. Presidente disse que colocaria em votação o pedido de urgência para o projeto. Diante de pedidos dos Vereadores, o sr. Presidente disse que o projeto vai continuar tramitando, que convocará sessão extraordinária e pediu a continuidade dos trabalhos. Porém, o público presente estava muito exaltado e não permitia silêncio no recinto para a continuidade dos trabalhos. Após reiteradas solicitações para que o público mantivesse o silêncio, diante das manifestações desrespeitosas de parte do público

presente, tendo em vista que a Polícia Militar não compareceu à sede do Legislativo até este momento com a finalidade de garantir a segurança e a ordem, o sr. Presidente encerrou a sessão às dezenove horas e quarenta e oito minutos e foi redigida esta ata que, depois de colocada em discussão em Plenário e aprovada, segue assinada pelo Sr. Presidente; por mim, Secretário; e demais Vereadores presentes à sessão que a aprovou.

MAURILIO RODRIGUES DOS REIS  
Presidente da Câmara

HEDILBERTO TEIXEIRA  
Secretário

Demétrius Carvalho de Oliveira

Frederico Senra Condé

Gladstone Roncalli da Silva

Ivan Ferreira Martins

Jorge Luís Martins Soares

Paulo Henrique da Silva

Rafael Vilela Martins

**Ata da Décima Terceira Sessão Ordinária da Câmara Municipal de Rio**

**Pomba.** Às dezoito horas e cinco minutos do dia vinte e seis de junho de dois mil e vinte e três, reunidos no Plenário da Câmara todos os Vereadores: Demétrius Carvalho de Oliveira, Frederico Senra Condé, Gladstone Roncalli da Silva, Hedilberto Teixeira, Ivan Ferreira Martins; Jorge Luís Martins Soares, Maurílio Rodrigues dos Reis, Paulo Henrique da Silva e Rafael Vilela Martins; foi aberta a sessão pelo sr. Presidente, Vereador Maurílio Rodrigues dos Reis, que solicitou 01 minuto de silêncio em memória das pessoas falecidas nesta data, Maria Eterna Soares, que participou do quadro Pequeno Expediente, e do ex-servidor municipal Jéus Costa, conhecido como “Macota”. A seguir, foi colocada em discussão e votação a ata da sessão anterior (19 de junho), a qual foi aprovada por unanimidade. Presentes no recinto diversos secretários municipais e servidores da Prefeitura, além de público diverso. Houve a audiência pública para apresentação do projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2024, pela contabilista Glória Aparecida Rodrigues dos Santos, representando o Executivo. Foi lido o Ofício nº 222/2023, do Executivo, solicitando a indicação de dois representantes da Câmara no Conselho Municipal de Saneamento Básico. O sr. Presidente solicitou voluntários e então se apresentaram os Vereadores Ivan Ferreira Martins (titular) e Hedilberto Teixeira (suplente). Seguiram tramitando: a) Projeto de à Lei nº 2.035, do Vereador Rafael Vilela Martins: Dispõe sobre a Política Municipal de uso da *cannabis* para fins medicinais e distribuição gratuita de medicamentos prescritos à base da planta, que contenham em sua fórmula as substâncias Canabidiol (CBD) e/ou Tetrahydrocannabinol (THC), nas unidades de saúde pública municipal e privada, ou conveniada ao Sistema Único de Saúde – SUS, no âmbito do município de Rio Pomba, e dá outras providências; b) Projeto de à Lei nº 2.036, dos Vereadores Gladstone R. Silva e Demétrius C. Oliveira: Insere no calendário de eventos da Secretaria Municipal de Educação as datas comemorativas que menciona. Após, foram lidos: a) Parecer nº 2, da Comissão de Legislação, ao Projeto de Lei nº 2.038; b) Emendas Modificativas 01, 02 e 03, da Comissão de Legislação, ao Projeto de Lei nº 2.038. O Vereador Ivan falou da importância de aprovar as emendas porque elas vedam o uso eleitoral do programa. O sr. Presidente colocou em votação as três emendas da Comissão de Legislação, sendo todas aprovadas por unanimidade. O sr. Presidente solicitou a manifestação da Comissão de Finanças ao Projeto de Lei nº 2.038, do Executivo: Institui no município de Rio Pomba o Programa Partilha Solidária, e dá outras providências. Os membros desta Comissão opinaram favoravelmente ao projeto. Então, o sr. Presidente colocou em votação o Projeto de Lei nº 2.038, o qual foi aprovado por unanimidade com inclusão de três emendas. Continuando os trabalhos, foi lido o Projeto de à Lei nº 2.042, do Vereador Demétrius Carvalho de Oliveira: Cria o projeto “Cãodomínio” comunitário de Rio Pomba e dá outras providências. Este projeto seguiu tramitando e foi enviado para as Comissões de Legislação; Defesa Animal; Finanças. O autor falou sobre os objetivos do projeto. Seguiu tramitando o Projeto de Resolução nº 366/2022, do Vereador Jorge Luís Martins Soares: Cria na estrutura da Câmara Municipal de Rio Pomba o Centro de Apoio e Atendimento ao Cidadão – CAC. Foram lidos e aprovados por unanimidade, um por vez, os seguintes requerimentos: a) Requerimento nº 20, do Vereador Demétrius: requer informações sobre exames



laboratoriais; b) Requerimento nº 21, do Vereador Demétrius: requer informações sobre ocorrências do loteamento Jardim São Luís; c) Requerimento nº 22, dos Vereadores Demétrius e Rafael: requer informações sobre verbas parlamentares; d) Requerimento nº 23, do Vereador Demétrius: requer informações sobre o Projeto de Lei nº 2.041/2023; e) Requerimento nº 24, do Vereador Demétrius: requer a relação nominal dos ocupantes de cargos comissionados; f) Requerimento nº 25, do Vereador Demétrius: requer informações sobre a disponibilidade financeira do município; g) Requerimento nº 26, do Vereador Demétrius: requer informações sobre a atualização do Portal da Transparência; h) Requerimento nº 27, do Vereador Rafael: requer informações sobre recursos do Programa Minha Casa Minha Vida; i) Requerimento nº 28, do Vereador Demétrius: requer informações sobre benefícios da área social j) Requerimento nº 29, do Vereador Demétrius: requer informações para compor o Projeto de Lei nº 2.041. Os autores se pronunciaram no momento da apresentação de cada requerimento. A seguir, foi lida a Moção nº 11, do Vereador Demétrius: moção de aplausos aos varredores de rua. Esta moção foi aprovada por unanimidade. O autor se manifestou. Na sequência, foi lida a Moção nº 12, do Vereador Hedilberto: moção de aplausos ao Grupo de Apoio aos Autistas de Rio Pomba – Gaarp. O autor se manifestou. Esta moção foi aprovada por unanimidade. Em sequência foram lidas: a) Demétrius: 1) Indicação nº 531: construção de mini-usina solar em terreno no antigo aterro/Serrinha; 2) Indicação nº 532: aquisição de uma máquina para trituração de restos de poda de árvores; 3) Indicação nº 534: câmeras de monitoramento no terminal rodoviário; b) Gladstone: 1) Indicação nº 530: que o Executivo designe cardiologista para atuar no Centro de Especialidades; c) Hedilberto: 1) Indicação nº 535: criar cargos de motoristas e vigias; 2) Indicação nº 536: faixa de travessia de pedestres; 3) Indicação nº 539: erosão em estrada rural; d) Jorge Luís: 1) Indicação nº 533: coleta de lixo periódica; 2) Indicação nº 538: reparo em ponte seca; e) Paulo: 1) Indicação nº 08-3ª edição: muro de contenção no final da Alameda dos Inconfidentes; 2) Indicação nº 537: providências na Alameda dos Inconfidentes. No pequeno expediente os vereadores puderam falar sobre suas indicações. Às dezenove horas e vinte e sete minutos, aberta a ordem do dia, foram lidas as Emendas nºs 01 e 02-Aditivas, ao Projeto de Lei nº 2.034. O sr. Presidente as colocou em votação, obtendo-se a sua aprovação por unanimidade. A seguir, o sr. Presidente solicitou a parecer da Comissão de Finanças, a qual se manifestou favorável à proposição. Então, o sr. Presidente colocou em votação o Projeto de Lei nº 2.034: Dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para 2024, o qual foi aprovado por unanimidade com duas emendas. A seguir, foi lido o Projeto de Decreto Legislativo nº 215/2023, do Vereador Gladstone Roncalli da Silva: Outorga homenagem de cidadania honorária e dá outras providências (Pastor Márcio). O autor falou sobre o seu homenageado. Colocado em discussão e votação, o Projeto de Decreto Legislativo nº 215/2023 foi aprovado por unanimidade. Continuando os trabalhos, foi lido o Ofício nº 226, do Executivo, e a nova mensagem ao Projeto de Lei nº 2.041. O sr. Presidente colocou em apreciação plenária o pedido de urgência do Executivo para o Projeto de Lei nº 2.041: Autoriza o Poder Executivo a contratar operação de crédito com a Caixa Econômica Federal, e dá outras providências. O regime de urgência foi aprovado por 05 (cinco) votos dos Vereadores: Ivan Ferreira Martins, Jorge Luís Martins Soares, Hedilberto Teixeira,

Gladstone Roncalli da Silva e Paulo Henrique da Silva; votando contra os Vereadores: Demétrius Carvalho de Oliveira, Frederico Senra Condé e Rafael Vilela Martins. Presente no recinto, o sr. Presidente concedeu a palavra ao sr. Vice-Prefeito e Secretário de Administração e Finanças, Wellington Ferreira de Souza, o qual pode explanar sobre o projeto, responder perguntas dos Vereadores e tecer comentários. Após, o sr. Presidente solicitou a manifestação da Comissão de Legislação. Os membros Jorge Luís M. Soares e Paulo H. Silva manifestaram favoráveis ao projeto. O membro Ivan F. Martins manifestou-se contrário. Solicitada a se manifestar, os membros da Comissão de Finanças Hedilberto Teixeira e Jorge Luís M. Soares opinaram favoravelmente ao projeto, enquanto o membro Rafael V. Martins manifestou-se contrário. Ultimada a votação do Projeto de Lei nº 2.041/2023, o mesmo foi rejeitado por 05 (cinco) votos dos Vereadores: Rafael Vilela Martins, Frederico Senra Condé, Gladstone Roncalli da Silva, Demétrius Carvalho de Oliveira e Ivan Ferreira Martins; votando a favor os Vereadores: Paulo Henrique da Silva, Hedilberto Teixeira e Jorge Luís Martins Soares. O Vereador Rafael Vilela justificou o seu voto pelo fato da Prefeitura possuir treze milhões em caixa e também pelo empréstimo não ser utilizável para casas populares. O Vereador Gladstone justificou o seu voto pelo princípio básico da economia e responsabilidade fiscal que fala em desenvolvimento com responsabilidade sem comprometer a saúde financeira do município, tendo em vista que o município tem treze milhões em caixa; também pela falta de clareza na possibilidade de usar o empréstimo para a construção de casas populares; disse respeitar os moradores do loteamento Panorama e se compadecer daqueles que dependem do aluguel social, mas não pode endividar o município ao longo de oito anos sobretudo havendo dinheiro em caixa que pode ser usado no Panorama e nas casas populares; citou ainda as emendas impositivas dos vereadores que poderão ser revertidas ao Panorama. O Vereador Hedilberto disse que a população está desesperada com o aumento na conta de água devido à taxa de esgoto; citou que irresponsabilidade é o município pagar dívidas antigas com o INSS mas casas populares não pode pagar porque é juro alto; citou o valor da sede da Câmara de quase 1,4 milhão de reais enquanto não se pode construir casas populares; citou o valor gasto na contenção do rio Pomba; disse que irresponsabilidade foi aprovar o contrato com a Copasa, empresa que está acabando com o município; disse que os recursos conseguidos através do Deputado Júlio Delgado não puderam ser usados por demora no processo. O Vereador Jorge Luís disse que o Panorama vai virar uma Av. Manoel Fernandes sem nunca ser construído; disse sentir-se triste pelos votos pois quando se votou para jogar uma taxa no bolso do povo foi aprovado por 07 a 01. O Vereador Demétrius disse ser favorável às casas populares, tanto que já conseguiu emendas parlamentares de 300 mil reais para esse fim; disse ser contra a forma como se está sendo realizado o procedimento; citou a possibilidade dos vereadores abrirem mão das emendas parlamentares em torno de 700 mil, mais a devolução de fim de ano da Câmara, somando mais de um milhão de reais para o loteamento Panorama; disse que seria favorável se a obra estivesse iniciada e o empréstimo fosse para concluí-la; disse que o programa Minha Casa Minha vida engloba um seguro para as casas populares, enquanto a forma que está sendo feita não haverá nenhum seguro. O Vereador Ivan disse que as informações foram colhidas e está convicto e até satisfeito

diante da portaria do Governo Federal autorizando a liberação do Programa Minha Casa Minha Vida e diante da existência de recursos próprios para o Loteamento Panorama. Nada mais havendo, foi encerrada a sessão às vinte horas e quarenta e seis minutos e foi redigida esta ata que, depois de colocada em discussão em Plenário e aprovada, segue assinada pelo Sr. Presidente; por mim, Secretário; e demais Vereadores presentes à sessão que a aprovou.

MAURILIO RODRIGUES DOS REIS  
Presidente da Câmara

HEDILBERTO TEIXEIRA  
Secretário

Demétrius Carvalho de Oliveira

Frederico Senra Condé

Gladstone Roncalli da Silva

Ivan Ferreira Martins

Jorge Luís Martins Soares

Paulo Henrique da Silva

Rafael Vilela Martins

**Ata da Décima Quarta Sessão Extraordinária da Câmara Municipal de Rio Pomba.** Às vinte horas e quarenta e seis minutos do dia vinte e seis de junho de dois mil e vinte e três, reunidos no Plenário da Câmara todos os Vereadores: Demétrius Carvalho de Oliveira, Frederico Senra Condé, Gladstone Roncalli da Silva, Hedilberto Teixeira, Ivan Ferreira Martins, Jorge Luís Martins Soares, Maurílio Rodrigues dos Reis, Paulo Henrique da Silva e Rafael Vilela Martins; foi aberta a sessão pelo sr. Presidente, Vereador Maurílio Rodrigues dos Reis, que deu início à ordem do dia e solicitou a leitura do Projeto de Lei nº 2.043, do Executivo: Autoriza a abertura de crédito especial no orçamento para acobertar despesas com unidade administrativa do Poder Executivo. A seguir, o sr. Presidente colocou em apreciação plenária o pedido de urgência do Executivo, o qual foi aprovado por unanimidade. Consultada a se manifestar, os membros da Comissão de Finanças opinaram favoravelmente ao projeto. A seguir o sr. Presidente colocou em discussão e votação o Projeto de Lei nº 2.043, obtendo-se a sua aprovação por unanimidade. Seguindo a pauta, foi lido o Projeto de Lei nº 2.044, do Executivo: Dispõe sobre a aplicação dos adicionais de insalubridade e periculosidade à remuneração dos servidores públicos municipais. A seguir, o sr. Presidente colocou em apreciação plenária o pedido de urgência do Executivo, o qual foi aprovado por unanimidade. O sr. Presidente então solicitou a manifestação das Comissões de Legislação; Saúde e Finanças. Os membros das três comissões se manifestaram pela legalidade e favoráveis ao projeto. Presente no recinto e mediante solicitação de vereadores, o sr. Presidente convidou a usar a palavra o dr. Clóvis Torres Quintão, Presidente do Sinsemrip. Também estava presente o servidor municipal Nilson Andrade da Silva, presidente do mesmo sindicato. O dr. Clóvis lembrou que esse tema é complexo e todas as vezes que chegou à Câmara não foi concluído por causa da estrutura procedimental de como se formou os estudos; disse que casos específicos devem ser levados à discussão no judiciário, como o Sinsemrip já tem feito; compartilhou o entendimento do Sinsemrip favorável ao projeto em análise. Houve questionamentos e troca de informações entre os vereadores e o dr. Clóvis. A seguir o sr. Presidente colocou em votação o Projeto de Lei nº 2.044, obtendo-se a sua aprovação por unanimidade. Nada mais havendo, foi encerrada a sessão às vinte e uma horas e treze minutos e redigida esta ata que, depois de colocada em discussão em Plenário e aprovada, segue assinada pelo Sr. Presidente; por mim, Secretário; e demais Vereadores presentes à sessão que a aprovou.

MAURILIO RODRIGUES DOS REIS  
Presidente da Câmara

HEDILBERTO TEIXEIRA  
Secretário

Demétrius Carvalho de Oliveira

Frederico Senra Condé

Gladstone Roncalli da Silva

Ivan Ferreira Martins

Jorge Luís Martins Soares

Paulo Henrique da Silva

Rafael Vilela Martins

**Ata da Décima Quinta Sessão Extraordinária da Câmara Municipal de Rio Pomba.** Às dezoito horas e doze minutos do dia dezessete de julho de dois mil e vinte e três, reunidos no Plenário da Câmara todos os Vereadores: Demétrius Carvalho de Oliveira, Frederico Senra Condé, Gladstone Roncalli da Silva, Hedilberto Teixeira, Ivan Ferreira Martins, Jorge Luís Martins Soares, Maurílio Rodrigues dos Reis, Paulo Henrique da Silva e Rafael Vilela Martins; foi aberta a sessão pelo sr. Presidente, Vereador Maurílio Rodrigues dos Reis, que deu início à ordem do dia e solicitou a leitura do Projeto de Lei Complementar nº 36, do Executivo: Altera a Lei Complementar nº 23/2019 e modifica a Lei Municipal nº 1.468/2014 e dá outras providências. A seguir, o sr. Presidente colocou em apreciação plenária o pedido de urgência do Executivo, o qual foi aprovado por unanimidade. Consultados a se manifestar, os membros das Comissões de Legislação, de Saúde e de Finanças opinaram favoravelmente ao projeto. A seguir o sr. Presidente colocou em votação o Projeto de Lei Complementar nº 36, obtendo-se a sua aprovação por unanimidade. O Vereador Ivan ressaltou que a administração cria mais um cargo de confiança. O Vereador Demétrius também se manifestou nesse sentido. Seguindo a pauta, foi lido o Projeto de Lei nº 2.046, do Executivo: Autoriza a transferência de recurso a título de subvenção a abertura de crédito especial no orçamento para acobertar despesas a entidades. A seguir, o sr. Presidente colocou em apreciação plenária o pedido de urgência do Executivo, o qual foi aprovado por unanimidade. Consultados a se manifestar, os membros da Comissão de Finanças opinaram favoravelmente ao projeto. A seguir o sr. Presidente colocou em votação o Projeto de Lei nº 2.046, obtendo-se a sua aprovação por unanimidade. Os Vereadores Hedilberto e Jorge falaram sobre a importância de apoiar o brilhantismo do carnaval de Rio Pomba. Seguindo a pauta, foi lido o Projeto de Lei nº 2.047, do Executivo: Autoriza o poder executivo adquirir premiação e/ou realizar o pagamento em pecúnia, para os participantes da exposição agropecuária e industrial de Rio Pomba, MG, evento que compõe a festa de Emancipação Político-Administrativa do Município de Rio Pomba e dá outras providências. O sr. Presidente colocou em apreciação plenária o pedido de urgência do Executivo, o qual foi aprovado por unanimidade. Consultados a se manifestar, os membros das Comissões de Legislação e de Finanças opinaram favoravelmente ao projeto. A seguir o sr. Presidente colocou em votação o Projeto de Lei nº 2.047, obtendo-se a sua aprovação por unanimidade. Após, foi lido o Projeto de Lei nº 2.048, do Executivo: Autoriza a transferência de recurso a título de subvenção e abertura de crédito especial no orçamento para acobertar despesas a entidades. A seguir, o sr. Presidente colocou em apreciação plenária o pedido de urgência do Executivo, o qual foi aprovado por unanimidade. Consultados a se manifestar, os membros da Comissão de Finanças opinaram favoravelmente ao projeto. A seguir o sr. Presidente colocou em votação o Projeto de Lei nº 2.048, obtendo-se a sua aprovação por unanimidade. Seguindo a pauta, foi lido o Projeto de Lei nº 2.049, do Executivo: Autoriza a abertura de crédito suplementar no orçamento para acobertar despesas com unidade administrativa do Poder Executivo. A seguir, o sr. Presidente colocou em apreciação plenária o pedido de urgência do Executivo, o qual foi aprovado por unanimidade. Consultados a se manifestar, os membros da Comissão de Finanças opinaram favoravelmente ao projeto. A seguir o sr. Presidente

colocou em votação o Projeto de Lei nº 2.049, obtendo-se a sua aprovação por unanimidade. Na sequência, foi lido o Projeto de Lei nº 2.050, do Executivo: Acrescenta a Lei nº 1.469/2014, nas partes que mencionam. O Vereador Ivan Ferreira Martins solicitou ao Presidente da Câmara que concedesse a palavra ao representante do Executivo, Wellington Ferreira, e ao representante do Sinsemrip. O sr. Presidente assim procedeu. O sr. Wellington Ferreira de Souza, Vice-Prefeito, elucidou que a principal dúvida era se os atuais ocupantes dos cargos de motoristas seriam contemplados com a nova remuneração apresentada, em valor maior, e o entendimento era que sim. O Vereador Hedilberto perguntou se a empresa contratada irá arcar com os encargos trabalhistas na rescisão. O Vice-Prefeito disse que não pode responder pela empresa, mas que o município deseja que os próximos contratados no processo seletivo vivenciem os mesmos benefícios do funcionalismo; disse que o município tem feito os pagamentos aos colaboradores terceirizados sem efetuar, por outro lado, qualquer pagamento à empresa. O Vereador Ivan questionou quais funcionários estavam sem receber através da empresa. O Vice-Prefeito disse que todos, motoristas e vigias, receberam pela Prefeitura nos últimos dois meses. O representante do Sinsemrip, dr. Clóvis Torres, disse ser importante a equidade de remuneração entre os atuais motoristas e os próximos contratados, com uma remuneração melhor; também ressaltou a importância do concurso público futuramente. O Vereador Ivan perguntou se o Sinsemrip é favorável ao projeto, sendo que o dr. Clóvis respondeu que sim, havendo a necessidade de rever a atualização da remuneração dos demais cargos. O Vereador Ivan perguntou a respeito do recolhimento do FGTS, sendo que o dr. Clóvis disse que a empresa não responde ao Sinsemrip. O Vereador Ivan perguntou também sobre a corresponsabilidade trabalhista do município, e o dr. Clóvis respondeu que existe a responsabilidade solidária sim. O Vereador Demétrius manifestou a preocupação dos atuais contratados de que a Prefeitura abra o processo seletivo com eles ainda sob contrato. O Vereador Jorge Luís disse que a lei municipal tratando sobre os motoristas é uma só e seria uma incoerência um tratamento diferenciado. O sr. Presidente colocou em apreciação plenária o pedido de urgência do Executivo, o qual foi aprovado por unanimidade. Consultados a se manifestar, os membros das Comissões de Legislação e de Finanças opinaram favoravelmente ao projeto. A seguir o sr. Presidente colocou em votação o Projeto de Lei nº 2.050, obtendo-se a sua aprovação por unanimidade. Após, foi lido o Projeto de Lei nº 2.051, do Executivo: Autoriza a transferência de recurso a título de subvenção a abertura de crédito especial no orçamento para acobertar despesas a entidades. A seguir, o sr. Presidente colocou em apreciação plenária o pedido de urgência do Executivo, o qual foi aprovado por unanimidade. Consultados a se manifestar, os membros da Comissão de Finanças opinaram favoravelmente ao projeto. A seguir o sr. Presidente colocou em votação o Projeto de Lei nº 2.051, obtendo-se a sua aprovação por unanimidade. Os Vereadores Hedilberto e Jorge parabenizaram o Vereador Demétrius pelo mérito em haver conseguido esse recurso ao município, assim como a administração municipal em haver acolhido a indicação parlamentar. O Vereador Demétrius agradeceu ao Deputado Eduardo Barbosa por esse importante direcionamento à Apae. Por fim, foi lido o Projeto de Lei nº 2.052, do Executivo: Autoriza a abertura de crédito suplementar no orçamento

para acobertar despesas com unidade administrativa do Poder Executivo. A seguir, o sr. Presidente colocou em apreciação plenária o pedido de urgência do Executivo, o qual foi aprovado por unanimidade. Consultados a se manifestar, os membros das Comissões de Legislação, de Obras e Serviços, e de Finanças opinaram favoravelmente ao projeto. Presente no recinto, o Vice-Prefeito detalhou que a administração pretende ampliar o número de salas da creche casulo adquirindo um terreno vizinho. A seguir o sr. Presidente colocou em votação o Projeto de Lei nº 2.052, obtendo-se a sua aprovação por unanimidade. O Vereador Ivan disse conhecer a realidade daquele local e parabenizou a administração pela iniciativa. O Vereador Demétrius também parabenizou pelo excelente emprego do recurso público. O Vereador Hedilberto elogiou o apoio da administração em diversos setores da comunidade com o intuito de preservar patrimônios e investir em importantes ações. O Vereador Maurílio parabenizou a administração pelos projetos de interesse da população. Nada mais havendo, foi encerrada a sessão às dezenove horas e vinte e nove minutos e redigida esta ata que, depois de colocada em discussão em Plenário e aprovada, segue assinada pelo Sr. Presidente; por mim, Secretário; e demais Vereadores presentes à sessão que a aprovou.

MAURILIO RODRIGUES DOS REIS  
Presidente da Câmara

HEDILBERTO TEIXEIRA  
Secretário

Demétrius Carvalho de Oliveira

Frederico Senra Condé

Gladstone Roncalli da Silva

Ivan Ferreira Martins

Jorge Luís Martins Soares

Paulo Henrique da Silva

Rafael Vilela Martins

**Ata da Quinquagésima Primeira Sessão Ordinária da Câmara Municipal de Rio Pomba.**

Às dezoito horas do dia sete de agosto de dois mil e vinte e três, reunidos no Plenário da Câmara todos os Vereadores: Demétrius Carvalho de Oliveira, Frederico Senra Condé, Gladstone Roncalli da Silva, Hedilberto Teixeira, Ivan Ferreira Martins; Jorge Luís Martins Soares, Maurílio Rodrigues dos Reis, Paulo Henrique da Silva e Rafael Vilela Martins; foi aberta a sessão pelo sr. Presidente, Vereador Maurílio Rodrigues dos Reis, que colocou em discussão e votação as atas das sessões anteriores (26/junho/ordinária e extraordinária e 17/julho), as quais foram aprovadas por unanimidade. O sr. Presidente respondeu ao pedido de informações da Câmara sobre cargos comissionados. A seguir, foram lidos: a) Ofício nº 259, do Executivo, sobre a elaboração do novo código de posturas; b) Ofício nº 263, do Executivo, sobre carteira de identidade; c) Convite para audiência pública sobre uso do canabidiol; d) ofício do Executivo designando o sr. Wellington Ferreira de Souza, na condição de Secretário de Governo e Planejamento, para usar a palavra sobre assuntos de interesse público e as matérias em pauta. O sr. Presidente comunicou que estão com a Comissão de Finanças para o recebimento de pedido de informações dos vereadores (art. 240, § 1º, do Regimento Interno) os seguintes processos de prestação de contas municipais, com parecer prévio do Tribuna de Contas: a) exercício de 2021; b) exercício de 2017. Convidada pela Câmara, o sr. Presidente solicitou a presença da sra. Mariléia Reis de Oliveira, Secretária de Assistência Social, para prestar informações sobre o Programa Pró-Adolescente. O sr. Presidente pediu aos vereadores que formulassem todas as suas questões para que a Secretária as respondesse. Foram passadas à Secretária Marileia as questões, que foram respondidas e comentadas pela mesma, e posteriormente apresentadas mais perguntas e comentários pelos vereadores. Os Vereadores Demétrius e Rafael pediram uma cópia do documento da denúncia que estava em mãos da Secretária Marileia. A Secretária respondeu que no documento que estava com ela haviam anotações particulares e iria informar o número para os vereadores terem acesso. Em síntese, a Secretária de Assistência Social informou que foi uma denúncia sigilosa apresentada ao Ministério Público do Trabalho em 2022 sobre condições de trabalho e equipamentos de EPI que levaram à impossibilidade de continuar com o Programa Pró-Adolescente nas faixas etárias de 14 e 15 anos. Então, o dr. Yegros Malta, assessor jurídico do Executivo, também usou a palavra narrando como se deu a notícia de fato apresentada ao Ministério Público do Trabalho e todo o desenrolar das apurações. A seguir, o sr. Presidente apresentou o Projeto de Lei Complementar nº 35, dos Vereadores Ivan F. Martins, Demétrius C. Oliveira, Rafael V. Martins, Gladstone R. Silva, Paulo H. Silva, Maurílio R. Silva e Frederico S. Condé: Regulamenta a partilha e fixa prazos para apresentação das emendas impositivas ao orçamento anual tratadas nos arts. 46, VIII, e 130 da Lei Orgânica Municipal. O mesmo seguiu tramitando e foi enviado às Comissões de Legislação e Finanças. O sr. Presidente disse que será votado na próxima sessão tendo em vista que o Executivo enviará a proposta da LOA 2024 em setembro. Seguiram tramitando: a) Projeto de Lei nº 2.035, do Vereador Rafael Vilela Martins: Dispõe sobre a Política Municipal de uso da *cannabis* para fins medicinais e distribuição gratuita de medicamentos prescritos à base da planta, que contenham em sua fórmula as substâncias Canabidiol



(CBD) e/ou Tetrahydrocannabinol (THC), nas unidades de saúde pública municipal e privada, ou conveniada ao Sistema Único de Saúde – SUS, no âmbito do município de Rio Pomba, e dá outras providências; b) Projeto de Lei nº 2.036, dos Vereadores Gladstone R. Silva e Demétrius C. Oliveira: Insere no calendário de eventos da Secretaria Municipal de Educação as datas comemorativas que menciona. Sobre este projeto, o sr. Presidente pediu que as comissões se reúnam porque já expirou o prazo dos pareceres. Na sequência, foi lido o Projeto de Lei nº 2.053, do Vereador Hedilberto Teixeira: Reconhece o cordão de girassol como instrumento auxiliar de orientação para identificação de pessoas com deficiências ocultas. O autor, Vereador Hedilberto, falou sobre os objetivos do projeto. O sr. Presidente o encaminhou para análise das Comissões de: a) Legislação; b) Saúde; c) Finanças (o Vereador Gladstone substituiu o Vereador Hedilberto). Após, foi lido o Projeto de Lei nº 2.054, do Executivo: Autoriza a transferência de recurso a título de contribuição e a abertura de crédito especial no orçamento para acobertar despesas a entidades. O Vereador Rafael opinou que o Projeto de Lei nº 2.053 seja votado ainda hoje, em se tratando de matéria importante e muito simples. O Vereador Gladstone o apoiou. Então, havendo a dispensa de prazos e interstícios de tramitação pelo Plenário (regime de urgência), o sr. Presidente solicitou a manifestação verbal das comissões de Legislação; de Saúde e de Finanças, sendo que as três opinaram favoravelmente ao projeto. O sr. Presidente colocou em votação o Projeto de Lei nº 2.053, obtendo-se a sua aprovação por unanimidade. A seguir, o sr. Presidente colocou em apreciação plenária o pedido de urgência do Executivo para o Projeto de Lei nº 2.054, o qual foi aprovado por unanimidade. Consultados a se manifestar, os membros da Comissão de Finanças opinaram favoravelmente ao projeto. A seguir o sr. Presidente colocou em votação o Projeto de Lei nº 2.054, obtendo-se a sua aprovação por unanimidade. O Vereador Rafael Vilela agradeceu ao Executivo por esta valorização do América Atlético Clube – Formigão. Ato contínuo, foi lido o Projeto de Lei nº 2.055, do Executivo: Autoriza a abertura de crédito adicional suplementar ao orçamento do município para 2023 para acobertar despesas com subvenção a Assoc. Musical Banda Santa Cecília e dá outras providências. O sr. Presidente colocou em apreciação plenária o pedido de urgência do Executivo, o qual foi aprovado por unanimidade. Consultados a se manifestar, os membros da Comissão de Finanças opinaram favoravelmente ao projeto. A seguir o sr. Presidente colocou em votação o Projeto de Lei nº 2.055, obtendo-se a sua aprovação por unanimidade. Seguindo a pauta, foi lido o Projeto de Lei nº 2.056, do Executivo: Autoriza o repasse de recurso do Fundo para a Infância e Adolescência – FIA e a abertura de crédito especial no orçamento para acobertar despesas a entidades. Presente no recinto, o sr. Presidente autorizou a usar a palavra a Presidente da Apae, sra. Maria das Dores Lima Vilela Santos, para falar sobre os trabalhos da entidade. Os vereadores puderam fazer comentários e perguntas à Presidente da Apae. O sr. Presidente colocou em apreciação plenária o pedido de urgência do Executivo, o qual foi aprovado por unanimidade. Consultados a se manifestar, os membros da Comissão de Finanças opinaram favoravelmente ao projeto. A seguir o sr. Presidente colocou em votação o Projeto de Lei nº 2.056, obtendo-se a sua aprovação por unanimidade. Permaneceu tramitando o Projeto de Resolução nº 366/2022, do Vereador Jorge Luís Martins Soares: Cria na estrutura da

Câmara Municipal de Rio Pomba o Centro de Apoio e Atendimento ao Cidadão – CAC. A seguir, foi lido o Projeto de Resolução nº 369/2022, dos Vereadores Ivan F. Martins, Demétrius C. Oliveira, Rafael V. Martins, Gladstone R. Silva e Frederico S. Condé: Altera dispositivo da Resolução nº 311/2016 – Regimento Interno da Câmara, relacionado à designação de representantes do Executivo. O Vereador Ivan pediu ao sr. Presidente que consultasse o caráter de urgência para a proposição. O sr. Presidente disse não ver esta necessidade e determinou a sua tramitação para que seja votado na próxima sessão, encaminhando-o para análise da Comissão de Legislação (o Vereador Hedilberto substituiu o Vereador Ivan). O sr. Presidente solicitou também o parecer da assessoria jurídica da Câmara. Seguindo os trabalhos, foi lido o Projeto de Resolução nº 370/2022, da Mesa Diretora: Estima a receita e fixa a despesa da Câmara Municipal de Rio Pomba para o exercício de 2024 (R\$2.527.000,00). Tendo em vista que o mesmo precisa ser enviado ao Executivo até 31 de agosto, o sr. Presidente consultou o Plenário quanto à dispensa de prazos e interstícios de tramitação, o que foi aprovado por unanimidade. Consultados a se manifestar, os membros da Comissão de Finanças opinaram favoravelmente ao projeto. A seguir o sr. Presidente colocou em votação o Projeto de Resolução nº 370, obtendo-se a sua aprovação por unanimidade. A seguir, o sr. Presidente colocou em votação: a) Requerimento nº 30, dos Vereadores Demétrius C. Oliveira e Rafael V. Martins: retirada do Requerimento nº 22; b) Requerimento nº 31, do Vereador Demétrius C. Oliveira: retirada dos Requerimentos nºs 23, 25 e 29. Votados, estes requerimentos foram aprovados por unanimidade. A seguir, foi lido o Requerimento nº 32, dos Vereadores Gladstone R. Silva e Rafael V. Martins: requer informações sobre o processo licitatório especificado. Os Vereadores Rafael e Gladstone falaram sobre o requerimento que visa buscar o detalhamento dos gastos com o parque de exposições. Colocado em votação, este requerimento foi aprovado por unanimidade. Após, a pedido do autor, foi retirado de tramitação o Requerimento nº 33, do Vereador Demétrius Carvalho de Oliveira: requer informações sobre o programa Pró-Adolescente ou Pró-Criança. Dando continuidade, foi lido o Requerimento nº 34, do Vereador Demétrius Carvalho de Oliveira: requer informações referentes à aquisição de medicamentos. O autor, Vereador Demétrius, falou a necessidade de entender mais detalhes sobre a perda de medicamentos por prazo de validade da farmácia municipal. Votado, este requerimento foi aprovado por unanimidade. Após, foi lida a Moção nº 13, do Vereador Ivan Ferreira Martins: moção de aplausos a Luiz Carlos Baiano. Votada, esta moção foi aprovada por unanimidade. O Vereador Frederico disse que o Edevaldo atua em conjunto com o Luiz Carlos Baiano. Em sequência foram lidas: a) Demétrius Carvalho de Oliveira: 1) Indicação nº 547: telas ou repelentes na Unidade de Saúde 2 - Mutirão; 2) Indicação nº 548: instalação de extintores no PSF2 – Mutirão; 3) Indicação nº 549: reparo na câmara fria localizada na farmácia municipal; b) Gladstone Roncalli da Silva: 1) Indicação nº 545: aumento do número de consultas na especialidade neurologista; 2) Indicação nº 546: proteção acrílica; c) Hedilberto Teixeira: 1) Indicação nº 395-2ª edição: corrimão nas escadas do Espaço Clymene de Queiroz; 2) Indicação nº 460-2ª edição: substituição de placas por muro de contenção no cemitério municipal; d) Jorge Luís Martins Soares: 1) Indicação nº 541: virador na rua Diógenes Coelho Gomes; 2) Indicação nº 544: Saúde Fila Zero;

e) Rafael Vilela Martins: 1) Indicação nº 543: reformulação do Pró-Jovem; f) Jorge L. M. Soares, Hedilberto Teixeira e Paulo H. Silva: 1) Indicação nº 162-2ª edição: parceria público-privada para fomento do Pró-Criança. No pequeno expediente, os vereadores inscritos puderam falar sobre as indicações e projetos. O Vereador Ivan Ferreira Martins usou seu tempo para expressar sua revolta com alguns fatos; iniciou estranhando a visita do Governador Romeu Zema a Rio Pomba, ocasião na qual foi levado a uma padaria, entendendo ele (Ivan) como Vereador e cidadão, que o local para recebê-lo seria a Prefeitura ou a Câmara, porque poderiam ser apresentadas a ele as reivindicações da população, como a falta de abastecimento de água pela Copasa há cinco dias em algumas localidades, a redução de recursos estaduais ao Hospital São Vicente de Paulo devido ao seu rebaixamento de nível, a ponte da MG-133 que está afundando, a inutilização do antigo pátio do DER que poderia abrigar uma unidade do Corpo de Bombeiros; o Vereador Ivan frisou a questão da falta de água tratada por ser uma questão de saúde pública, dando impressão de que a direção da Copasa está brincando com a população pelos vários problemas que são apresentados apesar do recebimento de milhões de reais pela Copasa; convidou a população e disse que acompanhará na entrada de uma ação judicial contra a Copasa, pois moradores ficaram quatro dias sem tomar banho, ainda que a cobrança de 74% venha na conta; disse que foi cobrado por não tirar foto com o Governador, e respondeu que não queria tirar foto, mas sim apresentar questões a ele como a forma de atuar da Copasa; disse que o Executivo está inerte e não age diante da Copasa, apesar de alegar que está fiscalizando; pediu desculpas se em sua fala se excedeu e ofendeu alguém, mas é porque seu sentimento é de raiva e tristeza. O Vereador Demétrius disse que o alto escalão da Copasa esteve aqui na Câmara e fez várias promessas, inclusive sobre a troca do *booster* da rua do campo e a colocação de um reservatório de água em ponto elevado; citou também a cobrança da tarifa de esgoto no Loteamento Jardim São Luís enquanto o esgoto é derramado numa área verde; disse que a atual administração responde pela população sobre essas questões de saneamento, inclusive tendo cinco advogados; disse que se perdeu a oportunidade de apresentar ao Governador várias reivindicações, como a ponte, a Copasa, barrancos caindo na Av. do Contorno, sendo que a Câmara é uma Casa fiscalizadora e precisa cobrar e mostrar sugestões. O Vereador Hedilberto parabenizou o empenho do Secretário de Saúde, Jair, com relação ao Caps, que tem no máximo cinco anos de uso e possivelmente vai ser preciso “jogar no chão” e fazer de novo por causa dos defeitos; disse que o Secretário informou já haver comunicado o fato ao SUS e a solicitação de 500 mil reais para refazê-lo; falou também sobre pedido ao Ministério da Saúde sobre a reforma do PSF 6, no valor de 249 mil reais, por também apresentar problemas; disse que não é Vereador de “passar pano” para nenhuma administração e vai passar adiante nas providências que forem necessárias; criticou a obra de contenção feita no rio Pomba, que poderá agravar ainda mais a situação dos moradores; tornou a parabenizar ao Jair e ao Reginaldo, Prefeito, pela iniciativa sobre a sede do Caps; sobre a situação da Copasa, disse que é realmente revoltante e uma empresa que não cumpre o que precisa fazer, ressalvado o excelente trabalho dos funcionários da Copasa; mas em se falando da Copasa, disse que já encaminhou ofícios pedindo que tome providências e se passaram dois anos, apesar de cobrar mensalmente a tarifa; disse que a Prefeitura

já tem uma lei dando-lhe poder sobre a Copasa; comentou que agora a solução será buscada na justiça, pois os cidadãos deixam de receber água ou a recebem suja. O Vereador Gladstone disse que os vereadores foram muito contactados durante todo o final de semana por populares relatando diversos transtornos pela falta de água, terminando os vereadores sendo fiscais de obras mal feitas, pois a Copasa faz um serviço mal feito (ressalvadas as pessoas dos funcionários locais) e os vereadores são cobrados por esse serviço mal feito; citou a existência de uma lei de autoria do Vereador Hedilberto dando ao município competência para fiscalizar a atuação da Copasa minimizando o erro ou até mesmo evitando-os; disse que o final de semana foi muito atribulado pela falta de água; disse que é preciso ter um cronograma de obras bem informado à população; falou sobre as visitas da Comissão de Saúde às unidades de saúde, constatando problemas de conservação predial e carência no atendimento odontológico; relatou também sobre as constatações da Comissão de Saúde após visita à farmácia municipal, sobre o sério desperdício de medicamentos vencidos, a custo considerável. Nada mais havendo, foi encerrada a sessão às vinte e uma horas e onze minutos e redigida esta ata que, depois de colocada em discussão em Plenário e aprovada, segue assinada pelo Sr. Presidente; por mim, Secretário; e demais Vereadores presentes à sessão que a aprovou.

MAURILIO RODRIGUES DOS REIS  
Presidente da Câmara

HEDILBERTO TEIXEIRA  
Secretário

Demétrius Carvalho de Oliveira

Frederico Senra Condé

Gladstone Roncalli da Silva

Ivan Ferreira Martins

Jorge Luís Martins Soares

Paulo Henrique da Silva

Rafael Vilela Martins

**Ata da Quinquagésima Segunda Sessão Ordinária da Câmara Municipal de Rio Pomba.**

Às dezoito horas e quatro minutos do dia vinte e um de agosto de dois mil e vinte e três, reunidos no Plenário da Câmara todos os Vereadores: Demétrius Carvalho de Oliveira, Frederico Senra Condé, Gladstone Roncalli da Silva, Hedilberto Teixeira, Ivan Ferreira Martins, Jorge Luís Martins Soares, Maurílio Rodrigues dos Reis, Paulo Henrique da Silva e Rafael Vilela Martins; foi aberta a sessão pelo sr. Presidente, Vereador Maurílio Rodrigues dos Reis, que colocou em discussão e votação a ata da sessão anterior (07/agosto), a qual foi aprovada por unanimidade. O sr. Presidente comunicou que o Executivo designou o sr. Wellington Ferreira de Souza, na condição de Secretário de Governo e Planejamento, para usar a palavra sobre assuntos de interesse público e as matérias em pauta. O sr. Presidente comunicou que a Comissão de Finanças está aguardando o prazo para manifestação dos gestores responsáveis pelos seguintes processos de prestação de contas municipais, com parecer prévio do Tribunal de Contas: a) exercício de 2021; b) exercício de 2017. Seguiram tramitando: a) Projeto de Lei nº 2.035, do Vereador Rafael Vilela Martins: Dispõe sobre a Política Municipal de uso da *cannabis* para fins medicinais e distribuição gratuita de medicamentos prescritos à base da planta, que contenham em sua fórmula as substâncias Canabidiol (CBD) e/ou Tetrahydrocannabinol (THC), nas unidades de saúde pública municipal e privada, ou conveniada ao Sistema Único de Saúde – SUS, no âmbito do município de Rio Pomba, e dá outras providências; b) Projeto de Lei nº 2.036, dos Vereadores Gladstone R. Silva e Demétrius C. Oliveira: Insere no calendário de eventos da Secretaria Municipal de Educação as datas comemorativas que menciona. Ato contínuo, foi lido o Projeto de Lei nº 2.057, Vereadores: Denomina Bairro Panorama. O Vereador Demétrius disse que o projeto virá auxiliar os moradores em suas diversas questões, fundiárias, Correios etc. O sr. Presidente disse se tratar de projeto simples e o Vereador Ivan pediu que seja votado hoje. Solicitada a se manifestar, a Comissão de Legislação emitiu o parecer pela legalidade do projeto. Colocado em votação o Projeto de Lei nº 2.057 foi aprovado por unanimidade. Permaneceram tramitando: a) Projeto de Resolução nº 366/2022, do Vereador Jorge Luís Martins Soares: Cria na estrutura da Câmara Municipal de Rio Pomba o Centro de Apoio e Atendimento ao Cidadão – CAC; b) Projeto de Resolução nº 369/2022, dos Vereadores Ivan F. Martins, Demétrius C. Oliveira, Rafael V. Martins, Gladstone R. Silva e Frederico S. Condé: Altera dispositivo da Resolução nº 311/2016 – Regimento Interno da Câmara, relacionado à designação de representantes do Executivo. O autor do Projeto de Resolução nº 366, Vereador Jorge, disse que não adianta aprovar um projeto que poderá ficar sem efeito e aceita o que as comissões decidirem. O Vereador Rafael disse que deve haver um entendimento entre o autor e o Presidente da Câmara. O sr. Presidente, Vereador Maurílio, disse que não pretende instalar o CAC. Sobre o Projeto de Resolução nº 369, a Comissão designou para se reunir no dia vinte e nove de agosto, às 16 horas. Após, foi lida a Moção nº 14, do Vereador Ivan Ferreira Martins: moção de aplausos a Leda Ferreira. O autor disse tratar-se de ex-funcionária que fez muito por Rio Pomba. Colocada em votação, a mesma foi aprovada por unanimidade. Em sequência foram lidas: a) Demétrius Carvalho de Oliveira: 1) Indicação nº 551: vaga de estacionamento para deficiente físico; 2) Indicação nº 552:

instalação de grades e vistória em bueiros; 3) Indicação nº 555: instalação de faixas elevadas (lombofaixas); b) Gladstone Roncalli da Silva: 1) Indicação nº 550: desassoreamento de rio/córregos do município; c) Hedilberto Teixeira: 1) Indicação nº 107: limpeza de córregos em duas comunidades; 2) Indicação nº 496-2ª edição: reforma em todas as academias ao ar livre e instalação de playground; 3) Indicação nº 553: faixa de pedestre na Rua Cel. Antônio Pedro; d) Jorge Luís Martins Soares: 1) Indicação nº 540: reparo em placas de sinalização vertical; 2) Indicação nº 554: mudança de transferência especial. No pequeno expediente, os vereadores inscritos puderam falar sobre as indicações. Às dezoito horas e trinta e sete minutos, aberta a ordem do dia, o sr. Presidente solicitou a manifestação das comissões a respeito do Projeto de Lei Complementar nº 35, dos Vereadores Ivan F. Martins, Demétrius C. Oliveira, Rafael V. Martins, Gladstone R. Silva, Paulo H. Silva, Maurílio R. Silva e Frederico S. Condé: Regulamenta a partilha e fixa prazos para apresentação das emendas impositivas ao orçamento anual tratadas nos arts. 46, VIII, e 130 da Lei Orgânica Municipal. O Vereador Demétrius disse que a Câmara já votou o assunto faltando agora apenas regulamentar, sendo que a previsão é de que ano que vem o percentual seja de dois por cento. Os membros da Comissão de Legislação opinaram favoravelmente. O Vereador Ivan disse que a Câmara precisa fazer a análise das emendas, possivelmente ainda hoje. A Comissão de Finanças opinou favoravelmente pelos votos dos Vereadores Rafael Vilela Martins e Jorge Luís Martins Soares; sendo que o Vereador Hedilberto Teixeira ficou como voto vencido. Colocado em votação, o Projeto de Lei Complementar nº 35 foi aprovado por 07 (sete) votos dos Vereadores: Demétrius Carvalho de Oliveira, Ivan Ferreira Martins, Jorge Luís Martins Soares, Gladstone Roncalli da Silva, Paulo Henrique da Silva, Frederico Senra Condé e Rafael Vilela Martins; votando contrário o Vereador Hedilberto Teixeira. No grande expediente os vereadores inscritos puderam falar sobre assuntos de interesse público. Os Vereadores Gladstone e Jorge falaram ao sr. Presidente sobre a necessidade de continuar com o serviço de vigilância na sede da Câmara, pelos motivos da necessidade de resguardar o patrimônio público e também como forma geração de empregos. O Vereador Ivan disse que a “gestão tartaruga” não consegue colocar as câmeras de segurança em funcionamento da cidade, não conseguindo fazer a licitação; recordou que a Câmara já fez uma devolução de fim de ano com essa finalidade e fará novamente devolução ao fim do ano; disse que as autoridades locais querem ter esse recurso disponível e também a população; falou também sobre a demora para atender a uma comunidade rural de Bomjardim no sentido de restabelecer uma ponte de madeira. Os Vereadores Maurílio e Jorge falaram sobre a citada ponte. Também foram abordados outros assuntos. O Vereador Hedilberto disse que, para evitar o ocorrido no ano passado, já foi comunicado sobre a proibição da soltura de fogos de artifício na exposição agropecuária; falou sobre a necessidade de procurar dar oportunidades aos comerciantes de Rio Pomba na exposição; agradeceu pelo atendimento do seu pedido na construção de um novo embarcadouro de animais; sobre as câmeras de vigilância, disse que recentemente participou de reunião com o comandante geral da Polícia Militar, de Ubá, para a localização dos pontos de instalação das câmeras. Nada mais havendo, foi encerrada a sessão às dezenove e vinte e dois minutos e redigida esta ata que, depois de colocada em discussão em

Plenário e aprovada, segue assinada pelo Sr. Presidente; por mim, Secretário; e demais Vereadores presentes à sessão que a aprovou.

MAURILIO RODRIGUES DOS REIS  
Presidente da Câmara

HEDILBERTO TEIXEIRA  
Secretário

Demétrius Carvalho de Oliveira

Frederico Senra Condé

Gladstone Roncalli da Silva

Ivan Ferreira Martins

Jorge Luís Martins Soares

Paulo Henrique da Silva

Rafael Vilela Martins

**Ata da Quinquagésima Terceira Sessão Ordinária da Câmara Municipal de Rio Pomba.** Às dezoito horas do dia quatro de setembro de dois mil e vinte e três, reunidos no Plenário da Câmara os Vereadores: Demétrius Carvalho de Oliveira, Frederico Senra Condé, Gladstone Roncalli da Silva, Hedilberto Teixeira, Ivan Ferreira Martins, Jorge Luís Martins Soares, Maurílio Rodrigues dos Reis e Rafael Vilela Martins; ausente o Vereador Paulo Henrique da Silva; foi aberta a sessão pelo sr. Presidente, Vereador Maurílio Rodrigues dos Reis, que colocou em discussão e votação a ata da sessão anterior (21/agosto), a qual foi aprovada pela unanimidade dos presentes. O sr. Presidente comunicou que o Executivo respondeu ao requerimento sobre gastos com o parque de exposições. O sr. Presidente comunicou que o Executivo designou os srs. Jair de Paula Coelho e Wellington Ferreira de Souza, respectivamente na condição de Secretários de Saúde e de Governo e Planejamento, para usar a palavra sobre assuntos de interesse público e as matérias em pauta. O sr. Presidente solicitou a leitura do Projeto de Lei nº 2.061, do Executivo: Dispõe sobre a regulamentação da Assistência Financeira Complementar repassada pela União Federal visando dar cumprimento ao disposto na Lei Federal nº 14.434, de 04 de agosto de 2022 que instituiu o piso salarial nacional do Enfermeiro, do técnico de Enfermagem, do Auxiliar de Enfermagem e da Parteira. Presente no recinto, o sr. Presidente concedeu a palavra ao Secretário de Saúde, Jair de Paula Coelho, sobre o projeto em tela. O Secretário explanou sobre o piso nacional da enfermagem e respondeu a questionamentos de vereadores. O sr. Presidente colocou em apreciação plenária o pedido de urgência do Executivo, o que foi aprovado pela unanimidade dos presentes. Consultadas a se manifestarem, as Comissões de Legislação; de Saúde e de Finanças; opinaram favoravelmente ao projeto. Ultimada a votação, o Projeto de Lei nº 2.061 foi aprovado pela unanimidade dos presentes. O sr. Presidente solicitou que a Comissão de Finanças apresente para a próxima sessão os pareceres acerca dos processos de prestação de contas municipais, com parecer prévio do Tribunal de Contas: a) exercício de 2021; b) exercício de 2017. Seguiram tramitando: a) Projeto de Lei nº 2.035, do Vereador Rafael Vilela Martins: Dispõe sobre a Política Municipal de uso da *cannabis* para fins medicinais e distribuição gratuita de medicamentos prescritos à base da planta, que contenham em sua fórmula as substâncias Canabidiol (CBD) e/ou Tetrahydrocannabinol (THC), nas unidades de saúde pública municipal e privada, ou conveniada ao Sistema Único de Saúde – SUS, no âmbito do município de Rio Pomba, e dá outras providências; b) Projeto de Lei nº 2.036, dos Vereadores Gladstone R. Silva e Demétrius C. Oliveira: Insere no calendário de eventos da Secretaria Municipal de Educação as datas comemorativas que menciona. Sobre o Projeto de Lei nº 2.035, o Vereador Ivan disse que no dia 20 de setembro o dr. Antônio Aguiar, médico, estará falando no quadro Pequeno Expediente. Ato contínuo, foi lido o Projeto de Lei nº 2.058, do Vereador Jorge Luís Martins Soares: Denomina vila com o nome de Pedro Rosa de Lima. O autor se pronunciou e solicitou a aprovação. Havendo a dispensa de prazos e interstícios de tramitação pelo plenário, o sr. Presidente solicitou a manifestação da Comissão de Legislação, composta neste caso pelos Vereadores Ivan e Gladstone. A comissão opinou pela legalidade do projeto. Colocado em votação, o Projeto de Lei nº 2.058 foi aprovado pela unanimidade dos presentes. Ato contínuo, foi lido o Projeto de Lei nº 2.059, do Executivo: Autoriza a abertura de crédito adicional especial ao orçamento do município para 2023 e dá outras providências. O Vereador Jorge Luís pediu que os srs. Vereadores aprovelem este projeto para que os moradores do bairro Lindo Vale sejam beneficiados. A seguir, o sr. Presidente colocou em apreciação plenária o pedido de urgência do Executivo para o Projeto de Lei nº 2.059, o qual foi aprovado pela unanimidade dos presentes. Consultados a se manifestar, os membros da Comissão de Finanças opinaram favoravelmente ao projeto. A seguir o sr. Presidente colocou em votação o Projeto de Lei nº 2.059, obtendo-se a sua



aprovação pela unanimidade dos presentes. Após, foi lido o Projeto de Lei nº 2.060, do Executivo: Autoriza a abertura de crédito adicional especial ao orçamento do município para 2023 e dá outras providências. A seguir, os Vereadores Demétrius e Jorge solicitaram ao sr. Presidente que colocasse em apreciação do regime de urgência para o Projeto de Lei nº 2.060, o qual foi aprovado pela unanimidade dos presentes. Consultados a se manifestar, os membros da Comissão de Finanças opinaram favoravelmente ao projeto. A seguir o sr. Presidente colocou em votação o Projeto de Lei nº 2.060, obtendo-se a sua aprovação pela unanimidade dos presentes. Permaneceu tramitando: a) Projeto de Resolução nº 369/2022, dos Vereadores Ivan F. Martins, Demétrius C. Oliveira, Rafael V. Martins, Gladstone R. Silva e Frederico S. Condé: Altera dispositivo da Resolução nº 311/2016 – Regimento Interno da Câmara, relacionado à designação de representantes do Executivo. O sr. Presidente disse que a comissão não emitiu o parecer e que pretende fazer uma emenda, de modo que permanecerá tramitando. O Vereador Ivan disse que na sessão anterior foi prometido que esse projeto seria votado hoje. O Vereador Rafael disse que o voto do Vereador Paulo é importante e o citado vereador está ausente. Após, foi lido o Requerimento nº 35, do Vereador Ivan Ferreira Martins: Requer informações sobre a implantação do Projeto Olho Vivo. O autor se pronunciou sobre o fato de o Executivo ainda não haver implantado as câmeras de segurança. Colocado em votação, o requerimento foi aprovado por 06 (seis) votos dos Vereadores: Rafael V. Martins, Frederico S. Condé, Gladstone R. Silva, Jorge Luís M. Soares, Demétrius C. Oliveira e Ivan F. Martins; votando contrário o Vereador Hedilberto Teixeira, que justificou seu voto dizendo que sabe da demora e também cobra do Executivo, mas acompanhou uma reunião com o tenente da Polícia Militar e cabe ao Poder Executivo porque isso depende da Polícia Militar e já está sendo implementado. Após, foram lidos os seguintes requerimentos de autoria de diversos Vereadores: a) Requerimento nº 36: Requer informações sobre a recuperação da passagem de água localizada no Lindo Vale; b) Requerimento nº 37: Requer informações sobre a obra de recuperação da Rua Péricles de Queiroz. Sobre o Requerimento nº 36, os Vereadores Rafael Vilela e Demétrius falaram sobre a questão das pontes danificadas, colocando em risco o funcionamento do Instituto Federal e o escoamento da produção rural. O Vereador Jorge Luís disse que as providências passaram pelos trâmites da defesa civil e agora o processo licitatório com vários trâmites. Sobre o Requerimento nº 37, o Vereador Ivan disse que casas de moradores vizinhos estão em risco por estarem nas imediações do local da obra. O Vereador Demétrius disse que a obra está represando a água e a parte de baixo está sofrendo com o aumento da pressão da água nos terrenos adjacentes; é preciso saber quando se terá a solução daquela obra, inclusive por estar oferecendo risco a residências. O Vereador Jorge disse que a administração anterior fez mal feito e atualmente se aprovou um recurso para a obra. O Vereador Hedilberto disse que a situação é preocupante demais e o engenheiro da Prefeitura disse que as obras retornam amanhã. O Vereador Gladstone disse que a situação das famílias é realmente preocupante e é função dos vereadores cobrarem na condição de representantes da população. Votados, os dois requerimentos foram aprovados pela unanimidade dos presentes. A seguir, foi lido o Requerimento nº 38, do Vereador Demétrius Carvalho de Oliveira: Requer informações sobre corte de árvore. O autor disse que a situação dessa árvore se tornou uma novela com solução que não se desenrola. O Vereador Ivan disse que existe parecer favorável da defesa civil sobre o corte desta árvore, assim como o meio ambiente de Ubá, mas se tem um Secretário de Meio Ambiente que não gosta de trabalhar, citando como exemplo uma árvore existente em frente à sua casa que caiu sobre uma senhora, demonstrando que o secretário não consegue trocar uma árvore, apesar de já ter trabalhado em vários mandatos e continuar lá; disse não estar “pedindo a cabeça” do secretário, mas apenas dizendo que ele não gosta de trabalhar, bastando olhar o serviço dele

e o fato dele não gostar quando funcionários o chamam, sendo que secretários não podem ficar com o celular desligado; disse que a árvore em questão acabará caindo em cima de alguém e gerar sérios problemas. Colocado em votação, este requerimento foi aprovado pela unanimidade dos presentes. Em sequência foram lidas: a) Demétrius Carvalho de Oliveira: 1) Indicação nº 559: criação de espaço de esportes na areia; b) Jorge Luís Martins Soares: 1) Indicação nº 556: construção de novos banheiros públicos no parque de exposições; c) Rafael V. Martins, Demétrius C. Oliveira, Frederico S. Condé, Gladstone R. Silva e Ivan F. Martins: 1) Indicação nº 557: retomada de obras na Péricles de Queiroz; 2) Indicação nº 558: ponte de acesso ao *campus* Rio Pomba. No pequeno expediente, os vereadores inscritos puderam falar sobre as indicações. Às dezenove horas e cinquenta e oito minutos, aberta a ordem do dia, foi lido o Projeto de Decreto Legislativo nº 216, do Vereador Ivan Ferreira Martins: Outorga homenagem de cidadania honorária e dá outras providências. Votado, esta proposição foi aprovada pela unanimidade dos presentes. No grande expediente os vereadores inscritos puderam falar sobre assuntos de interesse público. O Vereador Demétrius pediu um minuto de silêncio e uma oração pelo ex-Deputado Eduardo Barbosa, falecido recentemente. O Vereador Gladstone lembrou também do “Pachá”, irmão do vigia Joaquim, que trabalha aqui na Câmara. O Vereador Gladstone citou que a poda das árvores significa também segurança pública, citando um fato ocorrido na Av. Dr. José Neves. Nada mais havendo, foi encerrada a sessão às vinte horas e nove minutos e redigida esta ata que, depois de colocada em discussão em Plenário e aprovada, segue assinada pelo Sr. Presidente; por mim, Secretário; e demais Vereadores presentes à sessão que a aprovou.

MAURILIO RODRIGUES DOS REIS  
Presidente da Câmara

HEDILBERTO TEIXEIRA  
Secretário

Demétrius Carvalho de Oliveira

Frederico Senra Condé

Gladstone Roncalli da Silva

Ivan Ferreira Martins

Jorge Luís Martins Soares

Paulo Henrique da Silva

Rafael Vilela Martins

**Ata da Quinquagésima Quarta Sessão Ordinária da Câmara Municipal de Rio Pomba.** Às dezoito horas do dia dezoito de setembro de dois mil e vinte e três, reunidos no Plenário da Câmara todos os Vereadores: Demétrius Carvalho de Oliveira, Frederico Senra Condé, Gladstone Roncalli da Silva, Hedilberto Teixeira, Ivan Ferreira Martins, Jorge Luís Martins Soares, Maurílio Rodrigues dos Reis, Paulo Henrique da Silva e Rafael Vilela Martins; foi aberta a sessão pelo sr. Presidente, Vereador Maurílio Rodrigues dos Reis, que solicitou a leitura do Ofício nº 43, do Departamento de Epidemiologia; e outro do Instituto Federal. O sr. Presidente comunicou que o Executivo designou os srs. Wellington Ferreira de Souza e Dr. Frederico Paschoalino, para usar a palavra sobre assuntos de interesse público e as matérias em pauta. Conforme previamente solicitado, o sr. Presidente concedeu a palavra ao sr. Gilberto Gonçalves Quintão, Secretário de Meio Ambiente e Desenvolvimento, para prestar esclarecimentos das citações feitas à sua pessoa, na condição de Secretário, na sessão de 04 de setembro. Na tribuna, o sr. Secretário fez o seu pronunciamento e respondeu às questões dos srs. Vereadores. O Vereador Rafael criticou o tempo excessivo que foi concedido ao secretário de Meio Ambiente, logo no início da sessão, enquanto aos vereadores é deixado o uso da palavra para o final da sessão e com limitação de tempo. O Vereador Ivan fez comentários sobre a atuação do Secretário de Meio Ambiente, aproveitando a sua presença, e citou que na sessão anterior fez críticas ao trabalho do mesmo, e não à sua pessoa. Seguiram tramitando: a) Projeto de Lei nº 2.035, do Vereador Rafael Vilela Martins: Dispõe sobre a Política Municipal de uso da *cannabis* para fins medicinais e distribuição gratuita de medicamentos prescritos à base da planta, que contenham em sua fórmula as substâncias Canabidiol (CBD) e/ou Tetrahydrocannabinol (THC), nas unidades de saúde pública municipal e privada, ou conveniada ao Sistema Único de Saúde – SUS, no âmbito do município de Rio Pomba, e dá outras providências; b) Projeto de Lei nº 2.036, dos Vereadores Gladstone R. Silva e Demétrius C. Oliveira: Insere no calendário de eventos da Secretaria Municipal de Educação as datas comemorativas que menciona. Continuando os trabalhos, foi lido o Projeto de Lei nº 2.062, do Executivo: Autoriza a abertura de crédito adicional especial ao orçamento do município para 2023 e dá outras providências. Por sugestão do sr. Presidente, o Plenário concedeu por unanimidade o regime de urgência especial. Consultada a se manifestar, a Comissão de Finanças opinou favoravelmente ao projeto. O Vereador Demétrius lamentou o uso da palavra por tempo excessivo por representantes do Executivo e em seguida falou sobre o projeto. Também se pronunciaram sobre o projeto os Vereadores Jorge, Hedilberto, Gladstone, Maurílio e Ivan. Ultimada a votação, o Projeto de Lei nº 2.062 foi aprovado por unanimidade. A seguir, foi lido o Projeto de Lei nº 2.063, do Executivo: Autoriza a abertura de crédito especial no para acobertar despesas com unidade administrativa do Poder Executivo. O Plenário concedeu por unanimidade o regime de urgência especial solicitado pelo autor do projeto. Consultada a se manifestar, a Comissão de Finanças opinou favoravelmente ao projeto. Ultimada a votação, o Projeto de Lei nº 2.063 foi aprovado por unanimidade. Após, foi lido o Projeto de Lei nº 2.064, do Executivo: Atribui valor em real à Unidade Padrão Fiscal Municipal do Município de Rio Pomba – UFPRP. O sr. Presidente convidou a usar a palavra o dr. Frederico Paschoalino, representando

o Executivo. Na tribuna, o dr. Frederico explanou sobre o projeto e respondeu às questões apresentadas pelos srs. vereadores. O sr. Presidente consultou ao Plenário quanto ao pedido de urgência do autor do projeto. O regime de urgência foi rejeitado por 05 (cinco) votos dos Vereadores: Rafael Vilela Martins, Frederico Senra Condé, Gladstone Roncalli da Silva, Demétrius Carvalho de Oliveira e Ivan Ferreira Martins; votando a favor do regime de urgência os Vereadores: Paulo Henrique da Silva, Hedilberto Teixeira e Jorge Luís Martins Soares. O sr. Presidente disse que o projeto fica em tramitação e convocará sessão extraordinária para a próxima semana. Continuando os trabalhos, foi lido o Projeto de Lei nº 2.065, do Executivo: Disciplina a campanha anual de incentivo ao pagamento de Tributos, denominado **IPTU PREMIADO**, e dá outras providências. O dr. Frederico Paschoalino se pronunciou sobre este projeto. Os Vereadores Demétrius e Rafael pediram a tramitação do projeto para melhor análise. O Vereadores Ivan e Rafael pediram ao sr. Presidente que coloque em votação o Projeto de Lei nº 2.064. O dr. Frederico explicou que o projeto de lei que institui a UPFRP e o que trata sobre o ISSQN precisam ser votados até 30 de setembro. O sr. Presidente encaminhou este projeto para análise das Comissões de Legislação e de Finanças, permanecendo o mesmo em tramitação. Seguindo na pauta, o sr. Presidente convidou a usar a palavra o dr. Frederico Paschoalino, a respeito do Projeto de Lei Complementar nº 37, do Executivo: Dispõe sobre o Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN, do Processo Tributário Administrativo – e contém outras providências. Na oportunidade, o dr. Frederico explanou sobre o assunto e respondeu aos questionamentos dos srs. vereadores. O dr. Frederico disse que o objeto do projeto é a cobrança de grandes contribuintes que faturam acima de 4,5 milhões de reais, sem impacto algum sobre os pequenos. O sr. Presidente disse que os vereadores podem fazer uma cópia do projeto e estudarem em casa e com a dra. Vânia. O Vereador Hedilberto disse que o projeto será aplicado apenas aos grandes contribuintes. O Vereador Jorge disse que votaria este projeto ainda hoje. O Vereador Demétrius disse que as explicações do dr. Frederico foram excelentes, mas é preciso estudar e entender melhor. O sr. Presidente encaminhou o projeto para análise das Comissões de Legislação e de Finanças; e convocou sessão extraordinária para o dia 25 (vinte e cinco) de setembro, às 18 (dezoito) horas, para deliberar sobre os projetos: a) Projeto de Lei nº 2.064; b) Projeto de Lei Complementar nº 37. As comissões designaram de se reunirem na quarta-feira desta semana, às 15 horas, com o dr. Frederico, para mais informações sobre o Projeto de Lei Complementar nº 37. A seguir foram lidos: a) Parecer nº 2, da Comissão de Finanças: Prestação de contas da Prefeitura referente ao exercício de 2017 – aprovação das contas; b) Parecer nº 3, da Comissão de Finanças: Prestação de contas da Prefeitura referente ao exercício de 2021 – aprovação das contas. Permaneceram tramitando para votação na próxima sessão ordinária, em ordem do dia: a) Projeto de Decreto Legislativo nº 217, da Comissão de Finanças: Aprova as contas da Prefeitura de Rio Pomba do exercício de 2017; b) Projeto de Decreto Legislativo nº 218, da Comissão de Finanças: Aprova as contas da Prefeitura de Rio Pomba do exercício de 2021. A respeito do Projeto de Resolução nº 369/2023, dos Vereadores Ivan F. Martins, Demétrius C. Oliveira, Rafael V. Martins, Gladstone R. Silva e Frederico S. Condé: Altera dispositivo da Resolução nº 311/2016 – Regimento Interno da Câmara, relacionado à designação de

representantes do Executivo; o Vereador Hedilberto Teixeira, como Presidente da Comissão de Legislação, disse que tem condições de emitir o parecer verbal. O sr. Presidente sugeriu que a Comissão se reúna quarta-feira. O Vereador Ivan sugeriu que o projeto seja votado hoje. O sr. Presidente então solicitou a manifestação da Comissão de Legislação (Hedilberto, Jorge e Paulo). Os membros da referida comissão, por unanimidade, opinaram pela legalidade do projeto. Colocado em votação, o Projeto de Resolução nº 369 foi aprovado por unanimidade. Seguindo a pauta, foi lida a Moção nº 15, dos Vereadores Gladstone R. Silva e Demétrius C. Oliveira: Moção de apoio ao Congresso Nacional, em face da tentativa de legalização do aborto por meio da ADPF 442. Os autores da moção falaram sobre o intuito da moção, contra a legalização do aborto. Submetida à votação, esta moção foi aprovada por unanimidade. Os Vereadores Demétrius C. Oliveira e Gladstone R. Silva apresentaram o Requerimento nº 39: requer informações sobre plano de contingência da defesa civil. Submetido à votação, este requerimento foi aprovado por unanimidade. O Vereador Demétrius falou sobre a importância desse requerimento. Em sequência foram lidas: a) Demétrius Carvalho de Oliveira: 1) Indicação nº 563: aplicação da Lei nº 1.889/2023; 2) Indicação nº 564: poda preventiva de árvores; b) Hedilberto Teixeira: 1) Indicação nº 504-2ª edição: providências no loteamento Nova Era; 2) Indicação nº 562: manutenção no calçamento da Vila Araújo; c) Jorge Luís Martins Soares: 1) Indicação nº 560: reforma em calçamento no Bomjardim; 2) Indicação nº 561: reajuste de diária dos motoristas da Prefeitura. No pequeno expediente, os vereadores inscritos puderam falar sobre as indicações. Havendo solicitações de vereadores, o sr. Presidente consultou as Comissões de Legislação e de Finanças sobre o Projeto de Lei nº 2.064, do Executivo. Ambas se manifestaram favoravelmente ao projeto. Então, o sr. Presidente colocou em votação o Projeto de Lei nº 2.064, do Executivo, o qual foi aprovado por unanimidade. Na ordem do dia, no grande expediente, os vereadores inscritos puderam falar sobre assuntos de interesse público. Nada mais havendo, foi encerrada a sessão às vinte e uma horas e quinze minutos e redigida esta ata que, depois de colocada em discussão em Plenário e aprovada, segue assinada pelo Sr. Presidente; por mim, Secretário; e demais Vereadores presentes à sessão que a aprovou.

MAURILIO RODRIGUES DOS REIS  
Presidente da Câmara

HEDILBERTO TEIXEIRA  
Secretário

Demétrius Carvalho de Oliveira

Frederico Senra Condé

Gladstone Roncalli da Silva

Ivan Ferreira Martins

Jorge Luís Martins Soares

Paulo Henrique da Silva

Rafael Vilela Martins

**Ata da Décima Sexta Sessão Extraordinária da Câmara Municipal de Rio Pomba.** Às dezoito horas e dez minutos do dia vinte e cinco de setembro de dois mil e vinte e três, reunidos no Plenário da Câmara todos os Vereadores: Demétrius Carvalho de Oliveira, Frederico Senra Condé, Gladstone Roncalli da Silva, Hedilberto Teixeira, Ivan Ferreira Martins, Jorge Luís Martins Soares, Maurílio Rodrigues dos Reis, Paulo Henrique da Silva e Rafael Vilela Martins; foi aberta a sessão pelo sr. Presidente, Vereador Maurílio Rodrigues dos Reis, que deu início à ordem do dia e solicitou a leitura dos pareceres elaborados pela Assessora Jurídica da Câmara e pela Coordenadora da Contabilidade da Câmara sobre o Projeto de Lei Complementar nº 37, do Executivo: Dispõe sobre o Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN, do Processo Tributário Administrativo – e contém outras providências. A seguir, o sr. Presidente colocou em apreciação Plenária o pedido de urgência do autor do projeto, o qual foi aprovado por unanimidade. Solicitadas a se manifestar, as Comissões de Legislação e de Finanças se pronunciaram pela legalidade do projeto. Submetido à votação, o Projeto de Lei Complementar nº 37 foi aprovado por unanimidade. Seguindo a pauta da convocação, passando-se a apreciar o Projeto de Lei nº 2.065, do Executivo: Disciplina a campanha anual de incentivo ao pagamento de Tributos, denominado **IPTU PREMIADO**, e dá outras providências; o sr. Presidente colocou em apreciação Plenária o pedido de urgência do autor do projeto, o qual foi aprovado por unanimidade. Solicitadas a se manifestar, as Comissões de Legislação e de Finanças se pronunciaram pela legalidade da proposição. Submetido à votação, o Projeto de Lei nº 2.065 foi aprovado por unanimidade. Nada mais havendo, foi encerrada a sessão às dezoito horas e trinta minutos e redigida esta ata que, depois de colocada em discussão em Plenário e aprovada, segue assinada pelo Sr. Presidente; por mim, Secretário; e demais Vereadores presentes à sessão que a aprovou.

MAURILIO RODRIGUES DOS REIS  
Presidente da Câmara

HEDILBERTO TEIXEIRA  
Secretário

Demétrius Carvalho de Oliveira

Frederico Senra Condé

Gladstone Roncalli da Silva

Ivan Ferreira Martins

Jorge Luís Martins Soares

Paulo Henrique da Silva

Rafael Vilela Martins

**Ata da Quinquagésima Quinta Sessão Ordinária da Câmara Municipal de Rio Pomba.**

Às dezoito horas e dez minutos do dia dois de outubro de dois mil e vinte e três, reunidos no Plenário da Câmara os Vereadores: Demétrius Carvalho de Oliveira, Frederico Senra Condé, Gladstone Roncalli da Silva, Ivan Ferreira Martins, Jorge Luís Martins Soares, Maurílio Rodrigues dos Reis, Paulo Henrique da Silva e Rafael Vilela Martins; ausente o Vereador Hedilberto Teixeira; foi aberta a sessão pelo sr. Presidente, Vereador Maurílio Rodrigues dos Reis, que colocou em discussão e votação a ata da sessão anterior (04 de setembro), a qual foi aprovada pela unanimidade dos presentes. Seguiu tramitando: a) Projeto de Lei nº 2.036, dos Vereadores Gladstone R. Silva e Demétrius C. Oliveira: Insere no calendário de eventos da Secretaria Municipal de Educação as datas comemorativas que menciona. Após, foi lido o Projeto de Lei nº 2.066, da Mesa Diretora: Regulamenta o pagamento de diárias pela Câmara Municipal de Rio Pomba. Durante a leitura compareceu à sessão o Vereador Hedilberto Teixeira, às dezoito horas e quatorze minutos. O sr. Presidente determinou a tramitação do Projeto de Lei nº 2.066 e o enviou para análise das Comissões de Legislação e Finanças (o Vereador Demétrius substituindo o Vereador Hedilberto). De autoria dos Vereadores Gladstone R. Silva e Demétrius C. Oliveira, foi apresentado e lido o Requerimento nº 40: requer informações sobre a sede do Samu. O Vereador Demétrius falou da importância do serviço prestado pelo Samu e comentou a necessidade de reparos na sede, especialmente onde os funcionários do Samu permanecem, sendo que geralmente são as Prefeituras que fazem a manutenção. O Vereador Gladstone disse que ele e o Vereador Demétrius encontraram condições difíceis para os funcionários do Samu trabalharem; que o município precisa dar as devidas condições para que Rio Pomba não perca o Samu, inclusive a cidade vizinha de Mercês está lutando para receber esse serviço. Colocado em votação, o Requerimento nº 40 foi aprovado por unanimidade. A seguir, de autoria dos Vereadores Gladstone R. Silva, Demétrius C. Oliveira e Rafael V. Martins, foi apresentado e lido o Requerimento nº 41: requer informações sobre os programas PMAQ e Previne Brasil. Os autores se pronunciaram. O Vereador Demétrius falou também sobre a existência de muitos requerimentos ainda sem resposta. O Vereador Ivan também falou sobre a falta de resposta a requerimentos da Câmara, implicando em descumprimento das leis sujeito até a cassação. Colocado em votação, o Requerimento nº 41 foi aprovado por unanimidade. Em sequência foram lidas: a) Demétrius Carvalho de Oliveira: 1) Indicação nº 211-3ª edição: reparos e revitalização da Praça Dr. Último de Carvalho com recursos do Fumpac; 2) Indicação nº 301-2ª edição: providências na Praça Professor Ubirajara – bairro Santa Helena; 3) Indicação nº 405-2ª edição: investimento em mobiliários urbanos; b) Gladstone Roncalli da Silva: 1) Indicação nº 375-2ª edição: extensão de iluminação pública nas imediações do loteamento Premier; 2) Indicação nº 467-2ª edição: recuperação da escola municipal Severino da Costa Vieira no Bomjardim; 3) Indicação nº 456-2ª edição: bonificação natalina do auxílio-alimentação; c) Hedilberto Teixeira: 1) Indicação nº 566: reforma em calçamento no centro; d) Jorge Luís Martins Soares: 1) Indicação nº 567: mutirão para teste do olhinho; 2) Indicação nº 568: lixeiras container no Lindo Vale; 2) Indicação nº 569: Recanto Sítio da Lola; e) Hedilberto Teixeira e Paulo H. Silva: 1) Indicação nº 565: abono salarial a todos profissionais da

educação; 2) Indicação nº 570: carteira de identidade (RG). No pequeno expediente, os vereadores inscritos puderam falar sobre as indicações. Às dezenove horas e sete minutos, aberta a ordem do dia, foi lido o Projeto de Decreto Legislativo nº 217, da Comissão de Finanças: Aprova as contas da Prefeitura de Rio Pomba do exercício de 2017. O Vereador Hedilberto Teixeira parabenizou o ex-Prefeito, Marcos Pascoalino, que obteve a aprovação pelo Tribunal de Contas. O sr. Presidente colocou em votação o Projeto de Decreto Legislativo nº 217, por chamada nominal em ordem alfabética, o qual foi aprovado por unanimidade com os votos dos Vereadores: Demétrius Carvalho de Oliveira, Frederico Senra Condé, Gladstone Roncalli da Silva, Hedilberto Teixeira, Ivan Ferreira Martins, Jorge Luís Martins Soares, Paulo Henrique da Silva e Rafael Vilela Martins. O voto do Presidente da Câmara, Maurílio Rodrigues dos Reis, é facultativo conforme art. 43 do Regimento Interno. Desta forma, a prestação de contas do exercício de 2017 (dois mil e dezessete), da gestão de Marcos Pascoalino, foi aprovada pela Câmara Municipal. Seguindo a pauta, foi lido o Projeto de Decreto Legislativo nº 218, da Comissão de Finanças: Aprova as contas da Prefeitura de Rio Pomba do exercício de 2021. O Vereador Hedilberto Teixeira parabenizou o sr. Prefeito, Reginaldo Furtado, por cumprir suas obrigações para com o Tribunal de Contas. O sr. Presidente colocou em votação o Projeto de Decreto Legislativo nº 218, por chamada nominal em ordem alfabética, o qual foi aprovado por unanimidade com os votos dos Vereadores: Demétrius Carvalho de Oliveira, Frederico Senra Condé, Gladstone Roncalli da Silva, Hedilberto Teixeira, Ivan Ferreira Martins, Jorge Luís Martins Soares, Paulo Henrique da Silva e Rafael Vilela Martins. O voto do Presidente da Câmara, Maurílio Rodrigues dos Reis, é facultativo conforme art. 43 do Regimento Interno. Desta forma, a prestação de contas do exercício de 2021 (dois mil e vinte e um), da gestão de Reginaldo Furtado de Carvalho, foi aprovada pela Câmara Municipal. Após, foi lida a conclusão do parecer da Assessora Jurídica da Câmara a respeito do Projeto de Lei nº 2.035, do Vereador Rafael Vilela Martins: Dispõe sobre a Política Municipal de uso da *cannabis* para fins medicinais e distribuição gratuita de medicamentos prescritos à base da planta, que contenham em sua fórmula as substâncias Canabidiol (CBD) e/ou Tetrahydrocannabinol (THC), nas unidades de saúde pública municipal e privada, ou conveniada ao Sistema Único de Saúde – SUS, no âmbito do município de Rio Pomba, e dá outras providências. O Vereador Rafael disse que a Câmara aprovou projeto semelhante, relativo ao pagamento de fraldas geriátricas, culminando com a sanção do projeto; lembrou as audiências esclarecedoras que foram realizadas e o aval do Conselho de Saúde; falou sobre as possibilidades de tratamento com o medicamento. Foi lida também a Emenda Aditiva nº 01, apresentada pelo autor do projeto. O sr. Presidente solicitou o parecer verbal das Comissões de Legislação (Ivan, Jorge e Paulo), Saúde (Gladstone, Frederico e Paulo) e Finanças (Hedilberto, Paulo e Jorge). O Vereador Ivan deixou claro se tratar da aquisição de medicamentos de forma legalizada e oficial. Todas as comissões se pronunciaram favoravelmente ao projeto. Encerrada a discussão, o sr. Presidente colocou em votação a Emenda Aditiva nº 01, obtendo-se a sua aprovação por unanimidade. A seguir, foi colocado em votação o Projeto de Lei nº 2.035, o qual também foi aprovado por unanimidade. O Vereador Demétrius disse que o projeto se trata da possibilidade de uso por pacientes que



possam se beneficiar desse tipo de medicamento e a receita depende de um médico; sobre os custos, disse haver decisões favoráveis a esse tipo de iniciativa parlamentar, e por outro lado o município poderá reduzir custos com a aquisição de outros medicamentos. O Vereador Hedilberto disse que não pode votar contra um projeto dessa natureza porque tem um filho autista e conhece a luta de tantas famílias. O Vereador Ivan disse que esse é um atendimento que pode vir até pela via judicial e sobre o impacto financeiro abriu-se um precedente com a aprovação do projeto das fraldas. O Vereador Rafael disse que não se pode esperar pelo SUS atender esse medicamento porque são muitas pessoas sofrendo; esclareceu que mesmo assim esse medicamento não é recomendado a todos os autistas. O Vereador Rafael falou em agradecimento pela aprovação. No grande expediente, os vereadores inscritos puderam usar a palavra sobre assuntos de interesse público. O Vereador Ivan falou sobre a emissão de carteiras de identidade em Rio Pomba, que voltará a ser prestada a partir de dezembro. O Vereador Jorge disse que a pendência era a necessidade do serviço ser feito por um servidor efetivo do município. O Vereador Demétrius também falou sobre a emissão de identidades e a sua atuação para conseguir uma viatura para a Polícia Civil, dentre outras coisas. O Vereador Hedilberto disse que encaminhará amanhã ofício com vários pedidos sobre as águas pluviais; relatou o descontentamento de algumas pessoas, especialmente da zona rural, com o tratamento que lhes vem sendo dado por secretário municipal. O Vereador Gladstone falou sobre a pendência de respostas requeridas e especialmente sobre o plano de contingência da defesa civil; abordou outros assuntos de relevância e lamentou o não atendimento à sua indicação de nominar a sala de cardiologia com o nome do saudoso dr. Sérgio Roberto. Nada mais havendo, foi encerrada a sessão às vinte horas e dezessete minutos e redigida esta ata que, depois de colocada em discussão em Plenário e aprovada, segue assinada pelo Sr. Presidente; por mim, Secretário; e demais Vereadores presentes à sessão que a aprovou.

MAURILIO RODRIGUES DOS REIS  
Presidente da Câmara

HEDILBERTO TEIXEIRA  
Secretário

Demétrius Carvalho de Oliveira

Frederico Senra Condé

Gladstone Roncalli da Silva

Ivan Ferreira Martins

Jorge Luís Martins Soares

Paulo Henrique da Silva

Rafael Vilela Martins

**Ata da Quinquagésima Sexta Sessão Ordinária da Câmara Municipal de Rio Pomba.** Às dezoito horas e dezessete minutos do dia dezesseis de outubro de dois mil e vinte e três, reunidos no Plenário da Câmara os Vereadores: Demétrius Carvalho de Oliveira, Gladstone Roncalli da Silva, Hedilberto Teixeira, Ivan Ferreira Martins, Jorge Luís Martins Soares, Maurílio Rodrigues dos Reis, Paulo Henrique da Silva e Rafael Vilela Martins; ausente o Vereador Frederico Senra Condé; foi aberta a sessão pelo sr. Presidente, Vereador Maurílio Rodrigues dos Reis, que colocou em discussão e votação as atas das sessões anteriores (18 e 25/setembro, 02/outubro), as quais foram aprovadas pela unanimidade dos presentes. O Executivo designou para usar a palavra: Wellington Ferreira de Souza, Secretário de Governo e Planejamento. Seguiu tramitando: a) Projeto de Lei nº 2.036, dos Vereadores Gladstone R. Silva e Demétrius C. Oliveira: Insere no calendário de eventos da Secretaria Municipal de Educação as datas comemorativas que menciona. Após, foi lido Projeto de Lei nº 2.067, do Executivo: Altera o Anexo de Metas e Prioridades, o Anexo de Metas Fiscais e o Anexo de Riscos Fiscais à Lei nº 1.894/2023, de 04 de julho de 2023, que estabelece as Diretrizes Orçamentárias para o exercício financeiro de 2024. Este projeto seguiu tramitando e foi encaminhado para a Comissão de Finanças. Constante em pauta, o Plenário dispensou a leitura do Projeto de Lei nº 2.068, do Executivo: Estima a Receita e Fixa a Despesa do Município de Rio Pomba para o exercício financeiro de 2024. O mesmo seguiu tramitando e foi encaminhado para a Comissão de Finanças com prazo para apresentação de emendas. O sr. Presidente comunicou que no dia 06 de novembro haverá a audiência pública desta proposição. A seguir, foi lido o Projeto de Lei nº 2.069, do Executivo: Dispõe sobre concessão de subvenções sociais às entidades que menciona, e dá outras providências. Este projeto seguiu tramitando e ficou sob análise da Comissão de Finanças. Continuando os trabalhos, foi lido o Projeto de Lei nº 2.070, do Executivo: Dispõe sobre o serviço de Inspeção Sanitária e Industrial de Produtos de Origem Animal no Município de Rio Pomba, e dá outras providências. O Vereador Jorge falou sobre o projeto e a possibilidade do Secretário Sérgio Mota se pronunciar. O Vereador Gladstone, Presidente da Comissão de Saúde, disse querer ouvir o Secretário de Agricultura mas desde já pediu a tramitação do projeto. O Vereador Rafael também pediu a reunião das comissões com a presença do Secretário Sérgio. Com autorização Plenária e presente no recinto, pode usar a palavra o sr. Sérgio Mota, Secretário de Agricultura, para explanar sobre o projeto. Os Vereadores também puderam se expressar. O sr. Presidente colocou em apreciação o pedido de urgência do Executivo, o qual foi aprovado pela unanimidade dos presentes. Solicitadas a se manifestarem, as comissões opinaram: a) Legislação: favorável, mas o membro Ivan solicitou o parecer jurídico. Houve debate sobre a continuidade da tramitação ou a votação nesta sessão. Os Vereadores Rafael e Jorge opinaram pela votação hoje. Os Vereadores Ivan e Gladstone opinaram pela tramitação. Demais comissões: b) Saúde: favorável; c) Serviços: favorável. O sr. Presidente solicitou a manifestação da assessora jurídica da Câmara e esta disse que precisava de prazo para analisar o projeto. Então, o projeto seguiu tramitando e aguardando também as comissões de Defesa Animal e Finanças. A seguir, foi lido o Projeto de Lei nº 2.073, do Executivo: Autoriza o repasse de recurso do Fundo da Infância e Adolescência – FIA e a abertura de crédito especial no orçamento para

acobertar despesas a entidades. O pedido de urgência do Chefe do Executivo foi aprovado pela unanimidade dos presentes. A Comissão de Finanças se manifestou favorável ao projeto. Colocado em votação, o Projeto de Lei nº 2.073 foi aprovado pela unanimidade dos presentes. O Vereador Maurílio, respondendo a um comentário do Vereador Hedilberto sobre a tramitação de projetos, disse que os produtores rurais estão assistindo que está barrando o projeto do interesse deles. O Vereador Ivan protesto dizendo que o Presidente está colocando os produtores rurais contra ele. Continuando os trabalhos, foi lido o Projeto de Lei nº 2.072, do Executivo: Altera a Lei Municipal nº 1.902/2023 nas partes que menciona. Presente no recinto, usou a palavra a dra. Kíusa Araújo, representando o Executivo; os vereadores também se manifestaram. O pedido de urgência do Chefe do Executivo foi aprovado pela unanimidade dos presentes. Solicitadas a se manifestarem, concluíram favoráveis ao projeto as Comissões de Legislação; Serviços; Finanças. Submetido à votação, o Projeto de Lei nº 2.072 foi aprovado pela unanimidade dos presentes. A seguir, foi lido o Projeto de Lei nº 2.071, do Executivo: Autoriza o Poder Executivo a conceder bônus excepcional aos profissionais da educação básica integrantes do quadro ativo de pessoal do município de Rio Pomba e dá outras providências. O sr. Presidente solicitou a manifestação das Comissões de Legislação, Educação e Finanças, sendo que todas opinaram favoravelmente ao projeto. O plenário, pela unanimidade dos presentes, concedeu o regime de urgência solicitado pelo Executivo. Votado, o Projeto de Lei nº 2.071 foi aprovado pela unanimidade dos presentes. Congratularam-se com os professores os Vereadores Hedilberto, Demétrius e Ivan. Os Vereadores Demétrius e Ivan apresentaram o Requerimento nº 42: requer informações sobre o contrato com a empresa FW Serviços. O Vereador Demétrius falou sobre o pedido de informações. Este requerimento foi lido e aprovado pela unanimidade dos presentes. Em sequência foram lidas: a) Gladstone Roncalli da Silva: 1) Indicação nº 408-2ª edição: abrigo de passageiros na Rua Cel. José Furtado de Mendonça; 2) Indicação nº 447-2ª edição: inserir a história da Assembleia de Deus Ministério de Madureira; 3) Indicação nº 465-2ª edição: denomina sala de cardiologia do Centro de Especialidades com o nome do Dr. Sérgio Roberto Vieira da Silva – Mundiquinho; b) Hedilberto Teixeira e Paulo H. Silva: 1) Indicação nº 571: serviço de tomografia pelo SUS; 2) Indicação nº 572: sinalização de trânsito com inclusão de autistas; 3) Indicação nº 573: luminária na Rua Diógenes Coelho Gomes. No pequeno expediente, os vereadores inscritos puderam falar sobre as indicações. Às vinte horas e trinta minutos, aberta a ordem do dia, o sr. Presidente solicitou a manifestação das Comissões de Legislação e de Finanças (Vereador Demétrius substituiu o Vereador Hedilberto) a respeito do Projeto de Lei nº 2.066, da Mesa Diretora: Regulamenta o pagamento de diárias pela Câmara Municipal de Rio Pomba. Ambas as comissões opinaram favoráveis. Então, submetido à votação, o Projeto de Lei nº 2.066 foi aprovado pela unanimidade dos presentes. O Vereador Demétrius disse que a Câmara não está criando nada, mas apenas regulamentando as diárias conforme exigência do Ministério Público. No grande expediente, os Vereadores inscritos puderam usar a palavra sobre assuntos de interesse público. Nada mais havendo, foi encerrada a sessão às vinte horas e quarenta e cinco minutos e redigida esta ata que, depois de

colocada em discussão em Plenário e aprovada, segue assinada pelo Sr. Presidente; por mim, Secretário; e demais Vereadores presentes à sessão que a aprovou.

MAURILIO RODRIGUES DOS REIS  
Presidente da Câmara

HEDILBERTO TEIXEIRA  
Secretário

Demétrius Carvalho de Oliveira

Frederico Senra Condé

Gladstone Roncalli da Silva

Ivan Ferreira Martins

Jorge Luís Martins Soares

Paulo Henrique da Silva

Rafael Vilela Martins

**Ata da Quinquagésima Sétima Sessão Ordinária da Câmara Municipal de Rio Pomba.** Às dezoito horas e vinte minutos do dia seis de novembro de dois mil e vinte e três, reunidos no Plenário da Câmara os Vereadores: Demétrius Carvalho de Oliveira, Frederico Senra Condé, Gladstone Roncalli da Silva, Ivan Ferreira Martins, Jorge Luís Martins Soares, Maurílio Rodrigues dos Reis, Paulo Henrique da Silva e Rafael Vilela Martins; ausente o Vereador Hedilberto Teixeira; foi aberta a sessão pelo sr. Presidente, Vereador Maurílio Rodrigues dos Reis, que comunicou a resposta do Executivo ao requerimento sobre a empresa FW. O sr. Presidente comunicou também que a sessão de homenagens será no dia 15 de dezembro, 19 horas. Diante da solicitação do Executivo, o sr. Presidente indicou o Vereador Rafael Vilela Martins para representar a Câmara no Conselho de Saneamento Básico. Foi lido o Ofício 78/2023 da Apae. Representantes do Executivo indicados para uso da palavra: Wellington Ferreira de Souza, Secretário de Governo e Planejamento. Dra. Kiusa de Oliveira Araújo e dr. Luís Gustavo D'Ávila Riani. Às dezoito horas e vinte e quatro minutos compareceu à sessão o Vereador Hedilberto Teixeira. Conforme prévia inscrição realizada, usou a Tribuna Popular: Hira Fernanda de Lima, Presidente da Associação dos Amigos e Protetores dos Animais de Rio Pomba – AAPARP, para falar sobre a necessidade de alteração na Lei Municipal nº 1.704, que cria o Programa Municipal de Controle Populacional, Ético e Humanitário de cães e gatos no Município de Rio Pomba/MG. Durante a participação houve perguntas e comentários dos vereadores. O Vereador Rafael Vilela disse que analisará a emenda sugerida pela oradora. Na condição de convidado pela Câmara, usou a palavra o advogado Gabriel Moreira Braga, sobre o direito de paridade salarial das professoras aposentadas, também com a participação de vereadores no assunto. Após, o sr. Presidente deu início à audiência pública para demonstração da proposta orçamentária para 2024. Representando o Executivo esteve usando a palavra remotamente a Consultora Contábil Glória Aparecida Rodrigues dos Santos. Os dados foram apresentados em tela. Seguindo os trabalhos, antecipando a ordem do dia, o sr. Presidente solicitou a leitura da Emenda Modificativa nº 01 ao Projeto de Lei nº 2.070, do Executivo. O sr. Presidente solicitou a se manifestarem sobre a emenda e o Projeto de Lei nº 2.070, do Executivo: Dispõe sobre o serviço de Inspeção Sanitária e Industrial de Produtos de Origem Animal no Município de Rio Pomba, e dá outras providências; as Comissões de Legislação; Saúde; Serviços; Defesa Animal e Finanças. Todas as comissões opinaram favoravelmente. Então, o sr. Presidente colocou em votação a Emenda Modificativa nº 01, obtendo-se a sua aprovação por unanimidade, e em seguida o Projeto de Lei nº 2.070, o qual também foi aprovado por unanimidade. Seguindo os trabalhos, permaneceram tramitando: a) Projeto de Lei nº 2.036, dos Vereadores Gladstone R. Silva e Demétrius C. Oliveira: Insere no calendário de eventos da Secretaria Municipal de Educação as datas comemorativas que menciona; b) Projeto de Lei nº 2.067, do Executivo: Altera o Anexo de Metas e Prioridades, o Anexo de Metas Fiscais e o Anexo de Riscos Fiscais à Lei nº 1.894/2023, de 04 de julho de 2023, que estabelece as Diretrizes Orçamentárias para o exercício financeiro de 2024; c) Projeto de Lei nº 2.068, do Executivo: Estima a Receita e Fixa a Despesa do Município de Rio Pomba para o exercício financeiro de 2024; d) Projeto de Lei nº 2.069, do Executivo: Dispõe sobre concessão de subvenções sociais às entidades que

menciona, e dá outras providências. Continuando a pauta, foi lido o Projeto de Lei nº 2.074, do Executivo: Autoriza abertura de crédito especial no orçamento para acobertar despesas com unidade administrativa do Poder Executivo. Presente no recinto, usou a palavra o dr. Luís Gustavo Riani, representante do Executivo. Houve a participação dos vereadores no debate. O pedido de urgência do Executivo foi aprovado por unanimidade do Plenário. Consultada a se manifestar, a Comissão de Finanças opinou favoravelmente ao projeto. O Vereador Hedilberto parabenizou a gestão Reginaldo e Netto pelo pontapé inicial nas obras do Loteamento Panorama e na construção de casas populares, pensando de verdade nas pessoas que precisam. Submetido à apreciação plenária, o Projeto de Lei nº 2.074 foi aprovado por unanimidade. O Ivan disse que foi contra o empréstimo de 10 milhões de reais porque de fato o Governo Federal tem recursos para as casas populares e o município tem fluxo de caixa. Ato contínuo, foi lido o Projeto de Lei nº 2.075, do Executivo: Disciplina o programa Recupera Rio Pomba 2023/2024 e dá outras providências. Este projeto seguiu tramitando e foi encaminhado para análise das Comissões de Legislação e Finanças. A seguir, foi lido o Projeto de Lei nº 2.076, do Executivo: Adota o Diário Oficial dos Municípios Mineiros, instituído e administrado pela Associação Mineira dos Municípios – AMM como meio oficial de comunicação dos atos normativos e administrativos do Município de Rio Pomba, MG. Este projeto seguiu tramitando e foi encaminhado para análise das Comissões de Legislação e Finanças. Após, foi lido o Projeto de Resolução nº 371, Vereadores: Altera dispositivo da Resolução nº 311/2016 – Regimento Interno da Câmara, relacionado à concessão do regime de urgência especial. Este projeto seguiu tramitando e foi encaminhado para análise da Comissão de Legislação (o Vereador Ivan foi substituído pelo Vereador Rafael). Após, foi lido o Requerimento nº 43, Vereadores Ivan, Demétrius, Gladstone, Maurílio, Jorge, Paulo, Hedilberto e Frederico: requer informações sobre o direito de paridade salarial de professoras aposentadas. Colocado em votação, o Requerimento nº 43 foi aprovado pela unanimidade dos presentes (o Vereador Rafael estava fora do plenário no momento). A seguir, foi lida a Moção nº 16, Vereador Demétrius Carvalho de Oliveira: moção de aplausos a Marcus Vinícius de Alcântara Almeida. O autor falou sobre a pessoa proposta à homenagem. Colocada em votação, a Moção nº 16 foi aprovada pela unanimidade dos presentes (o Vereador Gladstone estava fora do plenário no momento). Em sequência foram lidas: a) Demétrius Carvalho de Oliveira: 1) Indicação nº 583: equipamentos para a Defesa Civil; 2) Indicação nº 584: recuperação do calçamento da Praça JK; 3) Indicação nº 585: implantação do ensino de robótica na grade curricular; b) Gladstone Roncalli da Silva: 1) Indicação nº 574: redutor de velocidade na Rua Cel. Antônio Pedro; 2) Indicação nº 582: inscrição para nova ambulância do Samu; 3) Indicação nº 586: canteiro para árvore no Lindo Vale; c) Hedilberto Teixeira: 1) Indicação nº 580: transporte de estudantes para o Enem; 2) Indicação nº 581: alteração do Decreto 991 sobre notas de falecimento; d) Jorge Luís Martins Soares: 1) Indicação nº 576: políticas públicas de empregabilidade para pessoas acima de 50 anos de idade; e) Vereadores: 1) Indicação nº 577: subvenção social Apae; 1) Indicação nº 578: direito de paridade salarial de professoras aposentadas. No pequeno expediente, os vereadores inscritos puderam falar sobre as indicações. Aberta a ordem do dia, no

grande expediente os vereadores inscritos puderam usar a palavra sobre assuntos de interesse público. Nada mais havendo, foi encerrada a sessão às vinte e uma horas e oito minutos e redigida esta ata que, depois de colocada em discussão em Plenário e aprovada, segue assinada pelo Sr. Presidente; por mim, Secretário; e demais Vereadores presentes à sessão que a aprovou.

MAURILIO RODRIGUES DOS REIS  
Presidente da Câmara

HEDILBERTO TEIXEIRA  
Secretário

Demétrius Carvalho de Oliveira

Frederico Senra Condé

Gladstone Roncalli da Silva

Ivan Ferreira Martins

Jorge Luís Martins Soares

Paulo Henrique da Silva

Rafael Vilela Martins

**Ata da Quinquagésima Oitava Sessão Ordinária da Câmara Municipal de Rio Pomba.** Às dezoito horas e dez minutos do dia vinte de novembro de dois mil e vinte e três, reunidos no Plenário da Câmara todos os Vereadores: Demétrius Carvalho de Oliveira, Frederico Senra Condé, Gladstone Roncalli da Silva, Hedilberto Teixeira, Ivan Ferreira Martins, Jorge Luís Martins Soares, Maurílio Rodrigues dos Reis, Paulo Henrique da Silva e Rafael Vilela Martins; foi aberta a sessão pelo sr. Presidente, Vereador Maurílio Rodrigues dos Reis, que solicitou a leitura do Ofício 83/2023 da Apae. Convidado pela Câmara, usou a palavra o Vereador de Juiz de Fora, Juraci Scheffer, Presidente da Apolegis – Associação dos Poderes Legislativos da Zona da Mata e Vertentes, que fez uma apresentação da associação buscando a adesão desta Câmara. Foi lido convite do Presidente da Câmara para uma reunião nesta quarta-feira com o comandante da Companhia do Corpo de Bombeiros de Ubá, sobre a instalação de uma unidade consorciada em Rio Pomba. Seguiu tramitando: a) Projeto de Lei nº 2.036, dos Vereadores Gladstone R. Silva e Demétrius C. Oliveira: Insere no calendário de eventos da Secretaria Municipal de Educação as datas comemorativas que menciona. Continuando os trabalhos, o sr. Presidente consultou se as comissões de Legislação e de Finanças estariam aptas a se pronunciarem sobre o Projeto de Lei nº 2.075, do Executivo: Disciplina o programa Recupera Rio Pomba 2023/2024 e dá outras providências. Ambas as comissões se manifestaram favoráveis ao projeto. Então, o sr. Presidente colocou em votação o Projeto de Lei nº 2.075, o qual foi aprovado por unanimidade. Após, foi lida a Emenda nº 01-Aditiva, ao Projeto de Lei nº 2.076, do Executivo. O sr. Presidente explicou o objetivo da emenda. Então, o sr. Presidente colocou em votação a Emenda nº 01-Aditiva, a qual foi aprovada por unanimidade. Em seguida, o sr. Presidente solicitou a manifestação da Comissão de Legislação e de Finanças sobre o Projeto de Lei nº 2.076, do Executivo: Adota o Diário Oficial dos Municípios Mineiros, instituído e administrado pela Associação Mineira dos Municípios – AMM como meio oficial de comunicação dos atos normativos e administrativos do Município de Rio Pomba, MG. Ambas as comissões se manifestaram favoráveis ao projeto. Então, o sr. Presidente colocou o Projeto de Lei nº 2.076, o qual foi aprovado por unanimidade. A seguir, foi lido o Projeto de Lei nº 2.077, do Executivo: Autoriza abertura de crédito especial no orçamento para acobertar despesas com unidade administrativa do Poder Executivo. Apreciado pelo plenário o pedido de urgência do Executivo, o mesmo foi aprovado por unanimidade. Solicitada a se manifestar, a Comissão de Finanças opinou favoravelmente ao projeto. Então, o sr. Presidente colocou em votação o Projeto de Lei nº 2.077, o qual foi aprovado por unanimidade. Em sequência foram lidas: a) Demétrius Carvalho de Oliveira: 1) Indicação nº 215-3ª edição: verticalização do cemitério (construção de gavetas); 2) Indicação nº 314-2ª edição: sede para curso de Bombeiros e o SAMU no antigo pátio do DER/MG; 3) Indicação nº 446-2ª edição: toldos e pergolados nas escolas municipais em embarque e desembarque; b) Gladstone Roncalli da Silva: 1) Indicação nº 575: demarcação de vagas de estacionamento; c) Jorge Luís Martins Soares: 1) Indicação nº 579: cessão de uso parcial do parque de exposições – aulas de equitação e equoterapia; 2) Indicação nº 589: substituição de árvores de grande porte por árvores resedá; 3) Indicação nº 590: feira livre com transmissão ao vivo; d) Rafael Vilela Martins: 1)



Indicação nº 02-4ª edição: providências na Rua Cel. José Furtado de Mendonça; 2) Indicação nº 167-3ª edição: aumento do valor do aluguel social; 3) Indicação nº 591: libera o uso do Centro Integrado de Educação e Lazer – CIEL. No pequeno expediente, os vereadores inscritos puderam falar sobre as indicações. Às dezenove horas e vinte minutos, aberta a ordem do dia, o sr. Presidente solicitou o parecer verbal da Comissão de Finanças a respeito do Projeto de Lei nº 2.067, do Executivo: Altera o Anexo de Metas e Prioridades, o Anexo de Metas Fiscais e o Anexo de Riscos Fiscais à Lei nº 1.894/2023, de 04 de julho de 2023, que estabelece as Diretrizes Orçamentárias para o exercício financeiro de 2024. Com o parecer da Comissão favorável, o sr. Presidente colocou em votação o Projeto de Lei nº 2.067, obtendo-se a sua aprovação por unanimidade. Passando à apreciação do Projeto de Lei nº 2.068, do Executivo: Estima a Receita e Fixa a Despesa do Município de Rio Pomba para o exercício financeiro de 2024; foram lidas as Emendas parlamentares ao Projeto de Lei nº 2.068. A Comissão de Finanças emitiu o parecer verbal favorável ao Projeto de Lei nº 2.068 e às emendas apresentadas. Votadas, as emendas impositivas foram todas aprovadas por unanimidade. A seguir, foi votado e aprovado o Projeto de Lei nº 2.068. Seguindo os trabalhos, a Comissão de Finanças emitiu o parecer favorável ao Projeto de Lei nº 2.069, do Executivo: Dispõe sobre concessão de subvenções sociais às entidades que menciona, e dá outras providências. Colocado em deliberação plenária, o Projeto de Lei nº 2.069 foi aprovado por unanimidade. Após, foi lido o Projeto de Decreto Legislativo nº 219, Vereador Rafael Vilela Martins: Outorga homenagem de honra ao mérito profissional. Votado, este projeto foi aprovado por unanimidade. Seguiu tramitando o Projeto de Resolução nº 371, Vereadores: Altera dispositivo da Resolução nº 311/2016 – Regimento Interno da Câmara, relacionado à concessão do regime de urgência especial; que está sob análise da Comissão de Legislação. Seguindo os trabalhos, o sr. Presidente disse que precisa ser votado o Projeto de Resolução nº 372, Mesa Diretora: Dispõe sobre a transferência provisória da sede da Câmara Municipal para a realização de sessão solene de homenagem. Inicialmente idealizado se realizar a sessão solene na quadra da Escola Municipal São José, o sr. Presidente apresentou emenda para que a sessão seja realizada no Clube dos 30, para melhor acomodação do público e diante da possibilidade de chuva. A Comissão de Legislação emitiu o parecer verbal pela legalidade. Colocada em votação a proposta do local para se realizar o evento, votaram pelo Clube dos 30: Ivan F. Martins, Jorge L. M. Soares, Hedilberto Teixeira, Paulo H. Silva, Frederico S. Condé e Rafael V. Martins; sendo que votaram pela Escola São José: Demétrius C. Oliveira e Gladstone R. Silva. Após, colocado em votação o Projeto de Resolução nº 372, o mesmo foi aprovado por unanimidade com a emenda apresentada pelo sr. Presidente. No grande expediente, os vereadores inscritos puderam usar a palavra sobre assuntos de interesse público. Registre-se o falecimento da ex-Vereadora e ex-Presidente da Câmara, Maria do Carmo Vieira da Silva Gomes, ocorrido em 14 de novembro próximo passado. Nada mais havendo, foi encerrada a sessão às vinte horas e onze minutos e redigida esta ata que, depois de colocada em discussão em Plenário e aprovada, segue assinada pelo Sr. Presidente; por mim, Secretário; e demais Vereadores presentes à sessão que a aprovou.  
(ASSINATURAS NO VERSO DESTA FOLHA)

**Ata da Quinquagésima Nona Sessão Ordinária da Câmara Municipal de**

**Rio Pomba.** Às dezoito horas e dez minutos do dia quatro de dezembro de dois mil e vinte e três, reunidos no Plenário da Câmara os Vereadores: Frederico Senra Condé, Gladstone Roncalli da Silva, Hedilberto Teixeira, Ivan Ferreira Martins, Jorge Luís Martins Soares, Maurílio Rodrigues dos Reis, Paulo Henrique da Silva e Rafael Vilela Martins; ausente o Vereador Demétrius Carvalho de Oliveira; foi aberta a sessão pelo sr. Presidente, Vereador Maurílio Rodrigues dos Reis, que comunicou os representantes credenciados do Executivo para usar a palavra: Wellington F. Souza, Sec. Governo e Planejamento; Marileia R. Oliveira, Sec. de Assistência Social; Kíusa O. Araújo, assessora jurídica. Seguiu tramitando: a) Projeto de Lei nº 2.036, dos Vereadores Gladstone R. Silva e Demétrius C. Oliveira: Insere no calendário de eventos da Secretaria Municipal de Educação as datas comemorativas que menciona. Após, foi lido o Projeto de Lei nº 2.078, do Executivo: Altera o art. 1º da Lei 1.928/2023 que dispõe sobre concessão de subvenção social às entidades, para o exercício de 2024 e dá outras providências. O Vereador Rafael Vilela citou as alterações que o projeto traz e disse ser importante votar o projeto. O Vereador Ivan questionou os motivos de não ter aumentado a subvenção da Apae. O Vereador Rafael disse que o Executivo recebeu a diretoria da Apae mas não enviou alteração no projeto de lei, conforme a instituição já conversou com os vereadores apresentando suas demandas, igualmente ao Executivo; citou que a Câmara enviou uma indicação ao Executivo sobre o assunto. As representantes da Apae presentes puderam se manifestar. O Vereador Jorge disse que o Executivo poderá enviar projeto contemplando a Apae com um valor maior, inclusive diante de uma contrapartida maior das cidades vizinhas. O Plenário aprovou por unanimidade dos presentes o pedido de urgência do autor do projeto. O sr. Presidente solicitou a manifestação dos membros da Comissão de Finanças, a qual se manifestou pela legalidade do projeto. Colocado em votação, o Projeto de Lei nº 2.078 foi aprovado por unanimidade dos presentes. A seguir, foi lido o Projeto de Lei nº 2.079, do Executivo: Altera a Lei Municipal nº 1.469/2014 nas partes que menciona. O Plenário aprovou por unanimidade dos presentes o pedido de urgência do autor do projeto. O sr. Presidente solicitou a manifestação dos membros das Comissões de Legislação e de Finanças, as quais se manifestaram favoráveis. Colocado em votação, o Projeto de Lei nº 2.079 foi aprovado por unanimidade dos presentes. Após, foi lido o Projeto de Lei nº 2.080, do Executivo: Dispõe sobre a criação, composição, atribuições e funcionamento do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência. O Vereador Ivan disse que o projeto não esclarece sobre o vínculo, sendo interpretativo quanto à participação da Apae no conselho. O Vereador Rafael disse ter impressão de que o projeto foi baseado em outro modelo sem se adaptar à realidade de Rio Pomba; sugeriu apresentar emendas, inclusive inserindo um representante da Câmara. O Vereador Gladstone disse que nenhum vereador participou da elaboração do projeto, nem o Conselho de Saúde e nem a Apae, não vendo condições do projeto ser votado hoje. O Jorginho disse que o projeto cita representante da Apae uma vez que ela é uma entidade que presta esse tipo de atividade. O Vereador Jorge sugeriu que a dra. Vânia. O sr. Presidente colocou em apreciação plenária o pedido de urgência do Executivo, o qual foi rejeitado por 04 (quatro) votos dos Vereadores: Ivan Ferreira

Martins, Gladstone Roncalli da Silva, Frederico Senra Condé e Rafael Vilela Martins; votando favoráveis Jorge Luís Martins Soares, Hedilberto Teixeira e Paulo Henrique da Silva. O Vereador Jorge disse que a urgência prevê um prazo de 45 dias para apreciação dos projetos. O Vereador Hedilberto disse ser melhor a tramitação pela ausência de representante do Executivo hoje, sendo que a Assistente Social está acompanhando seu pai com problema de saúde. O sr. Presidente determinou a sua tramitação, enviando para a assessoria jurídica da Câmara e as Comissões de Legislação, Assistência e Finanças. Em sequência foram lidas: a) Jorge Luís Martins Soares: 1) Indicação nº 588: providências na Rua José Augusto (Zé Pio) em diante; 2) Indicação nº 592: instalação de academia ao ar livre na Serrinha; 3) Indicação nº 593: drenagem em córrego. No pequeno expediente, o Vereador Jorge falou sobre as indicações. Às dezoito horas e cinquenta e oito minutos, aberta a ordem do dia, foi lido o Parecer nº 3, Comissão de Legislação, ao Projeto de Resolução nº 371. A seguir, o sr. Presidente colocou em votação o Projeto de Resolução nº 371, Vereadores: Altera dispositivo da Resolução nº 311/2016 – Regimento Interno da Câmara, relacionado à concessão do regime de urgência especial. Este projeto foi aprovado por unanimidade dos presentes. No grande expediente, os vereadores inscritos puderam usar a palavra sobre assuntos de interesse público. O Vereador Rafael Vilela falou do início da comemoração do centenário do Pombense Esporte Clube, sendo um evento beneficente, apesar do que a administração municipal negou custear a arbitragem. Nada mais havendo, foi encerrada a sessão às dezenove horas e oito minutos e redigida esta ata que, depois de colocada em discussão em Plenário e aprovada, segue assinada pelo Sr. Presidente; por mim, Secretário; e demais Vereadores presentes à sessão que a aprovou.

MAURILIO RODRIGUES DOS REIS  
Presidente da Câmara

HEDILBERTO TEIXEIRA  
Secretário

Demétrius Carvalho de Oliveira

Frederico Senra Condé

Gladstone Roncalli da Silva

Ivan Ferreira Martins

Jorge Luís Martins Soares

Paulo Henrique da Silva

Rafael Vilela Martins

**Ata de Sessão Solene da Câmara Municipal de Rio Pomba.** Às dezenove horas e trinta minutos do dia quinze de dezembro do ano de dois mil e vinte e três, reunidos no Clube dos 30, nesta cidade, os Vereadores: Demétrius Carvalho de Oliveira, Gladstone Roncalli da Silva, Hedilberto Teixeira, Ivan Ferreira Martins, Jorge Luís Martins Soares, Maurílio Rodrigues dos Reis e Rafael Vilela Martins; ausentes os Vereadores Frederico Senra Condé e Paulo Henrique da Silva, foi aberta a sessão pelo sr. Presidente, Vereador Maurílio Rodrigues dos Reis; deu abertura à sessão solene previamente designada com a finalidade de prestar homenagens às personalidades aprovadas pelo Legislativo, sob o título de cidadania honorária, cidadania benemerita, honra ao mérito e moções de aplausos, tratando-se das seguintes personalidades: Jornalista Érica Mansoldo Salazar – cidadã benemerita; Pastor Márcio Roberto Samagaio Pinheiro – cidadão honorário; José Geraldo Brandão – cidadão honorário; Ernane Ferreira – honra ao mérito profissional. Moções de aplausos: Leda Ferreira (ex-servidora municipal), Willie Faria Martins (futebol), Gabriel Marcelino Gonçalves da Silva (futebol), Simone Machado Pirozzi (Educação), Eloína de Castro Vidal Moura (Samu), Roney Faria da Costa (Samu), Breno de Souza Caetano (futebol), Thiago da Costa (superação das adversidades), Dr. Rômulo Teixeira Vidal (medicina), Grupo de Apoio aos Autistas de Rio Pomba, Tenório Mendonça Viana (servidor municipal), servidores da varrição, Marcus Vinícius de Alcântara Almeida (filantropia). Foi convidado a integrar a Mesa Diretora o ilmo. senhor Jair de Paula Coelho, Secretário Municipal de Saúde, representando o sr. Prefeito. Após iniciar a sessão, o Sr. Presidente passou a palavra ao mestre de cerimônia. Os homenageados foram conduzidos aos lugares de destaque. Houve então a execução do Hino Nacional Brasileiro. No desenvolvimento da sessão, foram colhidas as assinaturas no Livro de Honra e feita a entrega das placas alusivas às homenagens das mãos dos autores. Seguindo, os srs. Vereadores se manifestaram em congratulações com os homenageados e estes, logo após, fizeram seus agradecimentos. A sessão revestiu-se de um clima fraterno, com manifestações de calorosas salvas de palmas do público. Não havendo mais manifestações, o sr. Presidente encerrou a sessão, após o que houve confraternizações e cumprimentos. Nada mais havendo, foi encerrada a sessão e redigida esta ata que, depois de colocada em discussão em Plenário e aprovada, segue assinada pelo sr. Presidente; por mim, Secretário; e demais Vereadores presentes à sessão que a aprovou.

MAURILIO RODRIGUES DOS REIS  
Presidente da Câmara

HEDILBERTO TEIXEIRA  
Secretário

Demétrius Carvalho de Oliveira

Frederico Senra Condé

Gladstone Roncalli da Silva

Ivan Ferreira Martins

Jorge Luís Martins Soares

Paulo Henrique da Silva

Rafael Vilela Martins

### **Ata da Sexagésima Sessão Ordinária da Câmara Municipal de Rio Pomba.**

Às dezoito horas e dez minutos do dia dezoito de dezembro de dois mil e vinte e três, reunidos no Plenário da Câmara todos os Vereadores: Demétrius Carvalho de Oliveira, Frederico Senra Condé, Gladstone Roncalli da Silva, Hedilberto Teixeira, Ivan Ferreira Martins, Jorge Luís Martins Soares, Maurílio Rodrigues dos Reis, Paulo Henrique da Silva e Rafael Vilela Martins; foi aberta a sessão pelo sr. Presidente, Vereador Maurílio Rodrigues dos Reis, que colocou em discussão e votação as atas das sessões anteriores (16/outubro; 06 e 20/novembro; 04/dezembro), sendo que todas foram aprovadas por unanimidade. O sr. Presidente comunicou os representantes credenciados do Executivo para usar a palavra: Wellington F. Souza, Secretário de Governo e Planejamento; Kíusa O. Araújo, assessora jurídica; Frederico P. Pascoalino, assessor. A seguir, foi lida a Portaria nº 469, da Presidência, designando a Comissão de Controle Interno para o ano de 2024 (Gladstone, Ivan e Ramon). O Plenário unanimemente homologou a designação. Passando às proposições, foi lido o Projeto de Lei Complementar nº 38, do Executivo: Autoriza o Poder Executivo a impor compensações ambientais e estabelecer critérios documentais à Compensações Ambientais e Exploração Mineral, e dá outras providências. Usaram a palavra sobre o projeto os Vereadores Ivan, Demétrius, Jorge Luís. Presente no recinto, usou a palavra o advogado Frederico Pereira Paschoalino, representando o Executivo, quando pode abordar mais sobre a finalidade do projeto. Em síntese, Frederico Paschoalino disse que o projeto não expande multas e citou que em apenas um dispositivo fala sobre o assunto; disse que o objetivo do projeto é defender os interesses do município no caso de haver uma exploração mineral em seu território; falou da necessidade da aprovação com anterioridade de exercício para que vigore em 2024; citou que apenas um representante de empresa procurou recentemente a administração de maneira informal sobre o assunto. O Vereador Rafael disse que o projeto é gigante, concorda com a preocupação da administração, mas entende que ao mesmo não pode ser dado um regime de urgência sem análises e conversas. Diante das manifestações, o sr. Presidente determinou a tramitação do Projeto de Lei Complementar nº 38 e o encaminhou para as Comissões de Legislação; Meio Ambiente e Finanças. Seguiu tramitando: a) Projeto de Lei nº 2.036, dos Vereadores Gladstone R. Silva e Demétrius C. Oliveira: Insere no calendário de eventos da Secretaria Municipal de Educação as datas comemorativas que menciona. A seguir, foi lido o Parecer jurídico ao Projeto de Lei nº 2.080. O Vereador Ivan Ferreira Martins apresentou duas emendas modificativas que também foram lidas. A pedido do sr. Presidente, a assessora jurídica da Câmara, dra. Vânia, falou sobre a normalidade das emendas. O sr. Presidente colocou em votação as emendas, ambas sendo aprovadas por unanimidade. O sr. Presidente solicitou a manifestação das Comissões de Legislação; Assistência; Finanças; sobre o Projeto de Lei nº 2.080, do Executivo: Dispõe sobre a criação, composição, atribuições e funcionamento do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência. Todas as comissões se pronunciaram favoráveis. Então, o sr. Presidente colocou em votação o Projeto de Lei nº 2.080, o qual foi aprovado por unanimidade. Continuando os trabalhos, foi lido o Projeto de Lei nº 2.081, dos Vereadores Gladstone R. Silva e Paulo H. Silva: Altera a Lei nº 814/1990, que dispõe sobre o serviço de táxi no município de Rio Pomba,

com relação à permuta de pontos. O Vereador Gladstone disse que foi procurado por taxistas pedindo essa alteração; que conversou com vários outros taxistas que não apresentaram objeção. O Vereador Rafael disse ser projeto simples e sem necessidade de tramitação. Solicitadas a se manifestarem, as Comissões de Legislação e de Serviços opinaram favoravelmente ao projeto. Colocado em votação, o Projeto de Lei nº 2.081 foi aprovado por unanimidade. Em sequência foram lidas: a) Hedilberto Teixeira: 1) Indicação nº 460-3ª edição: substituição de placas por muro de contenção no cemitério; 2) Indicação nº 594: instalação de ventiladores industriais nas quadras poliesportivas do município; 3) Indicação nº 595: providências na Vila Gomes. No pequeno expediente, o Vereador Hedilberto falou sobre as indicações. A seguir, foram apresentados e lidos dois requerimentos dos Vereadores Gladstone, Demétrius, Ivan, Hedilberto e Jorge: a) Requerimento nº 44: requer informações sobre valores pagos a menor em folhas de pagamento; b) Requerimento nº 45: requer informações sobre o pagamento do incentivo financeiro adicional. O Vereador Gladstone Roncalli da Silva falou sobre os motivos dos pedidos de informações; citou haver 18 requerimentos de 2023 sem resposta. O Vereador Demétrius também se pronunciou. Colocados em votação, ambos os requerimentos foram aprovados por unanimidade. O Vereador Ivan disse que para arrecadar os projetos vêm com urgência, mas para fazer o que é dever eles não fazem; disse que a falta de resposta aos requerimentos da Câmara é crime e passível de impeachment, e que a fala de serem democráticos é mentirosa porque não respondem aos requerimentos dos representantes da população. Às dezenove horas e cinquenta minutos, aberta a ordem do dia, no grande expediente, os vereadores inscritos puderam usar a palavra sobre assuntos de interesse público e congratulações de fim de ano. Nada mais havendo, foi encerrada a sessão às vinte horas e quatorze minutos e redigida esta ata que, depois de colocada em discussão em Plenário e aprovada, segue assinada pelo Sr. Presidente; por mim, Secretário; e demais Vereadores presentes à sessão que a aprovou.

MAURILIO RODRIGUES DOS REIS  
Presidente da Câmara

HEDILBERTO TEIXEIRA  
Secretário

Demétrius Carvalho de Oliveira

Frederico Senra Condé

Gladstone Roncalli da Silva

Ivan Ferreira Martins

Jorge Luís Martins Soares

Paulo Henrique da Silva

Rafael Vilela Martins

**Ata da Décima Sétima Sessão Extraordinária da Câmara Municipal de Rio Pomba.** Às dezessete horas e dezessete minutos do dia vinte e dois de dezembro de dois mil e vinte e três, reunidos no Plenário da Câmara os Vereadores: Demétrius Carvalho de Oliveira, Frederico Senra Condé, Gladstone Roncalli da Silva, Hedilberto Teixeira, Jorge Luís Martins Soares, Maurílio Rodrigues dos Reis, Paulo Henrique da Silva e Rafael Vilela Martins; ausente o Vereador Ivan Ferreira Martins; foi aberta a sessão pelo sr. Presidente, Vereador Maurílio Rodrigues dos Reis, que deu início à ordem do dia e colocou em discussão e votação as atas das sessões de 15/12/2023 (solene) e 18/12/2023 (ordinária). Ambas foram aprovadas pela unanimidade dos presentes. A seguir, foi lido o Parecer do Codema a respeito do Projeto de Lei Complementar nº 38. Às dezessete horas e vinte e seis minutos compareceu à sessão o Vereador Ivan Ferreira Martins. Presente no recinto, o sr. Presidente concedeu a palavra ao professor João Batista Lúcio Corrêa, membro do Codema Rio Pomba, que se pronunciou sobre o histórico dos eventos de mineração e a forma do município de Rio Pomba poder atuar naquilo que lhe compete, conforme proposto no Projeto de Lei Complementar nº 38, diante da impossibilidade do município impedir tal atividade em seu território. Solicitada a se manifestar, também usou a palavra Vânia Maria Barros Saraiva, assessora jurídica da Câmara, que falou sobre a reunião ocorrida no paço municipal. Então, foram lidas 03 emendas do Vereador Maurílio ao Projeto de Lei Complementar nº 38. A seguir, o sr. Presidente consultou o Plenário quanto ao regime de urgência para apreciação do Projeto de Lei Complementar nº 38, do Executivo: Autoriza o Poder Executivo a impor compensações ambientais e estabelecer critérios documentais à Compensações Ambientais e Exploração Mineral, e dá outras providências. O plenário aprovou o regime de urgência por 07 (sete) votos dos Vereadores: Rafael Vilela Martins, Frederico Senra Condé, Paulo Henrique da Silva, Gladstone Roncalli da Silva, Hedilberto Teixeira, Jorge Luís Martins Soares e Demétrius Carvalho de Oliveira; votando contrário o Vereador Ivan Ferreira Martins. O Vereador Ivan disse votar contrário pela falta de prazo para discutir as emendas. O sr. Presidente solicitou a manifestação das comissões permanentes sobre o projeto de lei complementar e as emendas: A) Comissão de Legislação: pela legalidade com os votos dos Vereadores Jorge e Paulo, sendo que o Vereador Ivan votou contrário; B) Comissão de Meio Ambiente: favorável por unanimidade; C) Comissão de Finanças: favorável por unanimidade. Colocadas em votação as 03 emendas, obteve-se a sua aprovação por 07 (sete) votos dos Vereadores: Demétrius Carvalho de Oliveira, Frederico Senra Condé, Gladstone Roncalli da Silva, Hedilberto Teixeira, Jorge Luís Martins Soares, Paulo Henrique da Silva e Rafael Vilela Martins; votando contrário o Vereador Ivan Ferreira Martins. O Vereador Gladstone ressaltou que a legislação ambiental da FEAM já é bastante exigente com relação às medidas compensatórias relativas às áreas degradadas. O Vereador Ivan disse ter votado contrário por não ter participado das emendas. A seguir, o sr. Presidente colocou em votação o Projeto de Lei Complementar nº 38, o qual foi aprovado por 06 (seis) votos dos Vereadores: Demétrius Carvalho de Oliveira, Frederico Senra Condé, Hedilberto Teixeira, Jorge Luís Martins Soares, Paulo Henrique da Silva e Rafael Vilela Martins; votando contrários os Vereadores Ivan Ferreira Martins e Gladstone Roncalli da Silva. O

Vereador Ivan justificou seu voto dizendo que a degradação que o projeto trará é preocupante e o assunto precisa ser mais debatido, além de necessitar de emendas mais abrangentes; disse que pelo que consultou de outros órgãos e seu próprio entendimento, teria que acrescentar algo mais para a proteção do espaço municipal, as propriedades e tendo em vista a degradação; disse ficar espantado que o município tenha conhecimento do interesse de empresas desde três anos atrás e somente agora apresentar o projeto. O Vereador Demétrius manifestou seu protesto pelo fato do Executivo ter que respeitar esta Casa, pois os projetos chegam em caráter de urgência e na última reunião, e ainda sem conhecimento do Codema; disse que o projeto veio com muitas falhas e terminologias erradas, existe a questão da areia e outras; entretanto em consideração com os membros do Codema que estavam presentes na reunião ocorrida recentemente e haverem fundamentado em parecer sua posição, reunião inclusive com a presença da representante do Ministério Público; disse que o município não tem como impedir a exploração mineral e envia este projeto estabelecendo compensações ambientais e tributárias. O Vereador Jorge justificou seu voto dizendo que o município está carente de uma lei regulamentando a cobrança e não pode impedir a atividade mineradora, de modo que o município tem que se precaver; ressaltou a avaliação do Codema e da assessoria jurídica da Câmara; disse que o projeto de lei visa prevenir danos futuros e o município também foi pego de surpresa diante da manifestação de empresas da área. O Vereador Hedilberto justificou seu voto dizendo que o projeto é extenso, que os vereadores não têm esse conhecimento específico mas ouvem pessoas entendidas da área; disse que as empresas mineradoras vêm com tudo; disse que após participar da reunião com pessoas entendidas do assunto, vota com convicção. O Vereador Gladstone justificou dizendo que a Câmara deixou de votar o regime de urgência na segunda-feira para que os vereadores pudessem se ater mais sobre o assunto; disse que procurou saber sobre o assunto com outras pessoas; deixou claro que não é contra o projeto, mas sim contra a forma como está sendo feito, pois a Câmara poderia dispor de mais uma semana para discutir e trazer a população ao debate, pois as pessoas cobram dos vereadores a transparência sobre um assunto que causará impactos no município; recordou que os vereadores que votaram a concessão da Copasa são cobrados até hoje, o que poderá acontecer também com esse projeto. O Vereador Rafael justificou dizendo que há uma falta de respeito para com a Câmara no envio de um projeto extenso, que precisa ser votado dentro de uma semana, mas entendeu que o projeto é benéfico ao município. Nada mais havendo, foi encerrada a sessão às dezoito horas e vinte minutos e redigida esta ata que, depois de colocada em discussão em Plenário e aprovada, segue assinada pelo Sr. Presidente; por mim, Secretário; e demais Vereadores presentes à sessão que a aprovou.

MAURILIO RODRIGUES DOS REIS  
Presidente da Câmara

HEDILBERTO TEIXEIRA  
Secretário

Demétrius Carvalho de Oliveira

Frederico Senra Condé

Gladstone Roncalli da Silva

Ivan F. Martins

Jorge Luís M. Soares

Paulo H. Silva

Rafael V. Martins



**Ata da Décima Oitava Sessão Extraordinária da Câmara Municipal de Rio**

**Pomba.** Às dezessete horas e sete minutos do dia vinte e oito de dezembro de dois mil e vinte e três, reunidos no Plenário da Câmara todos os Vereadores: Demétrius Carvalho de Oliveira, Frederico Senra Condé, Gladstone Roncalli da Silva, Hedilberto Teixeira, Ivan Ferreira Martins, Jorge Luís Martins Soares, Maurílio Rodrigues dos Reis, Paulo Henrique da Silva e Rafael Vilela Martins; foi aberta a sessão pelo sr. Presidente, Vereador Maurílio Rodrigues dos Reis, que deu solicitou a leitura do Projeto de Lei Complementar nº 39, do Executivo: Dispõe sobre a contagem de tempo de serviço dos servidores públicos municipais para fins de concessão de progressão funcional por antiguidade e de licença-prêmio por assiduidade dos servidores públicos do Município de Rio Pomba-MG. O Vereador Jorge Luís disse que o projeto tem dois pesos e duas medidas e votará de acordo com o entendimento do Sindicato. O Vereador Ivan disse que a Câmara ainda não ouviu a posição do Sindicato. Presente no recinto, a pedido dos Vereadores Jorge e Ivan, foi convidado pelo sr. Presidente a usar a palavra o dr. Clóvis Torres, advogado do Sinsemrip. O dr. Clóvis Torres explanou sobre o projeto, que não é de todo positivo e nem de todo negativo, por não haver um acordo sobre o pagamento do retroativo sob a alegação de que não há dinheiro para arcar com essa despesa; disse estar aguardando um estudo sobre as despesas com o pagamento retroativo, com previsão de resposta para onze de janeiro; comentou que o artigo que dispensa o pagamento do retroativo pode ser revogado através de uma alteração na lei ou judicialmente; comentou ainda que aguardar a votação do projeto causará uma demora maior ao início do pagamento àqueles servidores que têm o direito; respondeu a comentários e perguntas dos vereadores. Os srs. vereadores também usaram a palavra. Do que foi debatido, houve o consenso de que o melhor é aprovar o projeto, garantindo o direito aos servidores desde já, e aguardar o estudo do impacto sobre o pagamento do retroativo para avaliar a viabilidade de modificar a lei. O sr. Presidente colocou em apreciação Plenária o pedido de urgência do Executivo, pedido este que foi aprovado por unanimidade. Solicitadas a se manifestarem, as Comissões de Legislação e de Finanças opinaram favoravelmente ao projeto. Submetido à votação, o Projeto de Lei Complementar nº 39 foi aprovado por unanimidade. Mediante solicitação prévia dos Vereadores Jorge e Paulo, e convidado pelo sr. Presidente, usou a palavra o sr. Jair de Paula Coelho, Secretário de Saúde, sobre o pagamento do incentivo financeiro adicional aos agentes de saúde. Os srs. vereadores também se pronunciaram sobre o assunto com comentários e perguntas ao secretário. Finalizando, o Secretário de Saúde disse que está aberto ao diálogo para tratar de quaisquer direitos dos servidores, numa postura de cordialidade, e que não quer ficar atacando ninguém e também não quer ser atacado. Nada mais havendo, foi encerrada a sessão às dezoito horas e dezesseis minutos e redigida esta ata que, depois de colocada em discussão em Plenário e aprovada, segue assinada pelo Sr. Presidente; por mim, Secretário; e demais Vereadores presentes à sessão que a aprovou.

(ASSINATURAS NO VERSO DESTA FOLHA)

## **TERMO DE ENCERRAMENTO**

Neste Livro, que contém 74 (setenta e quatro) folhas numeradas sequencialmente, foram lavradas as atas das sessões da Câmara Municipal de Rio Pomba de 01/01/2023 (primeiro de janeiro de dois mil e vinte e três) até 31/12/2023 (trinta e um de dezembro de dois mil e vinte e três).

Para constar, lavrou-se o presente Termo que eu, Secretário, assino com o senhor Presidente.

Rio Pomba/MG, 05 de fevereiro de 2024.

**VEREADOR HEDILBERTO TEIXEIRA**  
Secretário

**VEREADOR MAURÍLIO RODRIGUES DOS REIS**  
Presidente da Câmara